

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025

SEI N.º 24.0.000000833-4

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90023/2025, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS E INSTALAÇÕES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MÃO DE OBRA (POSTOS DE SERVIÇO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA), MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, EVENTUAIS E SOB DEMANDA, PARA TODAS AS SEDES ATUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, E TAMBÉM PARA AS NOVAS SEDES QUE VIEREM A SURTIR NO ESTADO DO PARANÁ AO LONGO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico nº 90023/2025
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22/08/2025, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. O(A) Pregoeiro(a) deste certame é o(a) servidor(a) Tiago Hernandez Tonin, designado(a) pela Portaria DPG 90/2025.

1.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a contratação de empresa especializada no

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo o fornecimento de veículos, mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também para as novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 4.340.919,96 (quatro milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes; Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250); Detalhamento de Despesas: 3.3.90.30.24 Material para Manutenção de Bens Imóveis R\$ 484.476,40; 3.3.90.37.07 Serviços de Pintor, Eletricista, Encanador e Pedreiro R\$ 2.587.404,98; 3.3.90.39.05 Serv. Téc. Profissionais / Engenharia R\$ 84.158,40; 3.3.90.39.16 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis R\$ 856.510,50; 3.3.90.93.10 Restituições de Despesas Administrativas / Diárias R\$ 193.920,00; 3.3.90.93.10 Restituições de Despesas Administrativas / Pedágios R\$ 4.053,00; 3.3.90.93.10 Restituições de Despesas Administrativas / Locação Veículos R\$ 130.396,68.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.3.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.4. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.5. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.6. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 108, 110, 111 e 112, da Instrução Normativa - RFB nº 2110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, consoante o que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO GRUPO (VIDE AVISO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA).**

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. **O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1.000,00 (mil reais), em relação ao valor global do grupo.**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.4.1. Os valores ofertados pelos licitantes a título de salário base para os postos de trabalho e de auxílio alimentação não deverão ser inferiores aos parâmetros de precificação mínima estabelecidos no Apêndice VI do Termo de Referência, os quais foram definidos com base em critérios técnicos e servem como referência para a aceitabilidade das propostas pela Administração.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

c) Composição do percentual de BDI para os postos de trabalho, insumos (mero fornecimento) e serviços eventuais, de forma separada, conforme modelo do Apêndice XI do Termo de Referência (Anexo I);

d) Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo IV);

e) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

f) Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual a empresa declara ser enquadrada, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

11.3. O licitante optante do Simples Nacional deverá elaborar Proposta de Preços e, eventualmente, Planilha de Custos e Formação de Preços sem a incorporação dos benefícios tributários provenientes do Simples Nacional, tendo em vista o disposto no item 6.6 e o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da matéria¹.

11.4. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.4.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.5. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser

¹ Acórdão 797/2011 – Plenário; Acórdão 1.113/2018 – Plenário; Acórdão 4.023/2020 – Segunda Câmara; Acórdão 1570/2022 – Plenário.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.6. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

- a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.7. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo I, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;

b.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

b.2. Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

b.2.1. As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea “b”, será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 ($>$ ou $= 1,0$), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Ativo Total

$$\text{SG} = \text{-----}$$

Passivo Circulante + Passivo não Circulante

c.1) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os índices previstos nos itens "c" e "c.1" serão computadas com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

d.1) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "c" e "c.1", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

13.5.1.1. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.800 m² com expressa comprovação das seguintes parcelas:

13.5.1.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

13.5.1.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

13.5.2. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional):

13.5.2.1. Certidão de Acevo Técnico (CAT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.800 m² acervados e emitida pelo CREA com expressa comprovação das seguintes parcelas:

13.5.2.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

13.5.2.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

13.5.2.2. Para fins de aceitação como objeto similar:

13.5.2.2.1. Deve-se considerar os acervos similares ao do objeto: edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas.

13.5.2.2.2. Não aceitar obras como: galpões, barracões, loteamentos, rodovias e quadras esportivas e afins, por se diferenciarem muito do objeto da contratação.

13.5.2.2.3. Serão aceitos certidões e atestados de complexidade superior ao objeto, como hospitais, estádios, museus, teatros, etc.

13.5.2.3. As parcelas "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais" e "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão" poderão ser comprovadas por meio de ACTs ou CATs distintos. Para se atingir o valor mínimo de 1.800 m² de área em cada uma das parcelas, será permitido a soma de atestados e certidões, desde que cada um deles contemplem no mínimo área de 600 m².

13.5.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, em nome da empresa licitante;

13.5.4. Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento do Objeto, observado o disposto no capítulo 5 do Termo de Referência, conforme modelo do seu Apêndice XII;

13.5.5. Declaração de Responsabilidade técnica, conforme modelo do Apêndice XIII do Termo de Referência.

13.5.6. Declaração de conhecimento para execução dos serviços, conforme modelo do Apêndice XV do Termo de Referência;

13.5.7. Comprovação de que o Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa ou é contratado como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. É admitida declaração de contratação futura do Responsável Técnico indicado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.7. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua junta.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

18.2. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.3. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O licitante é o único responsável nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

21.8. O licitante é o único responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

21.9. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

21.10. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.11. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.14. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.15. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(disponível em arquivo editável anexo a este edital, e também em:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Licitacoes>

e

<https://www.gov.br/compras/>)

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – SEI N.º 24.0.000000833-4

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo o fornecimento de veículos, mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também para as novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual.

1.2. Definições.

1.2.1. Manutenção preventiva: conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. As atividades preventivas incluem: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, instalação e fixação de itens, entre outras.

1.2.2. Manutenção corretiva: conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

1.2.3. Serviços eventuais: serão serviços executados sob demanda específica da CONTRATANTE, e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolem os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada. Estes não serão executados por profissionais pertencentes aos postos de trabalho, somente em caso muito específicos e autorizados pela DPE/PR.



1.2.4. Do fornecimento de veículo(s): deverá ser previsto pela empresa contratada o fornecimento de veículo(s) adequado(s) em boas condições de uso e conservação para o transporte dos profissionais, ferramentas e materiais entre as unidades da DPE/PR e também para viagens intermunicipais.

1.2.4.1. O veículo será utilizado exclusivamente em serviço pela DPE/PR.

1.2.4.2. O veículo deverá comportar o transporte de ferramentas e materiais utilizados pelos profissionais para a completa execução dos serviços objeto desse estudo, sem ônus adicional para a DPE/PR.

1.2.4.3. A CONTRATADA se responsabilizará pela escolha do (s) veículo (s) a ser (em) disponibilizado (s), de acordo com o planejamento logístico necessário à execução contratual e as especificações técnicas indicadas no Apêndice IX deste Termo de referência.

1.2.5. Engenheiro Responsável¹: profissional pertencente ao quadro técnico da empresa, integrante da equipe técnica do contrato, que responde pela obra e/ou serviço sob sua responsabilidade, na vigência de seu contrato com empresa. Esse engenheiro será o responsável técnico pela execução e coordenação da manutenção predial e serviços eventuais.

1.2.6. Insumos e material de consumo ou reposição: são os materiais de consumo, peças de reposição e insumos necessários para a atividade de manutenção predial (preventiva e corretiva) a serem utilizados pela mão de obra de execução dos serviços contínuos, que por defeito, quebra, fadiga ou por fim de vida útil necessitam ser substituídos nos equipamentos e sistemas, e cujas quantidades e custos serão medidos mensalmente, conforme efetivamente utilizados.

1.2.7. Equipamentos, instrumentos e ferramentas: são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: jogo de chaves, alicates, desempenadeiras, amperímetros, malas de ferramentas para os profissionais, furadeiras, trenas, escadas, etc. e que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

1.3. **Normas técnicas a serem consideradas.**

¹ Esse profissional se justifica, mesmo que a DPE/PR possua em seu quadro profissional tais profissionais, pois este será o responsável técnico pela elaboração e execução de atividades de responsabilidade da contratada, como a elaboração de orçamentos e cronogramas de serviços eventuais.



1.3.1. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas.

1.4. MÃO DE OBRA

1.4.1. Da mão de obra contínua e exclusiva

1.4.1.1. Conforme tabela constante do Apêndice IV, para o atendimento dos serviços continuados são previstos os Postos de Trabalho que ficarão lotados em Curitiba e atenderão todas as sedes da DPE/PR.

1.4.1.2. A precificação dos postos de trabalho deverá levar em consideração as orientações do Apêndice IV, bem como a previsão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

1.4.1.2.1. Compete à licitante apresentar **laudo pericial técnico**, emitido por profissional legalmente habilitado, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar do início da vigência do contrato, contendo a avaliação das condições ambientais de trabalho e a identificação da exposição a agentes insalubres e/ou perigosos, observada a proporcionalidade temporal de exposição na rotina dos profissionais, quando aplicável e conforme o caso.

1.4.1.2.2. Para fins de elaboração da planilha de formação de custos, deverão ser considerados:

- **o adicional de insalubridade em seu grau máximo**, sempre que houver risco identificado;
- **o adicional de periculosidade**, quando caracterizada a atividade como perigosa, nos termos da legislação vigente.

1.4.1.2.3. O pagamento dos referidos adicionais estará condicionado à **efetiva comprovação, pela CONTRATADA, do adimplemento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias** perante os empregados vinculados à execução contratual, com o objetivo de resguardar a Defensoria Pública do Estado do Paraná de eventuais responsabilidades trabalhistas.

1.4.1.3. Para os profissionais deverá ser previsto o fornecimento pela CONTRATADA de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e equipamentos básicos necessários à execução dos serviços contínuos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Apêndice IV.



1.4.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da DPE/PR toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços contínuos.

1.4.1.5. A equipe de serviços deverá ser composta por profissionais qualificados e especializados, os quais terão a função de executar os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preventivos, corretivos e/ou emergenciais.

1.4.1.6. As exigências de formação, atribuições e quantitativos de profissionais constam no Apêndice IV.

1.4.1.7. As equipes deverão ser coordenadas por um Mestre de Obras, o qual ficará sob a orientação do Engenheiro Responsável.

1.4.2. Da mão de obra contínua e não exclusiva (Engenheiro Responsável)

1.4.2.1. O Engenheiro Responsável não faz parte da mão de obra de serviços contínuos e será o responsável técnico pela execução e coordenação dos serviços de manutenção predial e serviços eventuais, conforme descrito no Apêndice IV (parte 2) deste Termo de Referência.

1.4.2.2. A remuneração do Engenheiro Responsável será realizada mensalmente, conforme condições previstas na cláusula 12 deste Termo de Referência.

1.4.2.3. A execução dos serviços objeto da futura contratação deve ter acompanhamento por profissionais legalmente habilitados (Engenheiro Responsável) e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução nº 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.

1.5. Elementos instrutores

1.5.1. Será disponibilizado pela DPE/PR arquivo digital com o seguinte conteúdo específico:

1.5.1.1. Quadro resumo de documentação (Apêndice I);

1.5.1.2. Lista não exaustiva de serviços contínuos de manutenção preventiva (Apêndice II);

1.5.1.3. Lista com as principais sedes da Instituição (Apêndice III);

1.5.1.4. Descrição das equipes de mão de obra contínua e exclusiva, e da equipe de mão de obra contínua e não exclusiva (engenheiro responsável) (Apêndice IV);

1.5.1.5. Distribuição dos postos permanentes em blocos de atuação (Apêndice V);

1.5.1.6. Precificação mínima de salário e auxílio alimentação (Apêndice VI);



1.5.1.7. Estimativa de valores monetários de materiais e serviços eventuais (Apêndice VII);

1.5.1.8. Estimativa de quilometragem, diárias e pedágios (Apêndice VIII);

1.5.1.9. Estimativa e descrição de veículos (Apêndice IX);

1.5.1.10. Demonstrativo de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) (Apêndice X);

1.5.1.11. Modelo de planilha de demonstração de BDI (Apêndice XI);

1.5.1.12. Modelo de declaração de vistoria (Apêndice XII);

1.5.1.13. Modelo de declaração de responsável técnico (Apêndice XIII);

1.5.1.14. Modelo de declaração de subcontratação (Apêndice XIV);

1.5.1.15. Modelo de declaração de conhecimento para execução dos serviços (Apêndice XV)

1.5.1.16. Informações relevantes para a formação da proposta (Apêndice XVI)

1.5.1.17. Modelo de planilha de custos e formação de preços;

1.5.1.18. Documentações necessárias (Documentos, imagens, etc.);

1.5.1.19. Projeto Arquitetônicos das sedes (quando houver);

1.5.1.20. Projetos elétrico e lógico das sedes (quando houver);

1.6. DOS VALORES MÁXIMOS DA CONTRATAÇÃO

1.6.1. O valor máximo apresentado será uma estimativa máxima anual de gastos, não havendo obrigação por parte da DPE/PR de execução de serviços no valor total informado, pois os mesmos serão executados à medida que surgirem as necessidades da Instituição.

1.6.2. Os custos com quilometragem, diárias e pedágios foram detalhados no Apêndice VIII.

1.6.3. **Os valores das diárias e pedágios não serão objeto de disputa pelos licitantes.** Dessa forma, os licitantes deverão considerar o valor total de R\$ 197.973,00 (Cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e três reais) para as diárias e pedágios e inclui-lo no valor total da sua proposta de preços.

TABELA DE VALORES MÁXIMOS		
ITEM	Descrição	Valor Total máximo (R\$)
1	Valor total máximo de mão de obra contínua (exclusiva e não exclusiva)	R\$ 2.671.563,38
2	Valor total máximo para materiais de reposição e consumo	R\$ 484.476,40



3	Valor total máximo para serviços eventuais	R\$ 856.510,50
4	Valor total máximo para veículos	R\$ 130.396,68
5	Valor total máximo para diárias e pedágios (VALOR FIXO, NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA PELOS LICITANTES)	R\$ 197.973,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DA LICITAÇÃO		R\$ 4.340.919,96

Aviso: No sistema Compras.gov.br, o grupo 1 consta como item 1 (com quantidade 1), como no quadro resumo abaixo. Após a fase de lances, o vencedor deverá encaminhar sua proposta recomposta com o detalhamento dos valores totais dos itens 1 a 5, conforme modelo do Anexo II - Modelo de Proposta Comercial, juntamente com as Planilhas de Custos e Formação de Preços para os postos de trabalho, conforme modelo do Anexo IV.

1.7. QUADRO RESUMO DA LICITAÇÃO NO SISTEMA COMPRASGOV

ITEM	SERVIÇO	CÓDIGO CATSER	QTD	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo o fornecimento de veículos, mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também para as novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual	1627	1	R\$ 4.340.919,96

1.8. DA JUSTIFICATIVA

1.8.1. Descrição da situação atual: contrato n.º 100/2023, que atualmente contempla os serviços de manutenção predial, não foi prorrogado em virtude dos problemas apresentados pela empresa contratada. Desse modo, é necessário buscar formas de garantir que todas as regionais da DPE/PR sejam atendidas com serviços de manutenção



predial preventiva, corretiva e pequenos serviços eventuais de engenharia, conforme demanda, assegurando a integridade dos imóveis e a qualidade do serviço prestado à população paranaense.

1.8.2. Justificativa para as quantidades a serem contratadas: quantidades estimadas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura a partir de elaboração de plano de manutenção preventivo, bem como estimativa de gastos com insumos e serviços eventuais.

1.8.3. Justificativa para o não parcelamento do objeto: Conforme disposto no capítulo 12 do Estudo Técnico preliminar (ETP), justifica-se o não parcelamento da contratação em razão da natureza integrada, da complexidade e da necessidade de continuidade e agilidade na prestação dos serviços de manutenção predial nas unidades da DPE/PR. A contratação em lote único viabiliza uma gestão eficiente dos contratos, garante uma execução integrada, evita custos adicionais, reduz riscos operacionais e assegura resposta rápida a demandas emergenciais, especialmente devido à presença de postos fixos, insumos e serviços eventuais incluídos na solução. O fracionamento comprometeria a execução tempestiva e integral das atividades, prejudicando a qualidade dos serviços e o funcionamento adequado das instalações.

1.8.4. **Resultados esperados com a contratação:**

1.8.4.1. Possibilitar condições de segurança às edificações e aos serviços a elas associados;

1.8.4.2. Possibilitar condições de utilização das edificações;

1.8.4.3. Possibilitar o atendimento das exigências legais;

1.8.4.4. Aumentar a segurança e o conforto de agentes públicos e população atendida;

1.8.4.5. Preservar o patrimônio público.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Serviços a serem contratados

2.1.1. Disposições Gerais:

2.1.1.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário. O objeto será dividido em duas classes de serviços, a primeira compreenderá a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva e a segunda a execução de serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda.

2.1.1.2. Para o atendimento dos serviços continuados os Postos de Trabalho contratados inicialmente ficarão lotados em Curitiba e atenderão todas as sedes da DPE/PR.



2.1.1.3. Em uma possível expansão envolvendo a contratação de novos empregados, haverá reconfiguração das atividades para (i) completar os postos vagos da Equipe Técnica Permanente inicial e/ou (ii) formar até mais 2 (duas) Equipes Técnicas Permanentes, mantendo até 3 grupos permanentes de trabalho.

2.1.1.3.1. Em qualquer uma das situações previstas na Cláusula anterior, a CONTRATANTE deverá enviar comunicação eletrônica à CONTRATADA com antecedência de **30 (trinta) dias**, contendo, no mínimo, a quantidade de Postos de Trabalho solicitada e a Comarca de alocação, aplicando-se a esta hipótese todas as disposições deste Termo de Contrato e do Termo de Referência. Nessa comunicação, deverá ser avaliada, quando for o caso, a necessidade de disponibilização de novo veículo, conforme os critérios estabelecidos na cláusula 2.6.3.1.1.

2.1.1.3.2. Os grupos permanentes de trabalho estarão situados em Curitiba, Cascavel e Londrina.

2.1.1.4. **Os serviços contínuos de Manutenção Preventiva e Corretiva**, não de forma exaustiva, incluem:

2.1.1.4.1. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, redes telefônicas e sem fio, inspeções em bombas de água e esgoto, motores elétricos existentes ou que venham a ser instalados.

2.1.1.4.2. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas prediais como coberturas, calhas, rufos, impermeabilizações, esquadrias, vidraçaria, gesso, forro, marcenaria, adaptações/ ajuste de mobiliários em geral, cortinas, persianas, pintura, alvenaria, divisórias (inclusive *Drywall*), serralheria e soldagem, existentes ou que venham a ser instalados.

2.1.1.4.3. Limpeza e higienização, em conformidade com as legislações pertinentes e as normas técnicas, das caixas d'água e dos reservatórios inferiores e superiores, existentes ou que venham a ser instalados.

2.1.1.4.4. Execução de serviços periódicos e programados conforme Plano de Manutenção elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela DPE/PR, o qual deverá contemplar, no mínimo, os serviços indicados no Apêndice II, com periodicidade definida de acordo com as necessidades específicas de cada unidade.

2.1.1.5. **Os serviços comuns de Engenharia e eventuais ou sob demanda**, não de forma exaustiva, incluem:

2.1.1.5.1. Serviços/manutenções de reconstituição, execução e pequenas alterações de instalações hidrossanitárias, elétricas e partes civis (paredes de alvenaria, divisórias



Drywall, assentamento de piso cerâmico, rejuntamento, instalação de vaso sanitário, pias, torneiras, substituição de portas e janelas, rodapés, conserto em telhados etc.)

2.1.1.5.2. Execução de serviços de vidraçaria, carpintaria, serralheria, impermeabilização, limpeza e conservação de fachadas e etc.;

2.1.1.5.3. Realização de serviços comuns de Engenharia que a especialidade dos postos de serviços previstos não tenha atribuição técnica e/ou condições para realizar.

2.1.2. Disposições Específicas:

2.1.2.1. Quanto aos serviços a serem executados:

2.1.2.1.1. Serviços contínuos: são serviços cuja interrupção compromete as atividades da Administração, podendo a sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.

2.1.2.1.2. Serviços eventuais: são serviços executados sob demanda específica da DPE/PR, e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada.

2.1.2.1.3. O fornecimento de materiais de consumo para a manutenção predial será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturado por medição mensal (através de Relatório de Execução de Serviço), e o pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido e executado mensalmente, não restando para a DPE/PR a obrigação de executar ou pagar pela quantidade total estimada em planilha de referência de contratação.

2.1.2.1.4. Os materiais utilizados para realização dos serviços contínuos **deverão ser entregues em até 20 dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, prorrogáveis por igual período, a critério da fiscalização do contrato.

2.1.2.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos para que a equipe residente possa proceder com os reparos e ajustes caracterizados como urgentes, sobretudo quanto à disponibilização de materiais, observando os dispositivos contratuais.

2.1.2.1.5.1. A equipe residente deverá possuir suficiente autonomia financeira, permitindo a aquisição de materiais e insumos necessários durante a execução dos serviços e assegurando a continuidade das atividades, evitando interrupções ou não atendimentos dentro dos prazos pactuados.

2.2. Requisitos para o início da prestação dos serviços

2.2.1. A ativação da prestação dos serviços será realizada mediante comunicação eletrônica encaminhada à CONTRATADA.



2.2.1.1. Após o envio da comunicação eletrônica supracitada, o início dos serviços de mão de obra exclusiva **deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias.**

2.2.2. O início da prestação dos serviços deverá estar condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos no Termo de Referência e indicados no Apêndice IV para esta etapa.

2.2.3. **A contratada fornecerá uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos básicos** constantes na relação, que é estimada, no Apêndice IV para a prestação dos serviços contínuos, sem ônus para a DPE/PR, pois os custos já estão abarcados nos valores referentes à mão de obra.

2.2.3.1. Em caso de expansão dos postos de trabalho ou necessidade de aquisição de mais equipamentos, a fiscalização realizará solicitações específicas para cada situação. Ademais, a fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição de quaisquer equipamentos sempre que considerar necessário, bem como a aquisição de novos itens que julgar pertinentes para a completa execução dos serviços, seja em relação à lista básica ou a outras necessidades identificadas. Ressalta-se que todas as ferramentas fornecidas deverão ser novas.

2.2.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer, desde o início dos serviços, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para cada um dos funcionários alocados nos postos de trabalho. A fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição dos EPIs sempre que considerar necessário, bem como a complementação de qualquer equipamento adicional que entender pertinente para garantir a completa segurança dos funcionários.

2.2.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados todas as ferramentas e equipamentos básicos necessários à execução dos serviços, conforme as características das atividades e atribuições pertinentes aos postos de trabalho. Nesse sentido, deverá ser previsto um kit de ferramentas básico de acordo com a atividade realizada por cada funcionário.

2.3. Plano básico de manutenção predial conforme NRB 5674:2024 – Manutenção de edificações – requisitos para o sistema de gestão de manutenção

2.3.1. A rotina de serviços constante no Apêndice II deverá ser considerada como um plano inicial, podendo ser ajustada ou complementada em relação aos serviços e à periodicidade, conforme as características e necessidades específicas das edificações da DPE/PR;



2.3.2. Poderão ser elaborados planos de manutenção por sede ou por grupos de sedes considerando o porte, a localização geográfica e as demandas específicas de cada unidade, tomando-se como base a relação de serviços prevista no Apêndice II.

2.4. Fluxo de execução dos serviços

2.4.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão realizados de acordo com as rotinas de execução descritas no Apêndice II e executadas pelos profissionais dos postos de trabalho, incluindo-se, sempre que necessário, a realização de viagens intermunicipais, conforme estimativa prevista no Apêndice VIII.

2.4.2. O custo dos insumos utilizados para a realização dos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva serão os constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecido para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, acrescidos do BDI de 19,75% (Apêndice X) sobre o qual será aplicado um percentual de desconto final, correspondente à diferença entre o valor máximo estimado do item dos insumos e materiais de reposição e consumo da licitação e o valor efetivamente contratado para o mesmo item.

2.4.2.1. Nos casos em que, em razão da aplicação do BDI ou do percentual de desconto final, os valores unitários ou totais resultarem em números com mais de duas casas decimais, deverá ser adotado o arredondamento para duas casas decimais, respeitado **o limite de variação de até R\$ 0,01 (um centavo)** por item ou composição, de modo a preservar a exatidão do valor global do orçamento. Tal arredondamento deverá ser devidamente justificado na planilha apresentada e não poderá resultar em majoração do valor total originalmente calculado.

Exemplo: Imagine que durante um serviço de manutenção corretiva, a empresa contratada precisa substituir 10 metros de um determinado produto.

Consulta ao SINAPI: A empresa consulta o SINAPI para o estado do Paraná do mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, e verifica que o custo do metro deste item é R\$ 5,00.

Custo Total dos Insumos: O custo total é, portanto, R\$ 5,00/metro x 10 metros = R\$ 50,00.

Aplicação do BDI: Neste caso o BDI de 19,75% é aplicado sobre o custo dos insumos: R\$ 50,00 x 19,75% = R\$ 9,88 (arredondado). O custo com BDI é R\$ 50,00 + R\$ 9,88 = R\$ 59,88 (arredondado).

Aplicação do Desconto: Embora o critério de julgamento adotado seja o de menor preço global, a diferença entre os valores máximos estimados e os valores efetivamente contratados por item resultará, na prática, em um percentual de desconto final, a ser considerado para fins de medição e pagamento. Assim, suponha que o desconto final apurado seja de 5%. Este desconto é aplicado sobre o custo com BDI: R\$ 59,88 x 5% = R\$ 2,99.

Custo Final: O custo final do item, após o desconto, será: R\$ 59,88 - R\$ 2,99 = R\$ 56,89.

Neste exemplo, o valor de R\$ 56,89 seria o custo a ser considerado para os 10 metros deste item na medição dos serviços de manutenção.



2.4.3. Para os serviços comuns de Engenharia e eventuais ou sob demanda, devem ser observadas as disposições abaixo:

2.4.3.1. Os serviços eventuais serão realizados conforme demanda da DPE/PR e só serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS).

2.4.3.2. Para cada demanda de serviços eventuais, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização do Contrato, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, a documentação contendo: especificação detalhada do objeto, orçamento estimativo, localização do serviço, prazo de execução com cronograma estimado, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e, quando necessário, demais documentos que a Fiscalização da DPE/PR considerar pertinentes, incluindo a Declaração de Conhecimento para Execução dos Serviços (Apêndice XV), para aprovação pela Fiscalização Técnica da DPE/PR.

2.4.3.3. Para elaboração da planilha orçamentária, deverão ser utilizados os valores constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), estabelecida para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, acrescidos do BDI de 27,07% (Apêndice X) sobre o qual será aplicado um percentual de desconto final, correspondente à diferença entre o valor máximo estimado do item dos serviços eventuais da licitação e o valor efetivamente contratado para o mesmo item.

2.4.3.3.1. Nos casos em que, em razão da aplicação do BDI ou do desconto percentual final, os valores unitários ou totais resultarem em números com mais de duas casas decimais, deverá ser adotado o arredondamento para duas casas decimais, respeitado o **limite de variação de até R\$ 0,01 (um centavo)** por item ou composição, de modo

Exemplo: A CONTRATADA está elaborando a planilha orçamentária para um serviço eventual de aplicação de tinta acrílica em parede interna (duas demãos), na quantidade de 100m².

Consulta ao SINAPI:

A CONTRATADA consulta o SINAPI para o Estado do Paraná do mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação.

Composição: 95626 - Aplicação manual de tinta látex acrílica em parede externas de casas, duas demãos – R\$ 18,13/m² (com desoneração)

Cálculo dos Custos Diretos:

Custo Total Direto: R\$ 18,13 x 100 = R\$ 1.813,00

Aplicação do BDI:

BDI: R\$ 1.813 x 27,07% = R\$ 490,78 (arredondado). Custo Total com BDI: R\$ 1.813 + R\$ 490,78 = R\$ 2.303,78

Aplicação do Desconto: Embora o critério de julgamento adotado seja o de menor preço global, a diferença entre os valores máximos estimados e os valores efetivamente contratados por item resultará, na prática, em um percentual de desconto final, a ser considerado para fins de medição e pagamento. Assim, suponha que o desconto final apurado seja de 5%. Este desconto é aplicado sobre o custo com BDI: R\$ 2.303,78 x 5% = R\$ 115,19 (arredondado).

Custo Total Final = R\$ 2.188,59



a preservar a exatidão do valor global do orçamento. Tal arredondamento deverá ser devidamente justificado na planilha apresentada e não poderá resultar em majoração do valor total originalmente calculado.

2.4.3.4. Após o recebimento pela Fiscalização da DPE/PR da declaração de conhecimento para execução dos serviços, será expedida ORDEM DE SERVIÇO (O.S.) com a indicação do início para execução dos serviços.

2.4.3.4.1. O prazo para realização dos serviços eventuais **será de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviço**, prorrogáveis por igual período, a critério da fiscalização do contrato.

2.4.4. **Na ausência de referência de preços para determinado insumo ou serviço eventual na tabela SINAPI**, a CONTRATADA deverá priorizar a substituição por item equivalente constante da própria tabela SINAPI para o Estado do Paraná, considerando os valores vigentes no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

2.4.4.1. Sobre o preço estabelecido na Tabela SINAPI para itens equivalentes, aplicam-se, conforme o caso, as cláusulas 2.4.2, 2.4.2.1, 2.4.3.3 e 2.4.3.3.1.

2.4.5. **Caso não seja possível a substituição por um item equivalente na tabela SINAPI**, a formação do preço do item será definida, se houver, com base em outro sistema oficial de referência de custos, considerando os valores vigentes estabelecido para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

2.4.5.1. Sobre o preço estabelecido no sistema de referência de custos, será acrescido o BDI previamente definido no contrato (19,75% para materiais de reposição e consumo e 27,07% para serviços eventuais).

2.4.5.1.1. Sobre o preço estabelecido no sistema de referência de custos, aplicam-se, conforme o caso, as cláusulas 2.4.2, 2.4.2.1, 2.4.3.3 e 2.4.3.3.1.

2.4.5.2. Caso a composição do preço do item no sistema oficial de referência de custos adotado já inclua percentual de BDI, este será desconsiderado, sendo obrigatória a aplicação do BDI previamente definido no contrato (19,75% para materiais de reposição e consumo e 27,07% para serviços eventuais) para fins do cálculo previsto na Cláusula.

2.4.5.3. Caso não seja possível a utilização de sistemas de referência de custos, será realizada pesquisa de mercado para definir o valor a ser pago.



2.4.5.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar no mínimo três orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados.

2.4.5.3.1.1. Somente serão aceitos menos de três orçamentos mediante justificativa.

2.4.5.3.2. A fiscalização do contrato analisará os orçamentos apresentados, verificando se os valores estão compatíveis com o mercado por meio de pesquisa própria ou outras bases de referência disponíveis.

2.4.5.3.3. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar novos orçamentos ou justificativas adicionais.

2.4.5.3.4. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, o pagamento será realizado com base na média dos três orçamentos apresentados, aplicando-se o desconto, calculado sobre a diferença entre o valor máximo do item da licitação e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação das respectivas propostas (materiais de reposição e consumo e serviços eventuais).

2.4.5.3.5. A CONTRATADA não poderá recusar a execução do serviço ou fornecimento do insumo caso o valor estabelecido esteja dentro do preço médio de mercado identificado, sendo vedada a imposição de valores superiores aos praticados no setor.

2.4.6. Para os serviços urgentes/emergenciais, devem ser observadas as disposições abaixo:

2.4.6.1. **Nos casos urgentes/emergenciais**, a empresa deverá disponibilizar os profissionais da equipe permanente e os recursos necessários ao atendimento da demanda em, no máximo, **04 (quatro) horas**, a contar da abertura do chamado ou comunicação da equipe técnica da DPE/PR, excluído o período de deslocamento até o local da ocorrência.

2.4.6.2. Caso a equipe esteja em viagem, a fiscalização do contrato poderá autorizar a modificação do roteiro com objetivo de atender a demanda urgente.

2.4.6.3. **No caso de acionamento dos serviços eventuais para o atendimento de situações de urgência**, a empresa deverá disponibilizar os profissionais e recursos necessários ao atendimento da demanda em, **no máximo, 72 (setenta e duas) horas** da abertura do chamado ou comunicação da equipe técnica da DPE/PR.



2.4.7. Os valores decorrentes das O.S. finalizadas e aprovadas pela fiscalização do contrato, serão encaminhadas à Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS) para serem faturados mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal (NF) específica e distinta daquela NF referente à mão de obra dos serviços contínuos.

2.4.8. Serviços realizados sem autorização da fiscalização técnica e sem O.S. serão desconsiderados para fins de pagamento.

2.4.9. Os serviços, tanto contínuos quanto eventuais, somente serão considerados executados mediante aprovação, pela Fiscalização do contrato, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

2.4.10. Dependendo da complexidade dos serviços a serem realizados, contínuos ou eventuais, estes poderão ser acompanhados por funcionários designados pela Fiscalização.

2.4.11. Da jornada de trabalho

2.4.11.1. A carga horária máxima de trabalho admitida pela DPE/PR para os postos de trabalho é de **44 horas semanais**, devendo ser executada de segunda-feira a sexta-feira, em jornadas de 8h48min diárias, com intervalo intrajornada de 1h12m (não computado na jornada diária), conforme legislação vigente.

2.4.11.2. As escalas de trabalho serão estabelecidas pela CONTRATADA, e deverão ocorrer dentro do período das 08:00 às 18:00, devendo a jornada respeitar o intervalo mínimo de 01 (uma) hora para almoço, nos termos do artigo 71 da CLT c/c todas e quaisquer determinações constantes na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

2.4.11.3. A critério da DPE/PR e de maneira fundamentada, os serviços poderão ser prestados, excepcionalmente, a partir das 06:00 ou até às 20:00, mediante ajuste prévio no início da jornada de trabalho ou utilização de banco de horas, de forma a não prejudicar a continuidade do serviço público.

2.4.11.4. Para tanto, a CONTRATADA deverá ser comunicada com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto os casos urgentes, conforme disciplina específica.

2.4.11.4.1. Limitam-se as horas excedentes à jornada de trabalho a 2 (duas) horas diárias por profissional de segunda-feira a sexta-feira e a 8 (oito) horas diárias aos sábados, domingos e feriados, sendo vedada jornada de trabalho que ultrapasse 10 (dez) horas diárias.



2.4.11.4.2. Em caso de necessidade justificada de realização de serviços rotineiros fora do horário especificado, será necessária a autorização prévia da Fiscalização da DPE/PR.

2.4.11.5. Em caso de necessidades de urgências/emergências e/ou necessidade de realização de serviços extra horários em Curitiba e Região Metropolitana, ou ainda, em viagem, deverá ser utilizado o banco de horas para execução do período trabalhado, conforme detalhado a seguir:

2.4.11.5.1. O banco de horas será apurado semanalmente, com base na jornada ordinária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e deverá ser utilizado no prazo máximo de 01 (um) ano. Serão computadas, individualmente, as horas registradas em ponto eletrônico como saldo positivo ou negativo, de acordo com a carga horária efetivamente cumprida por cada profissional alocado nos Postos de Trabalho de serviços contínuos.

2.4.11.5.2. Essa carga horária poderá ser utilizada para compensar os atendimentos de urgências e emergências e a necessidade de realização de serviços fora da jornada ordinária.

2.4.11.5.3. A utilização do banco de horas aos finais de semana deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto nos casos urgentes, em que o não atendimento importe em prejuízos à estrutura ou patrimônio institucional.

2.4.11.5.4. Eventuais interrupções na jornada de trabalho causadas por ausência de materiais ou ferramentas, ou ainda, por atrasos injustificados na execução dos serviços ou cumprimento do itinerário de viagem, serão apurados pela DPE/PR, sendo as horas excedentes consideradas injustificadas descontadas do banco de horas.

2.4.12. Do controle da jornada de trabalho

2.4.12.1. A CONTRATADA deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

2.4.12.2. Fica expressamente vedada a realização de hora-extra.

2.4.12.3. A CONTRATADA deverá implementar o controle de ponto eletrônico para todos os empregados alocados em postos fixos nas dependências da DPE/PR. O ponto eletrônico será utilizado para o registro diário de entrada, saída, intervalos e jornada total de trabalho de cada profissional.

2.4.12.4. A CONTRATADA será responsável pela instalação, manutenção e operação do sistema de ponto eletrônico nas sedes da DPE/PR onde os postos fixos estiverem alocados. O sistema deverá estar em conformidade com as disposições da Portaria nº



1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo segurança e inviolabilidade dos registros de jornada.

2.4.12.4.1. O sistema deverá ser instalado em até 30 (trinta) dias após o início das atividades dos postos de trabalho fixos.

2.4.12.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar à DPE/PR, mediante solicitação, relatórios mensais ou em período específico dos registros de ponto dos profissionais alocados. Os relatórios deverão conter, de forma clara e organizada, o histórico de presença, horários registrados e eventuais justificativos para ausências ou atrasos, caso aplicável.

2.4.12.6. O não cumprimento da obrigatoriedade de controle de ponto eletrônico, ou a não disponibilização dos registros quando solicitados, poderá resultar na aplicação de penalidades cabíveis.

2.4.12.7. Qualquer problema técnico que comprometa o funcionamento do sistema de ponto eletrônico deverá ser prontamente corrigido pela CONTRATADA, sem ônus para a DPE/PR. Em caso de falha prolongada no sistema, a CONTRATADA deverá adotar, temporariamente, um sistema manual de controle de ponto até a regularização do ponto eletrônico.

2.4.13. Da requisição e substituição de profissionais (postos de serviços)

2.4.13.1. A CONTRATADA deverá substituir os funcionários, cuja conduta seja julgada inconveniente, bem como os que estiverem em gozo de férias e em eventuais faltas.

2.4.13.1.1. Em caso de solicitação da DPE/PR para a substituição de profissionais, a CONTRATADA terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para atendê-la provisoriamente e 20 (vinte) dias úteis para atendê-la em definitivo, contados a partir da data de comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.

2.4.13.1.2. Os profissionais indicados para efeito de substituição, inclusive para o cargo de Engenheiro Responsável, deverão atender estritamente às exigências do TR, quanto à formação, experiência e capacidade técnica.

2.4.13.1.3. A responsabilidade de assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela DPE/PR deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.

2.4.13.1.4. A CONTRATANTE terá o direito de, eventualmente, não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nesse caso, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da respectiva fatura.



2.4.13.2. A escolaridade, a formação e a experiência mínima de cada profissional, exigidas no Apêndice IV, deverão ser comprovadas.

2.4.14. Diárias

2.4.14.1. Para a execução dos serviços de manutenção preventiva, bem como para eventuais serviços de manutenção corretiva, serão consideradas diárias conforme valores e quantitativo estabelecido no Apêndice VIII.

2.4.14.2. Não será devido o pagamento de diárias para deslocamentos realizados pelo viajante dentro da Comarca ou da Região Metropolitana onde estiver lotado, incluindo os municípios limítrofes e aqueles legalmente integrados a essa região.

2.4.14.3. As diárias serão pagas conforme disposto na cláusula 12.14.4.

2.4.15. Viagens

2.4.15.1. A realização de viagens intermunicipais no âmbito da execução contratual deverá ser precedida de comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência compatível com a natureza do serviço a ser prestado, conforme os critérios a seguir:

2.4.15.1.1. Para os serviços programáveis, a comunicação deverá ser realizada com **antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis**, devendo indicar, de forma compatível com o planejamento logístico, os dados relevantes à organização da viagem, como localidade de destino, previsão de duração e necessidade de uso de veículo e/ou pagamento de diárias.

2.4.15.1.2. Para serviços urgentes ou emergenciais, a comunicação poderá ocorrer em prazo inferior ao indicado na cláusula anterior, observando-se o prazo máximo de atendimento previsto na cláusula 2.4.6.1.

2.4.15.2. As viagens deverão ser realizadas dentro do horário normal de trabalho, exceto em casos excepcionais, justificados pela DPE/PR.

2.4.15.3. É obrigatório o cumprimento da jornada normal de trabalho durante as viagens.

2.4.15.4. A contratada deverá repassar orientações aos seus profissionais, quanto às pausas durante viagens de longos trajetos, principalmente se ultrapassar 05 (cinco) horas consecutivas na condução dos veículos.

2.4.15.5. Os profissionais deverão ser orientados pela contratada a não realizarem jornadas superiores de trabalho em caso de viagens, a fim de chegarem com antecedência ao local do destino da viagem ou objetivando retornar antes do cronograma previsto para a viagem.



2.4.15.6. Na hipótese de cancelamento de viagem anteriormente programada e comunicada, cabe à DPE/PR informar à contratada, com a maior brevidade possível, para que, se for o caso, o profissional restitua à empresa as diárias recebidas antecipadamente.

2.4.16. O recebimento dos serviços dar-se-á da seguinte forma:

2.4.16.1. Para os serviços contínuos.

2.4.16.1.1.O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do encerramento do mês de referência.

2.4.16.1.2.O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

2.4.16.2. Para os serviços eventuais.

2.4.16.2.1.O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação escrita da CONTRATADA informando a entrega ou a conclusão da execução do objeto

2.4.16.2.2.O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

2.4.16.3. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer desconformidade ou falha na execução cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a resolução dos problemas levantados.

2.4.16.4. O recebimento definitivo de ambos os tipos de serviços fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

2.4.16.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.

2.4.17. Critérios de medição dos serviços:



2.4.17.1. Entende-se que a medição dos serviços deverá ser realizada mensalmente, sendo detalhada em notas fiscais separadas, com os devidos tributos, conforme indicado:

2.4.17.1.1. Medição referente à mão-de-obra dos serviços contínuos (Postos de Serviço).

2.4.17.1.2. Mediação referente à cessão de veículo(s).

2.4.17.1.3. Medição referente aos insumos e materiais de consumo ou reposição efetivamente utilizados no mês.

2.4.17.1.4. Medição referente aos serviços eventuais executados no mês.

2.4.17.1.5. Medição referente à quilometragem (caso o combustível deva ser ressarcido), às diárias e pedágios.

2.4.17.2. Disposições específicas para insumos e materiais de consumo ou reposição:

2.4.17.2.1. O material de consumo e reposição será fornecido pela CONTRATADA e faturado por medição (através de Relatório de Materiais Utilizados), sendo o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente utilizado no mês na execução dos serviços.

2.4.17.2.2. Os materiais de consumo ou reposição serão pagos separadamente do preço mensal para os serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva contínuos e dos serviços eventuais.

2.4.17.3. Disposições específicas para os serviços eventuais:

2.4.17.3.1. Os serviços eventuais somente serão realizados mediante a Ordem de Serviço específica emitida pela Fiscalização Administrativa (Curitiba), sempre que houver necessidade/demanda, sendo que tais serviços, na maioria dos casos, não serão executados pela equipe permanente de mão-de-obra contínua, exceto em casos especiais com expressa autorização da Fiscalização Técnica;

2.4.17.3.2. Os serviços eventuais serão pagos separadamente do preço mensal para os serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva contínuos e dos materiais de consumo/reposição, devendo ser previamente orçados pela CONTRATADA.

2.4.17.4. Disposições para os Critérios de Medição:

2.4.17.4.1. Caso alguma informação não esteja contida na tabela de referência, será usado critério acordado entre as partes, item análogo ou medições comumente utilizadas no mercado.



Unidades	Critérios de medição
Unidade	Será medido por unidade efetivamente fornecida; remanejada; inclusive transporte, carga, descarga e embalagens; regulagem, lubrificação, substituição de pivôs, até o momento do fechamento da medição.
M ²	Será medido pela área, até a segunda casa decimal, até o momento do fechamento da medição.
M ³	Será medido pelo volume, até a segunda casa decimal, até o momento do fechamento da medição.
Kg	Será medido pelo peso, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido, inclusive carga, transporte, descarga, embalagens, até o momento do fechamento da medição.
M	Será medido pelo comprimento, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido; cortado ou soldado, no caso de soldas; cortado, no caso vidros, inclusive acabamentos de bordas; reparado, no caso de trincas de forro de gesso; inclusive carga, transporte, descarga e embalagens, até o momento do fechamento da medição.
Mês	Será medido o período efetivamente trabalhado, conforme o mês de referência, para cumprimento dos horários contratuais.
H	Será medido pelo período de 60 (sessenta) minutos efetivamente trabalhado, contínuo ou não, para atendimento das exigências contratuais.
L	Será medido pelo volume, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido, inclusive carga, transporte, descarga e embalagens, até o momento do fechamento da medição.

2.4.18. Relatório de Execução de Serviço:

2.4.18.1. Este deverá ser emitido mensalmente, e deverá conter:

2.4.18.1.1. Checklist das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, com a data efetiva da realização de cada procedimento e funcionários que executaram;

2.4.18.1.2. Relatório dos serviços eventuais juntamente com relatório fotográfico, quando estes existirem;

2.4.18.1.3. Apresentar lista de insumos de consumo utilizados no mês, conforme modelo de apresentação a ser requisitado pelo Fiscal do Contrato;

2.4.18.1.4. Descrição de quaisquer anormalidades e/ou dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços;

2.4.18.1.5. Apresentação de sugestões para melhorar a execução dos serviços;

2.4.18.1.6. Outras atividades correlatas.

2.5. Prazo de garantia dos serviços



2.5.1. Os prazos de garantia técnica para os serviços seguirão o prazo de garantia recomendado no Apêndice D da NBR 15575-1 (Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos Gerais), a contar do recebimento definitivo dos serviços.

2.5.2. A CONTRATADA deverá reparar os vícios verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, sem ônus para a DPE/PR.

2.5.3. Para garantir a qualidade dos serviços deverão ser previstos:

2.5.3.1. Avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados, após seu recebimento, no máximo a cada 12 (doze) meses;

2.5.3.2. Ocorrências verificadas que demandem correções dentro do prazo de garantia serão comunicadas à CONTRATADA por notificação escrita para que a mesma solucione os problemas adequadamente em no máximo 10 (dez) dias;

2.5.3.3. Caso os reparos não sejam feitos, deverão ser tomadas as medidas cabíveis pela Fiscalização de Contratos.

2.6. Dos veículos

2.6.1. Das condições gerais

2.6.1.1. Nos casos em que os materiais necessários à completa execução do serviço não puderem ser transportados no veículo a ser fornecido pela CONTRATADA, esta deverá providenciar a entrega destes nos locais necessários, sem custos adicionais para a DPE/PR.

2.6.1.2. A contratada deverá encaminhar à DPE/PR, por meio do e-mail (veiculos@defensoria.pr.def.br) a documentação do veículo digitalizada, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para o início da execução dos serviços**, tempo hábil para confecção dos cartões de abastecimento.

2.6.1.3. A CONTRATANTE arcará, por meio de **cartões de abastecimento**, com os custos referentes ao fornecimento de combustível dos veículos disponibilizados pela CONTRATADA.

2.6.2. Uso do Veículo

2.6.2.1. O veículo será utilizado exclusivamente em serviço pela DPE/PR.

2.6.2.2. A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos profissionais, ferramentas e materiais entre as unidades da DPE/PR, bem como para viagens intermunicipais, conforme o planejamento logístico necessário à execução contratual.

2.6.2.3. O veículo circulará em vias de uso urbano, rural e rodoviário em todo o Estado do Paraná.

2.6.2.4. O veículo circulará, principalmente, entre às 08h e 18h.



2.6.2.5. Em casos excepcionais, poderá ser utilizado fora do período definido.

2.6.2.6. Durante a vigência contratual, os veículos devem ser guardados em espaço oficial da CONTRATANTE na respectiva Comarca de alocação.

2.6.2.6.1. O veículo poderá ser guardado fora do espaço oficial, desde que autorizado pela Coordenadoria de Manutenção Predial.

2.6.2.6.2. No caso de viagens, a CONTRATADA deverá orientar o motorista viajante quanto à guarda do veículo conforme a localidade e demais peculiaridades, devendo a CONTRATADA arcar com quaisquer ônus de guarda do veículo.

2.6.2.7. Durante a vigência do contrato o veículo deverá permanecer integralmente à disposição da DPE/PR.

2.6.3. Do Fornecimento de Veículos

2.6.3.1. O(s) veículo(s) deverá(ão) ser disponibilizado(s) **na mesma data do início da prestação dos serviços nos postos permanentes**, em cada local/bloco de atuação (Apêndice V), conforme comunicação da DPE/PR, sendo sua ausência considerada como descumprimento contratual, passível de sanções.

2.6.3.1.1. No caso de reconfiguração das Equipes Técnicas Permanentes, a CONTRATANTE poderá, na mesma comunicação eletrônica de que trata a Cláusula 2.1.1.3.1 ou mediante acordo entre as partes em momento oportuno, solicitar à CONTRATADA a disponibilização de outro veículo, aplicando-se ao novo veículo todas as disposições deste Termo de Referência.

2.6.3.2. É dever da CONTRATADA garantir que os veículos estejam em consonância com a legislação vigente, arcando com todas as despesas necessárias para tanto, além daquelas que vierem a incorrer durante a execução contratual, tais como taxas, impostos, multas, seguros, entre outros.

2.6.3.3. É responsabilidade da CONTRATADA assegurar, durante toda a vigência contratual e sem qualquer ônus adicional à DPE/PR, a realização de manutenção preventiva e corretiva nos veículos, a contratação e manutenção dos seguros veiculares necessários, bem como a limpeza regular dos veículos, garantindo a adequação às condições de uso e segurança exigidas.

2.6.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que os veículos fornecidos estejam sempre em boas condições visuais e estruturais, realizando a manutenção da funilaria e pintura para preservar a aparência e conservação dos veículos. Sempre que houver danos, desgastes excessivos ou sinais de deterioração que comprometam a apresentação do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos necessários.



Essas manutenções estéticas não deverão impactar a disponibilidade operacional do veículo, devendo ser programadas de forma a não prejudicar a execução dos serviços contratados.

2.6.4. Identidade Visual dos Veículos

2.6.4.1. Os veículos deverão possuir identidade visual da DPE/PR, conforme especificação a ser encaminhada pela DPE/PR em momento oportuno.

2.6.4.1.1. A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a confecção e adesivação dos veículos com a identidade visual da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR).

2.6.4.1.2. A identidade visual deverá ser instalada em até 30 (trinta) dias após o envio da especificação técnica.

2.6.4.1.3. Em caso de inconsistência com a identidade visual, a empresa deverá providenciar a correção em até 5 (cinco) dias úteis.

2.6.4.2. Da indisponibilidade dos veículos

2.6.4.3. Eventuais indisponibilidades dos veículos da CONTRATADA, seja por manutenção preventiva, corretiva ou proveniente de outras causas, deverão ser tratadas de forma a evitar a interrupção do serviço prestado ou minimizar os seus impactos o mais rápido possível.

2.6.4.4. A DPE/PR poderá solicitar a substituição de qualquer veículo que não esteja em conformidade com os padrões exigidos de manutenção preventiva e corretiva, limpeza, funilaria, pintura ou qualquer outra inconformidade que comprometa a segurança, funcionalidade ou apresentação do veículo.

2.6.4.4.1. O veículo reserva deverá ser disponibilizado sempre que o veículo titular não estiver disponível para uso da DPE/PR dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

2.6.4.4.2. O veículo reserva deverá ser entregue no local de origem do veículo titular, sendo aplicado a mesma utilização do veículo titular.

2.6.4.4.3. A substituição do veículo deverá ser da mesma categoria, não havendo disponibilidade, a empresa deverá providenciar um veículo superior, sem ônus para a DPE/PR. Ainda havendo indisponibilidade a empresa poderá apresentar soluções objetivando chegar em um consenso. A substituição do veículo titular pelo veículo reserva deverá sempre ser agendada pelo e-mail: veiculos@defensoria.pr.def.br

2.6.5. TAG de pedágio



2.6.5.1. A contratada deverá disponibilizar “TAG” ou similar em todos os veículos disponibilizados para passagem nas praças de pedágio.

2.6.5.2. O valor de eventual mensalidade deve estar previsto no valor do fornecimento dos veículos, sem qualquer custo de mensalidade à DPE/PR.

2.6.5.3. A contratada deverá custear o valor dos pagamentos referentes aos valores do pedágio, que será reembolsado mensalmente pela DPE/PR.

2.6.5.4. Para reembolso das despesas relacionadas ao pedágio, a contratada deverá encaminhar o extrato mensal de cada veículo contendo placa, valor, data, horário e local de utilização.

2.6.5.5. O dispositivo deverá permitir somente passagens em pedágio. Eventual utilização em estacionamentos, abastecimentos ou qualquer outro motivo, além da utilização do TAG para passagem em pedágio, não serão ressarcidos pela DPE/PR.

2.6.5.6. Estima-se que os custos com cobrança de tarifas em praças pedagiadas pelos veículos que serão fornecidos seja de aproximadamente de R\$ 4.053 (quatro mil e cinquenta e três reais) para o período de 12 (doze) meses.

2.6.6. Do rastreador

2.6.6.1. O veículo deverá estar equipado com rastreador veicular para monitoramento em tempo real.

2.6.6.2. O sistema de rastreamento deve permitir o acompanhamento da localização por meio de plataforma acessível (aplicativo ou web).

2.6.6.3. A CONTRATADA será responsável pela instalação, manutenção do sistema de rastreamento durante a vigência do contrato.

2.6.6.3.1. Em caso de qualquer problema com o sistema (como travamentos que impeçam a utilização do veículo), a empresa CONTRATADA deverá efetuar a correção em até 2 (duas) horas.

2.6.6.4. O sistema de monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES

3.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme autorização contida nos autos de instrução, sob o número 112/2024².

² <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Plano-de-Contratacao-Anual-PCA>

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de prestação de serviços, a ser contratado por meio de licitação, conforme o Plano de Contratação Anual da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

4.2. A modalidade de contratação será realizada por pregão eletrônico, conforme o disposto no Artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que tal modelo apresenta riscos de descompasso entre os contratos derivados da Ata de Registro de Preços (ARP) e a execução do objeto de forma uniforme e contínua quando se consideram as necessidades imediatas e futuras de postos de trabalho.

4.4. O critério de julgamento será o menor preço global.

4.5. O critério de adjudicação será por grupo, haja vista que o parcelamento do objeto pode elevar os riscos e comprometer a execução dos serviços.

4.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

4.7. Será permitida subcontratação parcial do objeto, sobretudo acerca dos serviços eventuais e da cessão do veículo.

4.7.1. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação.

4.7.2. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUB-CONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.

4.7.3. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação (Apêndice XIV), juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

4.7.3.1. A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.



4.7.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

4.9. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

4.10. Considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

5. REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

5.1. Da declaração de vistoria

5.1.1. Entende-se a vistoria prévia como sendo de suma importância para o conhecimento das condições locais onde serão realizados os serviços, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos afetos à visita que se julgarem necessários.

5.1.2. Alegações relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade da contratada.

5.1.3. As visitas aos atuais imóveis serão facultadas e somente ocorrerão mediante manifestação de interesse dos proponentes, devendo ser obrigatoriamente realizadas antes da data e horário designados para o certame, conforme orientações a seguir:

5.1.3.1. A empresa interessada deverá enviar um e-mail ao endereço eletrônico manutencao@defensoria.pr.def.br. Neste e-mail, deverão constar o número de identificação do pregão eletrônico em questão, bem como as sedes específicas às quais a empresa pretende realizar a vistoria, conforme item 5.1.5.

5.1.3.2. Como retorno, a empresa receberá uma comunicação formal contendo as seguintes informações: endereço completo do local da vistoria, data e horário pré-agendados para a realização da mesma, e o nome completo e número de telefone



do servidor responsável da Defensoria Pública que acompanhará a equipe técnica da empresa durante a execução da vistoria.

5.1.3.3. As vistorias deverão ser agendadas e realizadas até a data limite que anteceda a sessão pública do pregão eletrônico, conforme definido no Edital, de modo a assegurar tempo hábil para o conhecimento das condições locais e a correta elaboração das propostas.

5.1.4. Alternativamente, também mediante solicitação no mesmo e-mail citado no 5.1.3.1, a DPE/PR poderá disponibilizar aos interessados conjunto fotográfico dos imóveis para conhecimento das estruturas e instalações da prestação dos serviços.

5.1.5. Aos proponentes que não realizarem vistoria técnica em, ao menos 2(duas) das 3 (três) maiores sedes da Capital (Sede Administrativa, Sede de Atendimento Central e Sede dos Núcleos Especializados) ou em 2 (duas) sedes do interior do Estado, será obrigatória a apresentação de Declaração de Vistoria com a opção pela não realização da mesma, conforme Apêndice XII.

5.1.6. Os proponentes que realizarem a visita em, ao menos, 2 (duas) das 3 (três) maiores sedes da Capital (Sede Administrativa, Sede de Atendimento Central e Sede dos Núcleos Especializados) ou em 2 (duas) sedes do interior do Estado, deverão apresentar Declaração de Vistoria declarando conhecimento das condições de prestação dos serviços, conforme Apêndice XV.

5.1.7. Os proponentes que não apresentarem a declaração de vistoria serão desclassificados do processo licitatório.

5.2. Da Declaração de Responsabilidade Técnica

5.2.1. Deverá ser apresentada nos termos do Apêndice XIII

5.3. Da Regularidade profissional e da empresa

5.3.1. A redação do Art. 69. da Lei Federal no 5194/1966, traz que: *“Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado”*, posto isto, para que seja comprovado que se trata de uma empresa ou um prestador de serviços regularmente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá exigir-se, para fins de contratação da empresa, a Certidão de Registro ou Inscrição no CREA.



5.3.2. Além do descrito no item anterior, por se tratar de um serviço técnico especializado, o qual se for executado por profissional ou empresa não qualificada e/ou habilitada poderá trazer riscos às edificação, que em muitos casos são locadas, sendo a DPE/PR a responsável pela sua manutenção, e o principal, se os serviços forem executados por empresa e profissionais sem as devidas qualificações, poderá trazer riscos à segurança das pessoas que lá irão trabalhar, por exemplo, curto circuito, incêndio etc., desse modo, solicita-se:

5.3.2.1. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

5.3.2.1.1. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.800 m² com expressa comprovação das seguintes parcelas:

5.3.2.1.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

5.3.2.1.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

5.3.2.2. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional):

5.3.2.2.1. Certidão de Acevo Técnica (CAT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.800 m² acervados e emitida pelo CREA com expressa comprovação das seguintes parcelas:

5.3.2.2.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

5.3.2.2.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

5.3.2.2.2. Para fins de aceitação como objeto similar:

5.3.2.2.2.1. Deve-se considerar os acervos similares ao do objeto: edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas.

5.3.2.2.2.2. Não aceitar obras como: galpões, barracões, loteamentos, rodovias e quadras esportivas e afins, por se diferenciarem muito do objeto da contratação.



5.3.2.2.2.3. Serão aceitos certidões e atestados de complexidade superior ao objeto, como hospitais, estádios, museus, teatros, etc.

5.3.2.2.3. As parcelas "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais" e "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão" poderão ser comprovadas por meio de ACTs ou CATs distintos. Para se atingir o valor mínimo de 1.800 m² de área em cada uma das parcelas, será permitido a soma de atestados e certidões, desde que cada um deles contemplem no mínimo área de 600 m².

5.3.2.2.3.1. A exigência de Atestado de Capacidade Técnica (ACT) e Certidão de Acervo Técnico (CAT) com metragem mínima de 1.800m² para a comprovação das parcelas relativas à construção, reforma ou operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais e instalações elétricas prediais de baixa tensão fundamenta-se na necessidade de garantir que os licitantes possuam experiência compatível com a dimensão e complexidade dos serviços a serem executados.

5.3.2.2.3.2. A metragem mínima exigida está alinhada com a realidade das principais unidades da DPE/PR, considerando que a maior unidade da instituição, a Sede de Atendimento Central, que também apresenta o maior fluxo de pessoas, possui aproximadamente 3.613,99m² (Contrato nº 024/2017). Além disso, outras unidades operam em edificações de grande porte, como a sede dos Núcleos/Corregedoria, com 2.889,44m² (Contrato nº 22/2020), a sede Administrativa, com 2.513m² (Contrato nº 016/2027), e as unidades de Londrina, com 1.690,04m² (Contrato nº 015/2018), Maringá, com 785m² (Contrato nº 014/2018), e a unidade Administrativa - Anexo, com 664,39m² (Contrato nº 56/2023). Dessa forma, a exigência de comprovação de experiência em uma metragem equivalente a pelo menos 50% da maior unidade encontra respaldo no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% das parcelas relevantes.

5.3.2.2.3.3. Para viabilizar a participação de fornecedores qualificados e garantir um critério justo e proporcional, será permitida a soma de atestados e certidões, desde que cada um deles contemple, no mínimo, 600m² de área executada. Esse critério assegura que as comprovações apresentadas sejam representativas da experiência necessária, evitando a fragmentação excessiva e garantindo que os licitantes tenham atuado em projetos de porte compatível com as demandas da DPE/PR.

5.3.2.2.3.4. Além de garantir a qualificação dos fornecedores, a exigência dessa metragem visa promover maior segurança na execução dos serviços, assegurando que os



profissionais contratados tenham experiência comprovada em edificações operacionais e ocupadas, onde as atividades devem ser realizadas sem interrupção das funções institucionais. A experiência em áreas com metragens significativas reflete o domínio das boas práticas de manutenção predial, a capacidade de planejamento técnico adequado e a gestão de riscos necessária para o cumprimento eficiente dos serviços contratados.

5.3.3. O Responsável Técnico indicado pela empresa registrará Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal no 6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal no 5.194/66, para os serviços de manutenção predial continuada antes do início dos serviços, e conforme preceituam os artigos 45 a 47 e 50 da Lei Federal no 12.378/2011. Para os serviços eventuais a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) será emitida para cada serviço específico antes do seu início, se necessário.

5.3.3.1. O prazo para a entrega da ART do Responsável Técnico para os serviços de manutenção predial continuada deverá ser de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.4. Da Habilitação e da verificação de impedimentos para contratação

5.4.1. Para habilitação no certame, as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

5.4.1.1. Habilitação jurídica:

5.4.1.1.1. Cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.4.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

5.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro

5.4.1.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.4.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;



5.4.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

5.4.1.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

5.4.1.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

5.4.1.2.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.4.1.2.8. Demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

5.4.1.2.9. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.4.1.3. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

5.4.1.3.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

5.4.1.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

5.4.1.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

5.4.1.3.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;

5.4.1.3.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5.5. Da qualificação Econômico-Financeira

5.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

5.5.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL



DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;

5.5.2.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

5.5.2.2. Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

5.5.2.2.1. As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

5.5.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa, será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 ($>$ ou $= 1,0$), resultante da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$



5.5.3.1. As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5.3.1.1. Quando se tratar de empresas reunidas em consórcio, o montante será acrescido em 10%, na forma do §1º do art. 15 da Lei 14.133/2021, salvo quando referir-se aos constituídos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

5.5.4. Os índices previstos no item 5.5.3 e subsequentes serão computados com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

5.5.4.1. A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos no item 5.5.3 e subsequentes, tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

6. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.2.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPPR.

6.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

6.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.

6.5. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

6.6. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados da publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável por períodos sucessivos, na forma do artigo 83, Inciso II, da RES DPG 375/2023 da DPE e dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO

7.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS).

7.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

7.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) ou órgão competente.

7.3.1. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais: contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios - CFORM);

7.3.2. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios - CFIS);

7.3.3. Quanto à execução técnica do contrato: manutencao@defensoria.pr.def.br

7.4. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

7.4.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.4.3. No início da execução contratual será fiscalizado se o número de terceirizados está de acordo com previsto no contrato.



7.4.4. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa contratada.

7.4.5. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação: a) relação dos empregados, com nome completo, função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, b) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e c) declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

7.4.6. Na Fiscalização mensal, será consultada a situação da empresa, bem como todas as certidões de regularidade fiscal.

7.4.7. Nas Fiscalizações diárias, as ordens deverão ser do representante da contratada, sendo evitadas ordens diretas da DPE/PR dirigidas aos terceirizados. As solicitações dos terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.

7.4.8. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço ou folgas deve ser em comum acordo com a DPE/PR.

7.4.9. Serão conferidos, diariamente, se os empregados terceirizados estão prestando os serviços de acordo com o cumprimento da jornada de trabalho.

7.4.10. A fiscalização do contrato, verificará se a empresa contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

7.4.11. A DPE/PR solicitará, os extratos da conta do FGTS para que se verifique se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

7.4.12. Ao final de um ano, todos os empregados terão seus extratos avaliados, sendo obrigação da contratada o encaminhamento à DPE/PR.

7.4.13. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

7.4.14. Durante a execução do objeto, o fiscal monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.4.15. Em hipótese alguma, será admitido que a própria empresa contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.



7.4.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, serão aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no edital da licitação.

7.4.17. A DPE/PR promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos do Art. 1º, Inciso IV, do Anexo XII da RES DPG 375/23.

7.4.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da contratante, conforme disposto nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133 de 2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8.2. Executar os serviços, conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em sua proposta.

8.3. Prestar os serviços discriminados utilizando-se empregados capacitados, éticos, urbanos com prática de direção comprovada por meio da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da CTPS.

8.4. Substituir IMEDIATAMENTE, mediante notificação do Gestor do Contrato, ou seu substituto, qualquer funcionário que seja julgado inadequado a prestação dos serviços objeto deste Termo, por não cumprir requisitos mínimos de: urbanidade, boa fé, ética, moral, respeito e capacidade de direção segura, dentre outros devidamente justificados pela CONTRATANTE.

8.5. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como por todas as demais disposições das leis trabalhistas e previdenciárias.



8.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à DPE/PR, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos.

8.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos contrários.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8.15. Designar um preposto que exercerá a supervisão permanente de modo a obter uma operação correta e eficaz, o qual, além de ser o contato com a CONTRATANTE



responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

8.16. Manter os seus profissionais, quando em serviço, dentro da DPE/PR, devidamente identificados.

8.17. Responder por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus empregados ou, ainda, aquele causado pela DPE/PR ou a terceiros, quando da prestação dos serviços.

8.18. A CONTRATADA deverá adotar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência desta espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou na conexão com eles, ainda que verificados em dependências da DPE/PR.

8.19. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a CONTRATANTE, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

8.20. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

8.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

8.22. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, prevista no art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual nº 16.938/2011 (Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos), Lei Estadual nº 18.712/2016 (Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná) e Lei Estadual nº 19.727/2018, que



dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar até 2% (dois por cento) das vagas de emprego das empresas para mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual.

8.24. As exigências legais de reserva de cargos que devem ser cumpridas pelas Contratada não se confundem com a prestação do serviço objeto desta licitação.

8.25. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

8.26. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

8.27. A CONTRATADA deverá garantir a participação de seus profissionais em treinamento para utilização do sistema de gestão de manutenção adotado pela DPE/PR, sem qualquer ônus para a CONTRATADA.

8.28. O treinamento será ministrado pela DPE/PR ou por empresa indicada por esta, com custos cobertos pela Defensoria.

8.29. A CONTRATADA deverá assegurar que os profissionais designados para a execução dos serviços estejam devidamente capacitados e aptos a operar o sistema, garantindo o correto registro e acompanhamento das atividades de manutenção.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato, no procedimento da contratação, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia,



mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.10. Aplicar, motivada e justificadamente, a CONTRATADA às penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

9.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;

9.12. As demais obrigações da contratante encontram-se dispostas no respectivo no procedimento da contratação, respectivo Termo de Referência e anexos.

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse, entre outros: atendimento do plano de manutenção preventiva; atendimento às ordens de serviço emergenciais; presença e qualidade da mão de obra residente; conformidade com a entrega de materiais; qualidade na execução dos serviços, dentre outros. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.



ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Execução de serviços de manutenção com qualidade abaixo do padrão exigido, resultando em retrabalho ou na necessidade de intervenção corretiva. Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	5	Por ocorrência
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência



Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como não providenciar a instalação do sistema de registro de registro de ponto ou não fornecer informações sobre a folha ponto dos profissionais dos postos quando requisitado.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
16	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	1	Por ocorrência e por dia
17	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	1	Por dia
18	Promover a limpeza do local de prestação dos serviços como um todo, após notificação da Fiscalização	1	Por ocorrência e por dia
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
20	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
21	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
22	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os materiais utilizados, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso e etc.).	2	Por ocorrência
23	Entregar os insumos e materiais para a execução das atividades de manutenção conforme cronograma	3	Por dia de atraso
24	Entregar os salários, vale-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas.	3	Por ocorrência e por dia



Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
25	De atender solicitação de realização de serviços eventuais de Engenharia dentro do prazo estabelecido	2	Por dia de atraso
26	Fornecer veículo capaz de realizar as atividades ou veículo reserva sempre que o veículo titular não estiver disponível, inclusive no prazo previsto para o início da prestação dos serviços nos postos permanentes, conforme cronograma estabelecido pela DPE/PR.	3	Por dia

10.2. Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará descontos nos valores mensais do contrato conforme a seguinte metodologia: durante o mês de competência, as ocorrências serão analisadas de acordo com os critérios de desempenho, grau e a incidência. O desconto será realizado no pagamento correspondente de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO MENSAL	
Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor MENSAL do contrato
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,0%
De 11 a 20 pontos	2,5%
De 21 a 30 pontos	5,0%
De 31 a 40 pontos	7,5%
De 41 a 50 pontos	10,0%
Acima de 50 pontos	30,0%

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.



11.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados, quando possível, pela CONTRATADA:

11.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

11.2.2. Racionalização/economia de recursos e principalmente no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

11.2.3. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de asseio e conservação.

11.2.4. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc., sempre apresentando à CONTRATANTE comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.

11.2.5. Correta separação e descarte dos resíduos gerados por atividades relacionadas a construção civil.

11.2.6. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

11.2.7. A CONTRATADA deverá repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

11.2.8. Deverá ainda atender, no que couber, às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela LEI n. 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n° 7.404, de 23/12/2010.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. O faturamento/nota fiscal de cada classe de objeto deverão ser apresentados separadamente: classe dos serviços continuados, classe do fornecimento dos insumos; classe dos serviços eventuais; diárias; pedágios; fornecimento do(s) veículo(s).



12.3. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos das notas fiscais de cada classe do objeto serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

12.5. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.



12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

12.13. Da classe dos serviços continuados:

12.13.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do contrato deverá receber os relatórios mensais para faturamento referente à prestação dos serviços da equipe permanente e de eventuais diárias utilizadas no período, que deverão ser faturadas separadamente.

12.13.2. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data limite estabelecida em Lei, sob pena de multa. Se persistido o atraso a Administração poderá, se achar conveniente efetuar o pagamento diretamente aos funcionários da Contratada, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades, garantido o direito ao contraditório, e das demais sanções legais, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

12.13.3. Sempre que a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos, e efetuar o pagamento diretamente aos empregados terceirizados contratados.

12.13.4. A eventual inadimplência da CONTRATADA para com seus empregados terceirizados relativamente ao vale-transporte e vale alimentação, poderá ter o mesmo tratamento previsto no item anterior.

12.13.5. Os encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da empresa Contratada.

12.13.6. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência contratual.

12.14. Da classe dos insumos e materiais e serviços eventuais:

12.14.1. Os preços dos insumos utilizados para a realização dos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva serão os constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecido para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, acrescidos do BDI de



19,75% (Apêndice X) sobre o qual será aplicado o percentual de desconto final, correspondente à diferença entre o valor máximo estimado do item dos insumos e materiais de reposição e consumo da licitação e o valor efetivamente contratado para o mesmo item.

12.14.1.1. Para cada solicitação de serviço eventual ao longo do contrato será elaborada planilha orçamentária pela CONTRATADA, que será composta pelos serviços constantes na no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecida para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, acrescidos do BDI de 27,07% (Apêndice X) sobre o qual será aplicado um percentual de desconto final, correspondente à diferença entre o valor máximo estimado do item dos serviços eventuais da licitação e o valor efetivamente contratado para o mesmo item.

12.14.2. Falta do insumo/serviço na tabela de referência (SINAPI):

12.14.2.1. Na ausência de referência de preços para determinado insumo ou serviço eventual na tabela SINAPI, a CONTRATADA deverá priorizar a substituição por item equivalente constante da própria tabela SINAPI para o Estado do Paraná, considerando os valores vigentes no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

12.14.2.1.1. Sobre o preço estabelecido na Tabela Sinapi para itens equivalentes, aplicam-se, do mesmo modo, as cláusulas 2.4.2, 2.4.2.1, 2.4.3.3. e 2.4.3.3.1.

12.14.2.2. **Caso não seja possível a substituição por um item equivalente na tabela SINAPI**, a formação do preço do item será definida, se houver, com base em outro sistema oficial de referência de custos, considerando os valores vigentes estabelecido para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

12.14.2.2.1. Sobre o preço estabelecido no sistema de referência de custos, será aplicado o BDI previamente definido no contrato (19,75% para materiais de reposição e consumo e 27,07% para serviços eventuais), devendo ser aplicado, conforme o caso, as cláusulas 2.4.2, 2.4.2.1, 2.4.3.3 e 2.4.3.3.1.



12.14.2.3. Caso a composição do preço do item no sistema oficial de referência de custos adotado já inclua percentual de BDI, este será desconsiderado, sendo obrigatória a aplicação do BDI previamente estabelecido no contrato (19,75% para materiais de reposição e consumo e 27,07% para serviços eventuais) para fins do cálculo previsto na Cláusula.

12.14.2.4. Caso não seja possível a utilização de sistemas de referência de custos, será realizada pesquisa de mercado para definir o valor a ser pago.

12.14.2.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar no mínimo três orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados.

12.14.2.4.1.1. Somente serão aceitos menos de três orçamentos mediante justificativa

12.14.2.4.2. A fiscalização do contrato analisará os orçamentos apresentados, verificando se os valores estão compatíveis com o mercado por meio de pesquisa própria ou outras bases de referência disponíveis.

12.14.2.4.3. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar novos orçamentos ou justificativas adicionais.

12.14.2.4.4. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, o pagamento será realizado com base na média dos três orçamentos apresentados, aplicando-se o desconto, calculado sobre a diferença entre o valor máximo do item da licitação e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação das respectivas propostas (materiais de reposição e consumo e serviços eventuais).

12.14.2.4.5. A CONTRATADA não poderá recusar a execução do serviço ou fornecimento do insumo caso o valor estabelecido esteja dentro do preço médio de mercado identificado, sendo vedada a imposição de valores superiores aos praticados no setor.

12.14.3. Pagamento dos serviços prestados pelo engenheiro responsável

12.14.3.1. A remuneração pelos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável será paga mensalmente à CONTRATADA com base no valor da hora trabalhada para carga horária estimada de 2 (duas) horas diárias, totalizando 480 horas ao longo de 12 meses.

12.14.3.2. O pagamento previsto será proporcional à efetiva execução mensal dos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável, adotando-se como referência os



custos mensais e os valores totais estimados e eventualmente atualizados³ para 12 (doze) meses dos seguintes itens: (1) Serviços continuados; (2) Serviços sob demanda; (3) Insumos e materiais de consumo e reposição, conforme os critérios a seguir:

12.14.3.2.1. Para a apuração do número de horas trabalhadas no mês de referência, deverá ser calculada a razão entre a soma dos custos mensais dos Itens 1, 2 e 3 e a soma dos valores totais estimados e eventualmente atualizados desses mesmos itens para 12 (doze) meses; e o resultado deve ser multiplicado por 480 (quatrocentas e oitenta) horas – total estimado de trabalho para 12 (doze) meses.

12.14.3.2.2. A remuneração mensal será obtida pela multiplicação do número de horas mensais trabalhadas, apuradas nos termos da Cláusula 12.15.4.2.1, pelo valor da hora estabelecido na Cláusula 12.15.4.1.

12.14.4. Pagamento de Diárias e pedágios

12.14.4.1. Os valores previstos de diárias e pedágios não serão objeto de disputa pelos licitantes.

12.14.4.2. A CONTRATADA deverá efetuar previamente o pagamento de diárias de viagem aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho que prestarem serviços à CONTRATANTE fora da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, na devida proporção do deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia.

12.14.4.3. Farão jus à(s) diária(s) integrais, quando os empregados da contratada em viagem necessitar pernoitar fora da sua residência, tendo a liberdade de escolher o hotel/pousada ou estabelecimento congênere onde pernoitará, sendo vedado dormir dentro do veículo.

12.14.4.4. Será devida 01 (uma) diária de viagem, no valor de R\$ 320,00 para cada dia de deslocamento que implique pernoite, abrangendo as despesas ordinárias do colaborador em viagem.

12.14.4.5. Os profissionais da CONTRATADA terão direito a indenização parcial de diária, no valor de R\$ 100,00, destinada a cobrir despesas ordinárias do colaborador

³ Para fins de aplicação desta cláusula, o termo “atualizados” refere-se aos valores que eventualmente já foram objeto da atualização prevista na Cláusula Décima Terceira da minuta contratual.



em viagem de ida e volta no mesmo dia, desde que as atividades ocorram fora da Região Metropolitana da comarca de alocação da equipe ou de cidades limítrofes à sua localidade de origem.

12.14.4.6. Para o dia de retorno, será devida 1 (uma) diária parcial.

12.14.4.7. O pagamento das diárias será exclusivamente destinado aos profissionais que, comprovadamente, fizerem jus ao seu recebimento, conforme as disposições dos parágrafos anteriores.

12.14.4.8. Os repasses referente às diárias não poderão ser inferiores aos valores acima estabelecidos, detalhados no Apêndice VIII.

12.14.4.9. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA juntamente com a fatura mensal de prestação dos serviços, mediante relatório e comprovação dos valores efetivamente pagos, atestados pelo fiscal do contrato formalmente designado pela contratante.

12.14.4.10. A contratada deverá disponibilizar, em todos os veículos locados, dispositivos de pagamento eletrônico, como “TAG” ou equivalente, para viabilizar a passagem pelas praças de pedágio. O custo de eventual mensalidade referente a esses dispositivos deverá estar integralmente incluído no valor da cessão dos veículos, não sendo admitida cobrança adicional à DPE/PR a esse título.

12.14.4.10.1. O dispositivo só deverá permitir passagens em pedágio. Eventual utilização em estacionamentos, abastecimentos ou qualquer outro motivo, além da utilização do TAG para passagem em pedágio, não serão ressarcidos pela DPE/PR.

12.14.4.11. A contratada será responsável pelo pagamento dos pedágios durante a execução do contrato, fazendo jus ao respectivo reembolso por parte da DPE/PR.

12.14.4.12. Os valores efetivamente pagos a título de pedágio serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, do extrato mensal de cada veículo contendo placa do veículo, valor pago, data, horário e local da cobrança do pedágio.

12.14.5. Pagamento da Cessão de veículos

12.14.5.1. A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA referente aos custos com cessão de veículos, mediante apresentação de documentação fiscal e comprobatória que discrimine o valor unitário, o quantitativo de veículos efetivamente disponibilizados no mês de referência e o valor total correspondente.

12.14.6. Pagamento Combustível e Pedágio

12.14.6.1. Os valores de quilometragem apresentados no apêndice VIII têm caráter meramente orientativo, uma vez que a presente contratação não abrange o fornecimento de combustível, cuja responsabilidade será da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), por meio de contratos específicos.

12.14.6.2. Caso, excepcionalmente, durante a execução contratual, haja necessidade de reembolso ou pagamento direto à contratada referente ao fornecimento de combustível, o valor devido será calculado com base no levantamento oficial de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O pagamento será efetuado considerando o preço médio do combustível utilizado, conforme registrado no sistema da ANP no mês de referência da despesa.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. As condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em Contrato, observando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução DPG n.º 375/2023.

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado de suas respectivas datas-base, conforme disposições do contrato.

13.2.1. **Repactuação dos custos decorrentes do mercado:** Incluem-se os (i) insumos vinculados aos Postos de Trabalho; (ii) insumos e materiais de consumo e reposição; (iii) cessão de veículos; (iv) serviços prestados pelo Engenheiro Responsável; e (v) diárias de viagem. A data-base para esses custos será a **data da apresentação da proposta vencedora desta contratação**.

13.2.2. **Repactuação dos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:** A data-base para esses custos será a **data de início dos efeitos financeiros do acordo coletivo, da convenção coletiva ou do trânsito em julgado de sentença normativa do dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada**.

13.3. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Resolução DPG nº 375/2023, em seu Anexo XIII, conforme disposições do contrato.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



14.1. A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após a comunicação pela Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios do início da vigência contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14.1.1. No caso de a proposta vencedora da licitação ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser prestada garantia adicional, que poderá ser somada à garantia exigida no item 14.1, exigida e calculada nos termos do art. 59, §5º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.2. A inobservância do prazo do item acima acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

14.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

14.4. A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência final do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços, acréscimo ou prorrogação contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 14.1.

14.5. A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.6. A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o artigo 827 do Código Civil.

14.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, dentre outros, o pagamento de:

14.7.1. I - Prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;

14.7.2. II - Prejuízos diretos e indiretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;

14.7.3. III - As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO.

14.8. A garantia será liberada ao final do prazo estipulado no item 14.4, após a verificação, pelo CONTRATANTE, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.



16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023, Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

APÊNDICE I

QUADRO RESUMO DE DOCUMENTAÇÃO

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	MODELO/REFERÊNCIA	OBRIGATORIEDADE
Declaração de Vistoria	Declaração de que realizou ou não a vistoria técnica nas unidades da DPE/PR.	Apêndice XII ou XV / item 5.1.	Obrigatória
Comprovação de Vistoria	Visita a 2 das 3 sedes principais da capital ou 2 sedes do interior. Alternativamente, pode solicitar conjunto fotográfico.	Item 5.1.5 e 5.1.6	Facultativa (visita); obrigatória a declaração
Declaração de Responsabilidade Técnica	Declaração assinada por profissional habilitado responsável pela execução dos serviços.	Apêndice XIII / item 5.2.1	Obrigatória
Certidão de Registro/Inscrição no CREA	Documento da empresa emitido pelo CREA.	Item 5.3.1	Obrigatória para fins de contratação da empresa.
Atestado de Capacidade Técnica (ACT)	Comprova execução de serviços similares nos termos exigidos por este Termo de Referência.	Item 5.3.2.1	Obrigatória
Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional)	Certidão de Acevo Técnico (CAT)	Item 5.3.2.2.	Obrigatória
Habilitação Jurídica	-	Item 5.4.1.1	Obrigatória
Regularidade fiscal, social e trabalhista	-	Item 5.4.1.2	Obrigatória
Qualificação Econômico-Financeira	-	Item 5.5	Obrigatória

APÊNDICE II

LISTA NÃO EXAUSTIVA DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

As rotinas apresentadas não são exaustivas e podem sofrer modificações de acordo com as necessidades da DPE/PR ou de cada imóvel. A tabela a seguir serve, então, como norteadora dos serviços contínuos a serem realizados pela CONTRATADA.

A periodicidade dos serviços indicados será definida conforme o Plano de Manutenção a ser elaborado pela CONTRATADA, com base nas características de cada unidade, capacidade da equipe e deverá ser previamente aprovado pela DPE/PR. A execução das rotinas poderá ser ajustada conforme demanda, observadas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva identificadas ao longo da execução contratual.

INSTALAÇÕES CIVIS	
Manutenção predial preventiva	
Item	Grupos/Descrição/Serviços
1	Elementos da estrutura predial, fundações, vigas e pilares, lajes, marquises, muros de contenção, escadas e rampas
	Verificar o estado geral dos elementos
	Verificar exposição de elementos enterrados
	Verificar infiltração/umidade incomum no elemento e/ou proximidades
	Verificar a existência de ferragens descobertas
	Verificar pontos de corrosão em ferragens
	Verificar pontos danificados ou deteriorados
	Verificar existência de rachaduras, trincas ou fissuras

Item	Grupos/Descrição/Serviços
2	Paredes externas, internas e vedações verticais
	Inspecionar estados das alvenarias dos Prédios
	Verificar possíveis defeitos nas alvenarias
	Inspeção em divisórias internas (madeira, eucatex, gesso, MDF, Drywall)
	Verificação de perfis de divisórias
	Verificação e substituição de vidros quebrados, trincados ou riscados.
Item	Grupos/Descrição/Serviços
3	Revestimentos (cerâmico e pedras)
	Verificar folgas e desníveis nos revestimentos do prédio
	Verificar rejuntamento e vedação de revestimentos dos prédios
	Verificar estado de conservação dos revestimentos (riscos, manchas, rachaduras)
Item	Grupos/Descrição/Serviços
4	Pintura
	Verificar estado de conservação de pintura interna do prédio, bem como o tempo de pintura
	Verificar possíveis erros de acabamentos para serem corrigidos
Item	Grupos/Descrição/Serviços
5	Esquadrias (alumínio, ferro, madeira e vidro)
	Verificação de estado de conservação das portas, janelas, portas corta-fogo
	Inspeção de dobradiças e fechaduras

	Lubrificação de dobradiças
	Inspeção dos componentes das esquadrias
	Inspeção em portões e grades do prédio
	Inspeção em vidros de esquadrias e divisórias do prédio
	Verificação da estanqueidade / Estado dos elementos de vedação
Item	Grupos/Descrição/Serviços
6	Fachadas
	Limpeza e lavagem externa de fachadas e vidros
Item	Grupos/Descrição/Serviços
7	Pisos (cerâmicos, pedras, paviflex, tacos, tabladados, asfalto, concretados, alta resistência)
	Verificar o estado de conservação e o aparecimento de rachaduras fissuras e buracos em pisos
Item	Grupos/Descrição/Serviços
8	Sinalização predial
	Verificar o estado de conservação da sinalização, placas indicativas, letreiros, quadros informativos e afins
Item	Grupos/Descrição/Serviços
9	Elementos da cobertura das edificações, telhados, estruturas de telhado, cobertura, drenagem, impermeabilização, calhas, rufos, grelhas, grades, correntes, ralos e condutores de água pluvial
	Inspecionar e corrigir aparentes defeitos na cobertura dos prédios
	Verificar erros de queda d`água,

	estrutura do telhado e impermeabilização, a fim de evitar vazamentos
	Substituir elementos trincados, danificados, deteriorados ou faltantes na estrutura
	Substituir telhas quebradas, rachadas ou trincadas e instalar telhas faltantes
	Verificar a integridade de elementos de fixação
	Verificar ressecamento de buchas de fixação, substituindo, se necessário
	Limpar o telhado
	Corrigir problemas de fixação e vedação
	Substituir elementos ressecados
	Limpar a cobertura
	Verificar integridade dos elementos de impermeabilização, mantas e rebocos de cumeeiras
	Verificar pontos sem impermeabilização, inclusive de lajes
	Verificar calafetação das junções, limpar e desentupir as calhas, rufos grelhas e condutores
	Substituir ou reconstruir peças danificadas ou deterioradas e instalar peças faltantes
	Verificar capacidade de escoamento e comunicar casos de subdimensionamento
	Inspecionar os tubos de escoamento e descarte final das águas pluviais
Item	Grupos/Descrição/Serviços
10	Elementos das instalações hidrossanitárias, tubulações, conexões, fixações e acessórios
	Inspecionar e limpar os sifões das pias e lavatórios
	Inspecionar e limpar os ralos simples e caixa sifonadas
	Verificar as saídas dos tubos de ventilação das redes hidráulicas
	Verificar as conexões das peças com a tubulação
	Verificar o estado de conservação e fixação das tubulações aparentes, inibindo processos de deterioração com tratamento adequado

	Retocar, caso necessário, a pintura das tubulações aparentes
	Verificar a existência de refluxos e inclinações mal executadas, corrigindo e relatando as medidas necessárias para solução dos problemas
	Verificar retorno de odores nas tubulações, identificando as causas e adotando as ações corretivas necessárias
	Identificar situações críticas de vazão incompatível para o dimensionamento da tubulação, relatando os casos
	Verificar a ocorrência de vazamentos, entupimentos e outros defeitos na tubulação, efetuando as correções necessárias
Item	Grupos/Descrição/Serviços
11	Reservatórios de água
	Verificar estado de limpeza e conservação geral dos reservatórios
	Verificar funcionamento, vazão e estanqueidade de boias
	Verificar estado de tubulações que fazem parte do reservatório (Ladrão, extravasor)
	Verificar os níveis dos diversos reservatórios (inferiores e superiores)
	Verificar e corrigir, se necessário, os controladores de nível dos reservatórios
	Verificar e recuperar, se necessário, os registros e válvulas dos barriletes
	Examinar as condições do alçapão de acesso ao reservatório, procedendo, se necessário, as melhorias na vedação, a eliminação de ferrugens e pintura geral
	Verificar e reparar, se necessário, a estanqueidade das flanges
	Verificar vazamentos, adotando ações corretivas e impermeabilizações, se necessário
	Verificar a existência de dejetos ou substâncias poluentes, procedendo as remoções
	Efetuar limpeza geral do reservatório seguindo o procedimento estabelecido na NBR 5626:2020.
Item	Grupos/Descrição/Serviços
12	Válvulas de caixas de descarga
	Verificar e reparar se necessário, o funcionamento das válvulas de descargas
	Inspecionar o funcionamento das válvulas de retenção

	Verificar e reparar se necessário, a regulagem das válvulas dos mictórios e sanitários
	Inspeccionar o estado das ligações e conexões, observando a existência de vazamentos e oxidação
	Verificar o desgaste dos reparos das válvulas de descarga, substituindo, se necessário
	Verificar os acoplamentos e os anéis de vedação
	Lubrificar os registros e válvulas dos barriletes
Item	Grupos/Descrição/Serviços
13	Registros, torneiras e metais sanitários
	Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, e torneiras, efetuando as correções necessárias
	Testar a operação das torneiras automáticas (com funcionamento por sensores ou por pressão), efetuando as regulagens de vazão
	Verificar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carrapetas, etc.)
	Verificar a ocorrência de entupimentos, vazamentos ou outros defeitos, efetuando as correções necessárias
Item	Grupos/Descrição/Serviços
14	Vasos sanitários, mictórios, tanques, lavatórios, pias e demais aparelhos sanitários
	Verificar existência de peças danificadas
	Verificar funcionamento das peças
	Verificar entupimentos e executar limpeza e desobstrução
	Corrigir todos os problemas verificados, com fixação, ajuste e recomposição.
Item	Grupos/Descrição/Serviços
15	Ralos e Grelhas

	Verificar existência de peças danificadas
	Verificar funcionamento das peças
	Executar limpeza e desobstrução
Item	Grupos/Descrição/Serviços
16	Caixas de inspeção, caixas de areia, caixas coletoras, caixas de gordura, fossas sépticas e sumidouros
	Verificar o estado geral de conservação das caixas
	Verificar as condições e fixação das tampas das caixas
	Verificar transbordamentos e entupimentos
	Limpar as caixas de gordura, de inspeção e de areia
	Inspecionar e reparar tampas e transbordamentos das fossas e sumidouros
	Limpar com jato d'água e fazer sucção a vácuo dos dejetos de fossas e sumidouros
Item	Grupos/Descrição/Serviços
17	Barrilete e Coluna de Distribuição
	Verificar estado das tubulações e conexões dos sistemas
	Verificar e lubrificar preventivamente os registros (gaveta, esfera) característicos de cada sistema
Item	Grupos/Descrição/Serviços
18	Hidrômetro
	Inspecionar e tomar nota da leitura diária do hidrômetro
	Conferir a leitura informada na fatura de água com a leitura do hidrômetro.
	Verificar e corrigir possíveis vazamentos nas conexões que fazem parte do sistema do hidrômetro

Item	Grupos/Descrição/Serviços
19	Entulhos e Restos de Obra
	Fazer o descarte, recolhimento correto de entulhos de restos de obras e manutenção predial

EQUIPAMENTOS	
Manutenção predial preventiva	
Item	Grupos/Descrição/Serviços
1	Bombas hidráulicas
	Testar o funcionamento das bombas (principal e reserva).
	Verificar e reparar se necessário, a existência de ruídos e vibrações anormais quer elétrico ou mecânicos.
	Verificar e reparar se necessário, as condições do acoplamento, braçadeiras, mangotes.
	Verificar e reparar se necessário, as condições do selo mecânico.
	Verificar e reparar se necessário, as condições de fixação da bomba com referência à base, amortecedores e conexões.
	Verificar e reparar se necessário, o alinhamento do eixo da bomba.
	Verificar e reparar se necessário, a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-boia, fusíveis, relés térmicos, etc.
	Testar a inversão para a bomba reserva ou vice versa, quando for o caso.
	Verificar e reparar se necessário, a existência de vazamentos nas gaxetas.
	Verificar, durante o período de operação das bombas, a estanqueidade do conjunto, avaliando o desempenho das válvulas de retenção, dos rotores e dos mancais.
	Limpar e lubrificar o motor e a bomba.

	Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas.
	Verificar e complementar se necessário, o nível de óleo das bombas.
	Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo às substituições necessárias.
	Verificar condições críticas de sobrecarga e/ou trabalho em regime descontínuo, adotando as ações corretivas ou relatando as medidas a serem executadas.
	Medir a tensão e a corrente nos terminais dos motores, sob carga, relatando a necessidade de atuação no caso de variação acima dos limites especificados para a máquina.
	Conferir as ligações, verificando se estão compatíveis com o diagrama e os parâmetros nominais de placa.
	Examinar as conexões na caixa de ligação dos motores, procedendo à limpeza geral, reapertos e eventuais substituições/colocação das peças (terminais, bornes, parafusos, etc.).
	Verificar a existência de correntes de fuga para a carcaça, adotando as medidas corretivas, quando for o caso.
	Verificar a presença de condições ambientais agressivas ao funcionamento normal da máquina (ventilação, temperatura, umidade, etc....) relatando alternativas técnicas para atenuação/eliminação das causas.
Item	Grupos/Descrição/Serviços
2	Portões
	Testar o funcionamento dos portões
	Verificar e reparar se necessário, a existência de ruídos e vibrações anormais quer elétrico ou mecânicos.
	Verificar e reparar se necessário, os trilhos, cremalheira, rodízio, etc.
	Verificar e reparar caso haja danos físicos ao conjunto.
	Se necessário efetuar a regulagem.
	Limpar e lubrificar o motor e as engrenagens.

	Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas.
	Verificar condições críticas de sobrecarga e/ou trabalho em regime descontínuo, adotando as ações corretivas ou relatando as medidas a serem executadas.
	Medir a tensão e a corrente nos terminais dos motores, sob carga, relatando a necessidade de atuação no caso de variação acima dos limites especificados para a máquina.
	Examinar as conexões na caixa de ligação dos motores, procedendo à limpeza geral, reapertos e eventuais substituições/colocação das peças (terminais, bornes, parafusos, etc.).
	Verificar a presença de condições ambientais agressivas ao funcionamento normal da máquina (ventilação, temperatura, umidade, etc....) relatando alternativas técnicas para atenuação/eliminação das causas.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	
Manutenção predial preventiva	
Item	Grupos/Descrição/Serviços
1	Elementos das instalações elétricas, iluminação, luminárias, letreiros bandeiras, totens e painéis
	Substituir lâmpadas, reatores e dispositivos de partida queimados ou avariados.
	Substituir as lâmpadas que apresentam tonalidade de cor diferente do restante da instalação.
	Verificar o funcionamento de dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, relé, minuteria, contactor, etc.) procedendo a sua aferição e/ou substituição, se for o caso.
	Verificar elementos danificados, deteriorados ou faltantes.
	Efetuar medição do nível de iluminamento e relatar, quando for o caso, alternativas para o melhoramento.
	Verificar a fixação da luminária e seus componentes.
	Executar limpeza geral do corpo da luminária (refletor, difusor, aletas, compartimentos, etc.) e dos seus componentes (soquetes, bases e terminais), de forma apropriada
	Limpar interna e externamente os letreiros luminosos, bandeiras, totens e painéis, com substituição dos componentes danificados.

Item	Grupos/Descrição/Serviços
2	Rede de distribuição de energia, quadros elétricos, plugues e tomadas
	Inspecionar os quadros de alimentação parciais e terminais, verificando disjuntores, barramentos e isoladores, executando os reapertos, limpeza, investigando aquecimento anormal, dano físico, alteração de coloração, presença de fuligem, mal contato, folgas mecânicas, integridade de isolações ou danos de qualquer natureza em quaisquer componentes, procedendo a sua substituição caso necessário.
	Verificar a ocorrência de danos no isolamento de cabos/fios, curto-circuito ou correntes de fuga para a carcaça, promovendo as devidas correções.
	Verificar a correta fixação dos espelhos, placas e/ou tampas de caixas de passagem e/ou módulos de tomadas e interruptores, colocando os elementos porventura faltantes (parafusos, garras, etc.).
	Examinar os elementos fusíveis, substituindo os componentes danificados ou queimados.
	Testar a operação dos dispositivos de controle e sinalização, substituindo, quando for o caso, os elementos com mau funcionamento, queimados ou em fim de vida útil.
	Verificar o funcionamento de dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, relé, contactor, etc.) procedendo a sua aferição e/ou substituição, se for o caso.
	Verificar e corrigir vibrações ou ruídos anormais.
	Medir e registrar as correntes e tensões dos circuitos de alimentação do quadro sob carga e verificar se estão com fases equilibradas e compatíveis com a capacidade nominal dos fios/cabos/barramentos e disjuntores, conforme recomendações ABNT, relatando, se for o caso, a necessidade de redimensionamentos.
	Verificar ocorrência de aquecimento excessivo nos condutores, corrigindo as causas do problema ou, se for o caso, relatando (fornecimento de laudo) as medidas a serem adotadas.
	Verificar o uso inadequado de disjuntores unipolares em circuitos polifásicos, procedendo à troca quando for o caso.
	Verificar o balanceamento das cargas entre as fases, efetuando os ajustamentos necessários para o perfeito equilíbrio.
	Conferir as leituras dos instrumentos do painel, realizando se necessário, sua aferição e/ou ajuste ou substituição.
	Verificar o estado geral dos condutores, efetuando a troca dos fios/cabos que apresentam danos que comprometam o isolamento ou suas características condutoras.
	Verificar o aterramento da carcaça e da tampa do quadro elétrico, corrigindo problema se necessário

	Medir as correntes dos circuitos de distribuição sob carga e verificar se estão compatíveis com a capacidade nominal dos fios/cabos/barramentos e disjuntores, conforme recomendações ABNT, relatando, se for o caso, a necessidade de redimensionamentos.
	Lubrificar e reparar, quando necessário, os fechos e dobradiças das portas.
	Verificar o ajuste e sensibilidade dos relés de sobrecarga e dispositivos temporizadores eletromecânicos e eletrônicos.
	Efetuar a limpeza geral interna e externa, procedendo à eliminação de focos de corrosão com tratamento e pintura e desobstruindo as aberturas de ventilação.
	Conferir e completar, quando for o caso, a identificação dos circuitos com anilhas e/ou etiquetas, de acordo com o padrão existente.
	Atualizar a legenda, se necessário.
	Identificar, quando necessário, os quadros, as posições dos dispositivos de reversão, comando, sinalização, etc., com plaquetas acrílicas, conforme convenção adotada em cada caso.
	Testar o funcionamento das chaves seccionadoras e reversoras, procedendo à limpeza dos contatos, lubrificação, reapertos, e reparos e substituições que se fizerem necessárias.
	Efetuar medição termográfica do quadro (sem os espelhos de proteção do barramento) e apresentar relatório.
	Verificar a existências de equipamentos ligados indevidamente nas redes estabilizadas e/ou supridas por UPS.
	Proceder a identificação dos pontos elétricos com tensão, circuito e o tipo de rede (normal ou estabilizada) através de etiquetas rotuladoras.
	Verificar o estado de conservação dos espelhos e tampas, procedendo a sua fixação ou, se necessário, sua substituição.
	Executar a limpeza interna das caixas de tomadas de piso, verificando a presença de umidade, corpos estranhos e corrosões, adotando as medidas corretivas necessárias.
Item	Grupos/Descrição/Serviços
3	SPDA e aterramento
	Verificar a fixação da base, mastro, captor e demais itens do conjunto de SPDA, realizando os apertos e reforços necessários.
	Examinar o estado geral das conexões e isoladores, procedendo reaperto e, quando for o caso, a substituição das peças danificadas.
	Verificar a integridade dos cabos de interligação e descida, eliminando ligações e/ou contatos indevidos.
	Examinar as condições do tubo de proteção e isolamento do cabo de descida junto ao solo, verificando na fixação e/ou necessidade de substituição.

	Identificar instalações com pára-raios tipo radioativo, relatando, quando for o caso, para providências relativas à substituição do sistema mediante novo projeto.
	Medir e aferir, através de instrumento adequado, a resistência de aterramento das malhas dos sistemas elétricos e SPDA. (Sistema de Proteção contra descarga atmosférica). Apresentar relatório impresso.
	Promover, quando necessário, a melhoria da resistência de aterramento, através do aumento de hastes e/ou aplicação de solução (gel) para correção da resistividade do solo.
	Verificar o estado geral dos componentes dos sistemas de aterramento, eliminando, por meios adequados, os focos de corrosão e/ou substituindo, se necessário, os elementos danificados.
	Verificar as condições das caixas de inspeção, efetuando a limpeza, os reparos devidos e/ou, se necessário, a substituição/colocação de tampas.
	Examinar as conexões das hastes, realizando a limpeza e reapertos.
	Inspecionar as ligações dos diversos componentes da instalação ao sistema de aterramento, observando sua perfeita continuidade elétrica, verificando, ainda, a necessidade de melhoria das instalações.
	Verificar a equipotencialização dos sistemas de aterramento, propondo adequações quando necessário.

APÊNDICE III

LISTA COM AS PRINCIPAIS SEDES DA INSTITUIÇÃO

Trata-se de lista não exaustiva dos principais locais de atuação da DPE/PR. Cabe salientar que os serviços deverão ser executados em qualquer uma das sedes atuais da DPE/PR, bem como das novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual.

CIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
Almirante Tamandaré	Rua João Batista de Siqueira	282	Vila Rachel	83501-090
Apucarana	Travessa João Gurgel Macedo	100	Centro	86800-710
Apucarana	Rua Prof. Erasto Gaertner	126	Centro	86800-280
Cambé	Avenida Roberto Conceição	532	Jardim São José	86192-550
Campo Mourão	Avenida José Custódio de Oliveira	2065	Centro	87300-020
Campo Mourão	Rua Santa Cruz	923	Centro	87300-440
Cascavel	Rua São Paulo	346	Centro	85801-020
Castro	Rua. Cel. Jorge Marcondes	s/n	Vila Rio Branco	84172-020
Castro	Rua Padre Damaso	81	Centro	84165-210
Cianorte	Rua Fernão Dias	59	Zona 1	87200-246
Colombo	Rua Prefeito Pio Alberti	450 A	Jardim Osasco	83402-650
Colombo	Avenida São Gabriel	433	Roça Grande	83404-642
Cornélio Procopio	Rua Santos Dumont	635	Centro	86300-000
Curitiba	Avenida Marechal Floriano Peixoto	8.257	Boqueirão	81650-000
Curitiba	Avenida Paraná	870	Cabral	80035-130
Curitiba	Rua Lodovico Kaminski	2.525	Caiuá	81260-282

CIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
Curitiba	Rua Álvaro Ramos	150	Centro Cívico	80530-190
Curitiba	Avenida Anita Garibaldi	750	Ahú	80540-180
Curitiba	Rua da Glória	290	Centro Cívico	80030-060
Curitiba	Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza	1.310	Capão da Imbuia	82810-140
Curitiba	Avenida Winston Churchill	2.471	Capão Raso	81150-050
Curitiba	Praça Nossa Senhora da Salete	S/N	Centro Cívico	80530-911
Curitiba	Rua Via Vêneto	1.490	Santa Felicidade	82020-470
Curitiba	Rua José Bonifácio	66	Centro	80020-130
Curitiba	Rua Benjamin Lins	779	Batel	80420-100
Curitiba	Rua Ernâni Santiago de Oliveira	268	Centro Cívico	80530-130
Curitiba	Rua Mateus Leme	1908	Centro Cívico	80530-010
Curitiba	Rua Mateus Leme	1896	Centro Cívico	80530-010
Foz do Iguaçu	Avenida Pedro Basso	1001	Alto São Francisco	85863-915
Foz do Iguaçu	Rua Antônio Raposo ⁴	923	Centro	85851-090
Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo	1312	Centro	85605-090
Guarapuava	Avenida Manoel Ribas	2.537	Centro	85010-180
Guaratuba	Rua Tiago Pedroso	417	Cohapar	83280-000
Jandaia do Sul	Rua Plácido Caldas	536	Centro	86900-000
Londrina	Avenida Bandeirantes	263	Vila Ipiranga	86010-020
Maringá	Avenida Tiradentes	1.289	Zona 4	87013-344
Matinhos	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira	215	Centro	83260-000
Paranaguá	Rua Baronesa do Cerro Azul	937	João Gualberto	83203-420

⁴ O imóvel localizado nesse endereço será transferido para Avenida Brasil, nº1829, Centro – Foz do Iguaçu/PR.

CIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
Paranavaí	Rua Getúlio Vargas	620	Centro	87702-290
Pato Branco	Rua Maria Bueno	284	Sambugaro	85501-560
Piraquara	R. Isídio Alves Ribeiro	S/N	Planta Meireles	83304-240
Ponta Grossa	Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha	300	Oficinas	84035-310
Pontal do Paraná	R. Dona Alba de Souza e Silva	S/N		83255-000
São José dos Pinhais	Rua João Ângelo Cordeiro	S/N	Centro	83005-570
São José dos Pinhais	Rua Visconde do Rio Branco	2788	Centro	83005-402
São José dos Pinhais	Largo Vereador Segismundo Salata	192	Centro	83005-115
Umuarama	Rua Desembargador Munhoz de Mello	3.792	Zona I	87501-180
União da Vitória	Rua Marechal Floriano Peixoto	314	Centro	84600-901
União da Vitória	Rua Costa Carvalho	495	Centro	84600-000

APÊNDICE IV – PARTE 1

EQUIPE PERMANENTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS E EXCLUSIVOS

Previsão de Postos de Trabalho							
Item	Posto de Trabalho	CBO	Turno	Insalubridade / Periculosidade	Carga horária semanal (H)	Quantidade mínima de empregados	Quantidade máxima de em- pregados
1	Eletricista	9511-05	Diurno	Conforme item 1.4.1.2 deste Termo de Referência.	44	1	3
2	Encanador	7241-10	Diurno		44	1	3
3	Mestre de obras	7102-05	Diurno		44	1	3
4	Pedreiro	7152-10	Diurno		44	0	3
5	Pintor	7233-10	Diurno		44	0	3
6	Servente	7170-20	Diurno		44	1	3
TOTAL DE POSTOS MÍN. E MÁX.						4	18

1. REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE SERVIÇOS CONTÍNUOS:

1.1. Eletricista:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, ou de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada e, curso de capacitação em NR10, NR 35, NR33; Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:

1.1.1. Executar serviços de manutenções preventiva e corretiva de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos, tais como:

- Obedecer normas técnicas;
- Elaborar orçamentos;
- Especificar materiais;
- Listar equipamentos (máquinas, instrumentos, etc.);
- Listar itens de verificação dos sistemas eletroeletrônicos;
- Inspecionar sensivelmente máquinas e equipamentos;
- Avaliar as necessidades de manutenção;
- Diagnosticar defeitos eletroeletrônicos;
- Reparar equipamentos eletroeletrônicos;
- Substituir componentes e dispositivos elétricos;
- Monitorar equipamentos eletroeletrônicos;
- Ajustar componentes e dispositivos elétricos;
- Lubrificar componentes eletroeletrônicos;
- Testar o funcionamento dos componentes e equipamentos;
- Limpar máquinas, equipamentos e local de trabalho;

1.1.2. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos, tais como:

- Interpretar esquemas elétricos;
- Corrigir esquemas elétricos;



- Instalar calhas, suportes, eletrodutos, canaletas e sistemas estruturados de suportação e proteção mecânica;
- Confeccionar chicotes e cablagens elétricos;
- Fixar manualmente chicotes, cablagens, condutores, equipamentos e acessórios;
- Conectar cabos aos equipamentos e acessórios;
- Liberar máquinas, equipamentos e sistemas para testes de funcionamento.

1.1.3. Executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;

1.1.4. Interpretar desenhos e diagramas elétricos;

1.1.5. Executar medições de grandezas elétricas;

- Verificar tensões dos sistemas;
- Verificar resistências dos componentes eletroeletrônicos;
- Medir correntes dos circuitos;
- Medir fator de potência;
- Verificar aterramento e isolamento;

1.1.6. Diagnosticar anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;

1.1.7. Efetuar a manutenção preventiva e corretiva nos quadros de distribuição parciais e terminais, substituindo componentes e executando reapertos que se façam necessários.

1.1.8. Instalar quadros de distribuição, eletrocalhas, caixas de fusíveis, disjuntores, DRs, DPS, lâmpadas, reatores, luminárias, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados;

1.1.9. Efetuar instalações e manutenções preventivas e corretivas nas instalações lógicas;

1.1.10. Instalação de equipamentos elétricos como bombas de recalque ou submersíveis e afins;

1.1.11. Subsidiar a preparação de atualização das plantas (como construído: “as built”) e relatórios;



1.1.12. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.

1.1.13. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

1.2. Encanador:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada e, curso de capacitação em NR 35 e NR33; Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:

1.2.1. Executar serviços de manutenções preventiva e corretiva de instalações hidrossanitárias prediais, instalação e manutenção de sistemas, subsistemas e equipamentos hidrossanitários prediais – de água fria, de água quente, de esgotos e águas pluviais..

1.2.2. Operacionalizar projeto de instalações de tubulações, tais como:

- Estudar o trabalho a ser executado, analisando desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;
- Definir traçados das tubulações;
- Identificar pressão do fluido;
- Dimensionar tubulações;
- Especificar materiais;
- Quantificar materiais;
- Separar materiais conforme medidas e tipos;
- Conferir validade dos materiais;
- Inspeccionar materiais visualmente;

1.2.3. Preparar local para instalação: Inspeccionar local, marcar local definido para instalação, isolar local de trabalho, abrir paredes, lajes, pisos ou valas, acondicionar materiais no local de instalação, fixar suportes, marcar os pontos



de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;

1.2.4. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;

1.2.5. Realizar teste de alta pressão (estanqueidade), tais como:

- Vedar saídas das tubulações;
- Instalar manômetros na rede;
- Pressurizar a rede;
- Determinar tempo de duração do teste conforme nbr;
- Monitorar teste no manômetro e na rede;
- Corrigir falhas na vedação;
- Refazer teste;
- Liberar rede para uso.

1.2.6. Realizar testes operacionais, tais como:

- Regular pressão nas tubulações;
- Testar pressão da água que vem da concessionária;
- Drenar tubulações;
- Testar equipamentos operacionais;

1.2.7. Realizar manutenção de equipamentos e acessórios, tais como:

- Identificar falhas ou defeitos;
- Analisar causa das falhas ou defeitos;
- Desativar sistemas de distribuição;
- Identificar materiais, equipamentos e instrumentos utilizados na solução das falhas ou defeitos;
- Substituir acessórios e equipamentos defeituosos ou fora do prazo de validade;
- Testar reparos dos acessórios ou equipamentos;
- Reativar sistemas de distribuição.

1.2.8. Testar as tubulações para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;



- 1.2.9. Executar a manutenção preventiva e corretiva das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;
- 1.2.10. Realizar as instalações hidráulicas de equipamentos como bombas de recalque ou submersíveis e afins;
- 1.2.11. Realizar a limpeza e conservação de caixas d'água;
- 1.2.12. Subsidiar a preparação de atualização das plantas (como construído: "as built") e relatórios;
- 1.2.13. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.
- 1.2.14. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

1.3. Mestre de obras:

Requisitos: Ensino médio completo, curso Técnico em Edificações⁵, curso de capacitação em NR10, NR 35, NR 33 e NR 18, experiência mínima de 01 (um) ano com serviços de manutenção em instalações prediais, comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:

1.3.1. Tal profissional deverá ter o perfil e capacidade para liderar equipes, supervisionar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção predial, mas também, será um profissional que deverá ser capaz de executar serviços multidisciplinares, ou seja, conseguir executar qualquer atividade relacionada à manutenção preventiva e corretiva de uma edificação. Desse modo, tal profissional atuará diretamente no operacional das atividades, não somente em atividades administrativas ou de mero apontamento de serviços.

⁵ Não obrigatório, mas tal formação será um diferencial para a escolha do profissional.



- 1.3.2. Executar tarefas de caráter técnico, de planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais;
- 1.3.3. Ser capaz de executar, supervisionar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva que contemplem instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, esgoto, pluvial, serviços de troca, regulação e fixação de peças, acessórios, persianas, reparos em *Drywall*, gesso, calçadas, contrapi-sos, pisos, assoalhos, esquadrias, conservação de alvenaria e fachadas, recuperação de pinturas, impermeabilização de superfícies, montagem de equipamentos de trabalho e segurança, e outras atividades relacionadas à função;
- 1.3.4. Realizar e orientar a limpeza e conservação de caixas d'água, calhas e coberturas;
- 1.3.5. Interpretar a documentação técnica dos serviços (plantas, planilhas, orçamentos e cálculos gerais);
- 1.3.6. Orientar as atividades de execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;
- 1.3.7. Examinar as instalações, equipamentos e instrumentos técnicos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam as condições e normas técnicas e de segurança;
- 1.3.8. Organizar e supervisionar as atividades de manutenção preventiva e corretiva, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas dos trabalhadores, para assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;
- 1.3.9. Distribuir as tarefas de manutenção aos trabalhadores, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimento;
- 1.3.10. Esclarecer aos trabalhadores, as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, efetuando reuniões, ministrando eventuais treinamentos ou empregando outros meios de informações, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições de segurança e higiene do trabalho;
- 1.3.11. Orientar os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, detectando defeitos, consertando ou substituindo componentes, rea-



lizando regulagens necessárias e aplicando testes funcionais, para evitar desgastes prematuros dos equipamentos e assegurar à maquinaria as condições de pleno funcionamento;

1.3.12. Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da CONTRATADA, para atender as necessidades do trabalho;

1.3.13. Operar softwares de edição de texto, planilhas eletrônicas, correio eletrônico e demais programas de apoio às tarefas de manutenção;

1.3.14. Elaborar e/ou supervisionar a elaboração de orçamentos de serviços, com base nas normas aplicáveis;

1.3.15. Realizar e/ou supervisionar a realização de medições e a consolidação de quantitativos de materiais e serviços, estando apto a realizar conversões entre as diferentes unidades de peso e medida.

1.3.16. Supervisionar o trabalho das equipes de manutenção, certificando-se do cumprimento do horário de trabalho e do emprego correto dos uniformes, equipamentos e ferramentas, sobretudo dos EPI's – equipamentos de proteção individual;

1.3.17. Cuidar da disciplina;

1.3.18. Estar em contato permanente com a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE e ENGENHEIRO RESPONSÁVEL DA CONTRATADA;

1.3.19. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.

1.3.20. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

1.4. Pedreiro:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada e, curso de capacitação em NR 35 e NR33; Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:



- 1.4.1. Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais de construção civil, guiando se por desenhos, esquemas e especificações e, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício reparar prédios;
- 1.4.2. Organizar e preparar o local de trabalho para execução dos serviços;
- 1.4.3. Construir e/ou reparar fundações e estruturas de alvenaria;
- 1.4.4. Aplicar revestimentos, pisos e contrapisos;
- 1.4.5. Assentar esquadrias em geral;
- 1.4.6. Realizar impermeabilização;
- 1.4.7. Reparo de telhados, incluindo calhas, rufos e etc.
- 1.4.8. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.
- 1.4.9. Desempenhar outras atividades inerentes à função;

1.5. Pintor:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada e, curso de capacitação em NR 35; Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:

- 1.5.1. Pintar as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis;
- 1.5.2. Lixar, aplicar massa corrida e pintar com uma ou várias camadas de tinta; revestir tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos;
- 1.5.3. Preparar material para acabamento de obras;
- 1.5.4. Corrigir superfícies para acabamento de obras;
- 1.5.5. Preparar as superfícies para acabamento;
- 1.5.6. Combinar materiais e pigmentos entre outras atividades;
- 1.5.7. Aplicar tinta ou revestimento;



1.5.8. Calcular quantidades de materiais para pintura, retocar superfícies pintadas, realizar limpeza e organização das ferramentas utilizadas nas pinturas. Eventualmente realiza trabalho em altura.

1.5.9. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.

1.5.10. Desempenhar outras atividades inerentes à função sob orientação e supervisão do contra mestre.

1.6. Servente:

Requisitos: Profissionais que tenham auxiliado diretamente operários qualificados, desde que executem estas tarefas durante mais de 06 (seis) meses ou que tenham comprovação na carteira profissional, ou aprovados em teste prático realizado na empresa e, curso de capacitação em NR 35; Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo categoria B.

Atribuições:

1.6.1. Auxiliar os eletricitistas, encanadores, pedreiros, pintores na realização de suas atividades, sob orientação dos mesmos e supervisão do Contra Mestre;

1.6.2. Auxiliar na execução os serviços gerais de manutenção civil, elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, pintando, emassando, aplicando materiais selantes, reparando e instalando peças, componentes, equipamentos, acessórios sob orientação e supervisão dos devidos profissionais;

1.6.3. Auxiliar na realização da limpeza e conservação de caixas d'água, calhas e coberturas

1.6.4. Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas;

1.6.5. Executar todos os serviços em plena segurança e obediência às determinações superiores, dos profissionais indicados e do contra mestre;

1.6.6. Executar os serviços gerais de baixa complexidade, sob orientação e supervisão do contra mestre;



1.6.7. Realizar manutenção de primeiro nível, tais como:

- Conferir níveis de óleo e graxa;
- Limpar máquinas e ferramentas;
- Verificar condições dos equipamentos;
- Lubrificar componentes das máquinas;
- Reparar defeitos mecânicos dos equipamentos.

1.6.8. Conduzir os veículos disponibilizados pela CONTRATADA, sempre que necessário para o cumprimento das demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços contratados.

1.6.9. Desempenhar outras atividades inerentes à função sob orientação e supervisão do contra mestre.

2. ATUALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES:

2.1. Os profissionais ocupantes dos postos de trabalho deverão ter seus cursos de capacitações das normas regulamentadoras atualizados a cada 2 (dois) anos.

3. FORNECIMENTO DE UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

3.1. UNIFORMES

3.1.1. Os empregados deverão receber da CONTRATADA, desde o início da prestação dos serviços, uniformes novos em quantidades suficientes. Esses uniformes deverão ser renovados **anualmente** ou substituídos sempre que alguma peça for danificada, ou ainda, mediante solicitação do fiscal do contrato, caso seja julgada necessária a substituição de alguma peça.

3.1.2. Abaixo segue a lista com a estimativa de fornecimento de uniformes por empregado considerando o período de 12 (doze) meses.

UNIFORME COMUM		
Item	Quantidade Mínima anual	Descrição
1.	5	Calça comprida corte regular (Jeans)



2.	5	Camisa Manga Curta (Polo)
3.	5	Camisa Manga Comprida (Polo)
4.	2	Jaqueta
5.	3	Tricot/Suéter

3.1.3. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

3.1.3.1. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA, crachás de identificação para todos os funcionários contendo a identidade visual da CONTRATADA, nome do prestador de serviço e o cargo ocupado.

4. FORNECIMENTO DE EPI'S:

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer, desde o início dos serviços, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) **para cada um dos funcionários alocados nos postos de trabalho**. A fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição dos EPIs sempre que considerar necessário, bem como a complementação de qualquer equipamento adicional que entender pertinente para garantir a completa segurança dos funcionários.

4.2. Abaixo segue a lista com a estimativa de EPI's por empregado considerando o período de 12 (doze) meses.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI'S		
Item	Quantidade mínima anual	Descrição
1.	1	Capacete de Segurança
2.	2	Botas de couro cano curto
3.	1	Botas de PVC cano médio
4.	12	Luvas de borracha - látex - cano curto
5.	2	Luvas de raspa cano curto
6.	4	Luvas de PVC cano médio forradas
7.	1	Óculos contra impacto
8.	12	Respirador descartável sem válvula
9.	6	Protetor auricular
10.	1	Cinto de segurança tipo paraquedista



EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI’S		
11.	1	Trava quedas
12.	12	Creme de proteção solar FPS 30 ⁶
13.	2	Capa impermeável
14.	1	Protetor facial de acrílico

5. FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS BÁSICOS

5.1.A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados todas as ferramentas e equipamentos básicos necessários à execução dos serviços, conforme as características das atividades e atribuições pertinentes aos postos de trabalho. Nesse sentido, deverá ser previsto um kit de ferramentas básico de acordo com a atividade realizada por cada funcionário.

5.2. Sendo assim, cada funcionário terá um rol de ferramentas e equipamentos para seu uso exclusivo, bem como um rol de ferramentas e equipamentos que serão utilizados de forma compartilhada. Desse modo, mediante o uso exclusivo, garante-se que os serviços não sofrerão paralisações em virtude de uma possível limitação de ferramentas e equipamentos.

5.3. Em caso de expansão dos postos de trabalho ou necessidade de aquisição de mais equipamentos, a fiscalização realizará solicitações específicas para cada situação. Ademais, a fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição de quaisquer equipamentos sempre que considerar necessário, bem como a aquisição de novos itens que julgar pertinentes para a completa execução dos serviços, seja em relação à lista básica ou a outras necessidades identificadas. Ressalta-se que todas as ferramentas fornecidas deverão ser novas.

5.4. Cabe salientar que em caso de prorrogação contratual, a fiscalização deverá analisar a necessidade de substituição das ferramentas e equipamentos. Não havendo necessidade, os valores das ferramentas e dos equipamentos básicos constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser descontados dos valores dos postos de trabalho para os períodos sem disponibilização.

⁶ Estimativa de 1 (uma) unidade de 120 (cento e vinte mililitros) por profissional. O item poderá ser fornecido em embalagens maiores de utilização compartilhada.



5.5. A seguir, apresenta-se a lista de ferramentas e equipamentos de uso coletivo e compartilhado, considerando um período de 12 (doze) meses.

5.6. Como será possível observar, existem itens que serão de uso exclusivo por alguns empregados e de uso compartilhado por outros. Seguem alguns exemplos:

5.6.1. O item 1, jogo de chave allen estrela ou hexagonal, é de uso exclusivo do eletricista e de uso compartilhado para os demais empregados. Sendo assim, deverão ser fornecidos 2 (dois) conjuntos de chave, 1 (um) para uso do eletricista e 1 (um) para uso compartilhado do restante da equipe.

5.6.2. O item 6, alicate de pressão 11", é de uso compartilhado por todos os empregados. Desse modo, haverá necessidade de fornecimento de apenas 1 (um) item para cada equipe permanente de trabalho.

5.6.3. O item 17, chave fixa 19 x 22, é de uso exclusivo do eletricista, encanador, pedreiro e pintor. Porém, é de uso compartilhado do mestre de obras e do servente de obras. Sendo assim, para um grupo completo com os 6 empregados, deverão ser fornecidas 5 (cinco) chaves.

Descrição do item	Quant.	Eletricista	Encanador	Mestre de Obras	Pedreiro	Pintor	Servente de Obras
1. Jogo de chave allen estrela ou hexagonal	2	Exclusivo	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
2. Kit para compressor de ar com 5 peças	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
3. Alicates amperímetro	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
4. Compressor de ar profissional 10 pés - 110 L	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
5. Alicates Crimpador	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
6. Alicates de pressão 11"	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
7. Alicates diagonais para corte rente 6"	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
8. Alicates Profissionais 8" 2	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
9. Arco de serra c/ serra	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto

10. Balde 10 L	4	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo
11. Bandeja de pintura	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
12. Bolsa de lona p/ ferramentas 40x30x20 cm	6	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo
13. Bucha de Espuma/Esponja	16 (8 para cada)	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo
14. Carrinho de Mão	2	Não previsto	Não previsto	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Não previsto	Exclusivo
15. Carrinho Plataforma de madeira 1500x800mm (600kg)	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
16. Chave de grifo 24"	1	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
17. Chave fixa 19 X 22	5	Exclusivo	Exclusivo	Uso Compartilhado	Exclusivo	Exclusivo	Uso Compartilhado
18. Chave inglesa 10"	1	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
19. Chave inglesa 15"	1	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
20. Chave inglesa 6"	1	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto

21. Colher de Pedreiro nº 9	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
22. Corda de bombeiro 12 mm em nylon	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
23. Corta-tubos (6-42 mm)	1	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
24. Decapador de fio	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
25. Desempenadeira Aço Dentada	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
26. Desempenadeira Aço Lisa	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
27. Desempenadeira de madeira	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
28. Desempenadeira para Lixa	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
29. Detector de tensão	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
30. Enxada Estreita	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo
31. Escada de abrir	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado

32. Escada de abrir, 2x8 degraus (2,40m)	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
33. Escada de marinho em duralumínio, extensível	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
34. Escova de aço c/ cabo (4x15 fileiras)	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
35. Espátula de aço inox 10 cm c/ cabo de madeira	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
36. Espátula PVC lisa (média)	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
37. Esquadro 90° x 30	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
38. Estilete 18 mm	4	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
39. Estopa (pacote 1kg)	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
40. Ferro de solda	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
41. Furadeira de impacto 1/2" - 600W	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto

42. Jogo de serra copo	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
43. Kit Chave de Fenda e Phillips	4	Exclusivo	Exclusivo	Uso Compartilhado	Exclusivo	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
44. Lápis de carpinteiro	5	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
45. Lima quadrada 8"	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
46. Lima redonda 8	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
47. Linha de Pedreiro 100m	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
48. Lixadeira elétrica angular	2	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Exclusivo	Não Previsto	Não previsto
49. Mangueira de Nível - 20m	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
50. Marreta 1/2 kg - cabo de madeira	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo
51. Martelo de borracha preto 450 g	3	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto

52. Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
53. Misturador de tinta 100 mm x 60 cm	1	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
54. Nível de bolha - alumínio - 35 cm	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
55. Pá quadrada c/ cabo de madeira 71 cm	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo
56. Pincel chato 1" cerdas sintéticas pretas	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
57. Ponteiro aço liso 3/4" x 10"	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
58. Prumo de Centro	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
59. Prumo de Parede	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
60. Régua de Alumínio - 2m	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto
61. Rolo de espuma poliéster 15 cm c/ cabo	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto

62. Rolo de espuma poliéster 9 cm c/ cabo	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
63. Rolo de lã de carneiro 23 cm c/ cabo	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
64. Serrote 20	3	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo
65. Talhadeira aço chato 10"	2	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
66. Torno/morsa de bancada número 4	1	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado	Uso Compartilhado
67. Trena	6	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo
68. Trincha	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
69. Trincha 2" cerdas sintéticas pretas	4 (2 para cada)	Não previsto	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto
70. Multímetro digital	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto	Não previsto
71. Alicates de bico	3	Exclusivo	Exclusivo	Não previsto	Exclusivo	Não previsto	Não previsto

72. Aparelho celular (tela mínima de 6 polegadas, sistema Android	6	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo
73. Plano de celular	6	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo

APÊNDICE IV – PARTE 2

MÃO DE OBRA CONTÍNUA E NÃO EXCLUSIVA (ENGENHEIRO RESPONSÁVEL)

Além da mão de obra permanente e exclusiva, haverá a necessidade de contar com um Engenheiro Responsável para garantir a execução eficiente e coordenada dos serviços contratados. Esse profissional será o responsável técnico pelos serviços contínuos de manutenção predial e pelos serviços eventuais, desempenhando um papel estratégico na supervisão, coordenação e garantia de qualidade das atividades realizadas. O Engenheiro Responsável não integra a mão de obra de serviços contínuos, mas é indispensável como integrante do quadro técnico da empresa contratada.

A presença do Engenheiro Responsável é justificada pela necessidade de um profissional que represente tecnicamente a empresa contratada e assegure a plena execução das obrigações contratuais. Mesmo que a DPE/PR possua engenheiros em seu quadro funcional, esse profissional é essencial para supervisionar e responder pela execução dos serviços prestados pelos trabalhadores da contratada. Além disso, atividades como elaboração de orçamentos e cronogramas para serviços eventuais são atribuições específicas que requerem o conhecimento técnico do Engenheiro Responsável.

Essa exigência busca assegurar que todos os serviços contratados sejam realizados com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos, permitindo que o contrato seja cumprido de maneira eficiente e eficaz. A presença de um Engenheiro Responsável possibilita a integração das demandas contratuais com a execução técnica, em busca de maior eficiência operacional.

O valor da hora trabalhada será baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)⁷, código 90777, que corresponde ao profissional Engenheiro Civil de Obras (com Encargos Complementares), estabelecido para o Estado do Paraná no mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação.

Sobre o valor do item anterior, serão aplicados os valores de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de serviços eventuais (27,07%) sobre o qual será aplicado um percentual de desconto final, correspondente à diferença entre o valor máximo estimado do

⁷ https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_888 - Acessado em 11/07/2025.



item dos serviços eventuais da licitação e o valor efetivamente contratado para o mesmo item.

A remuneração pelos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável será paga mensalmente à CONTRATADA com base no valor da hora trabalhada para carga horária estimada de 2 (duas) horas diárias, totalizando 480 horas ao longo de 12 meses. O pagamento previsto será proporcional à efetiva execução mensal dos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável, adotando-se como referência os custos mensais e os valores totais estimados e eventualmente atualizados⁸ para 12 (doze) meses dos seguintes itens: (1) Serviços continuados; (2) Serviços sob demanda; (3) Insumos e materiais de consumo e reposição, conforme os critérios a seguir:

Para a apuração do número de horas trabalhadas no mês de referência, deverá ser calculada a razão entre a soma dos custos mensais dos Itens 1, 2 e 3 e a soma dos valores totais estimados e eventualmente atualizados desses mesmos itens para 12 (doze) meses; e o resultado deve ser multiplicado por 480 (quatrocentas e oitenta) horas – total estimado de trabalho para 12 (doze) meses.

A remuneração mensal será obtida pela multiplicação do número de horas mensais trabalhadas, pelo valor da hora efetivamente contratada.

VALOR DA HORA	VALOR DA HORA + BDI	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
R\$ 137,98	R\$ 175,33	480	R\$7.013,20	R\$84.158,40

⁸ Para fins de aplicação desta cláusula, o termo “atualizados” refere-se aos valores que eventualmente já foram objeto da atualização prevista na Cláusula Décima Terceira da minuta contratual.

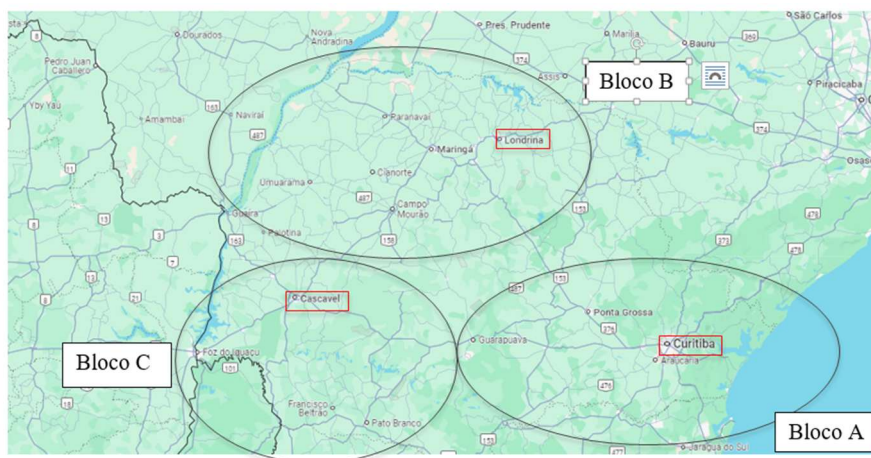
APÊNDICE V

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS PERMANENTES EM BLOCOS

A previsão de quantidade de postos foi elaborada para permitir a criação de até 03 (três) grupos de trabalho, compostos pelo conjunto de profissionais listados na tabela acima. Esses grupos poderão ser alocados em qualquer parte do estado, conforme determinação da fiscalização do contrato e/ou da DPE/PR. Além disso, caso a DPE/PR julgue necessário, os grupos poderão ser fracionados em unidades menores, respeitando o limite máximo de postos previstos, configurados e distribuídos no estado a critério da Administração.

Inicialmente, será solicitado apenas 01 (um) grupo, composto pela quantidade mínima de postos de trabalho, que ficará lotado em Curitiba e será responsável por atender todas as regiões do estado, abrangendo os blocos A, B e C. Em uma eventual expansão futura, envolvendo a criação de novos grupos de postos, considera-se a possibilidade de diferentes cenários, tais como: (i) aumento dos postos lotados em Curitiba; (ii) ampliação de postos em Curitiba, com a lotação de um grupo adicional em sedes estratégicas no interior para atender os blocos B e C; ou (iii) sendo este o cenário mais provável, considerando a localização das sedes da DPE/PR e a possível expansão institucional nos próximos anos, inclusive com a implantação de sedes próprias, a configuração de um grupo em Curitiba para atender o Bloco A, outro em Londrina para o Bloco B e um terceiro em Cascavel para o Bloco C.

Abaixo, imagem ilustrativa com a divisão dos blocos permanentes de trabalho.



APÊNDICE VI

PRECIFICAÇÃO MÍNIMA PARA SALÁRIO BASE E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Cabe salientar que a metodologia empregada para a estimativa de custos com postos de trabalho de mão de obra exclusiva está em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acórdão 1207/2024 – TCU – Plenário. O acórdão reforça que, ao planejar contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é permitido e recomendável utilizar referências de salários e benefícios, como o auxílio-alimentação, tomando como base convenções coletivas de trabalho (CCTs) que melhor representem as categorias profissionais que executarão os serviços, desde que respeitadas as particularidades do objeto e as disposições legais aplicáveis.

Ademais, a complexidade técnica e a multidisciplinaridade envolvidas na manutenção predial justificam a escolha por uma remuneração superior à média. Os profissionais desse segmento não apenas possuem amplo conhecimento técnico, mas também atuam em um ambiente ativo e dinâmico, que exige rápida adaptação e capacidade de realizar diagnósticos precisos e soluções customizadas. Esse nível de especialização e flexibilidade não é devidamente captado ao considerar apenas o valor médio dos salários.

O trabalho em edifícios ativos, como os ambientes da DPE/PR, demanda uma integração maior com outras equipes, planejamento minucioso para evitar interrupções nas operações e gestão de riscos que envolvem segurança, conformidade normativa e proteção do patrimônio. Esses aspectos intensificam a responsabilidade dos profissionais e demandam remuneração compatível com a relevância de suas funções. Desse modo, considerando os elementos apresentados, e uma metodologia de análise que considerou uma seleção abrangente e representativa de Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) pertinentes ao objeto a ser contratado, serão aceitas propostas pelos postos de trabalho que atendam as seguintes condições mínimas:

Posto	Tipo	Valor
Todos os cargos	Auxílio Alimentação	Mínimo de R\$ 1.141,74 (mil cento e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).
Eletricista	Salário base	Mínimo de R\$ 2.987,49 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).



Posto	Tipo	Valor
Encanador	Salário base	Mínimo de R\$ 2.752,20 (dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).
Mestre de obras	Salário base	Mínimo de R\$ 5.104,00 (cinco mil, cento e quatro reais).
Pedreiro	Salário base	Mínimo de R\$ 2.640,00 – (dois mil, seiscentos e quarenta reais).
Pintor	Salário base	Mínimo de R\$ 2.329,80 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta centavos).
Servente	Salário base	Mínimo de R\$ 1.981,06 (um mil, novecentos e oitenta e um reais e seis centavos).

- **Adicionais**

Compete à licitante apresentar **laudo pericial técnico**, emitido por profissional legalmente habilitado, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar do início da vigência do contrato, contendo a avaliação das condições ambientais de trabalho e a identificação da exposição a agentes insalubres e/ou perigosos, observada a proporcionalidade temporal de exposição na rotina dos profissionais, quando aplicável e conforme o caso.

Para fins de elaboração da planilha de formação de custos, deverão ser considerados:

- **O adicional de insalubridade em seu grau máximo**, sempre que houver risco identificado;
- **O adicional de periculosidade**, quando caracterizada a atividade como perigosa, nos termos da legislação vigente.

O pagamento dos referidos adicionais estará condicionado à **efetiva comprovação, pela CONTRATADA, do adimplemento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias** perante os empregados vinculados à execução contratual, com o objetivo de resguardar a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) de eventuais responsabilidades trabalhistas.



APÊNDICE VII

ESTIMATIVA DE VALORES MONETÁRIOS MATERIAIS E SERVIÇOS EVENTUAIS.

O custo de manutenção predial de edifícios comerciais pode apresentar ampla variação, influenciada por fatores como localização, porte do edifício, idade, complexidade das instalações e nível de serviços exigidos. No caso da DPE/PR, o histórico de gastos com manutenção predial é limitado, uma vez que o contrato nº 100/2023 não foi integralmente cumprido pela contratada devido a dificuldades no fornecimento de serviços e materiais.

Para estimar os valores necessários para materiais/insumos e serviços eventuais, analisaram-se todas as solicitações de materiais realizadas à contratada no período de 12/01/2024 a 12/12/2024 (conforme tabela abaixo). Nesse intervalo de seis meses, os gastos registrados para atendimento de três sedes — Administrativa, Núcleos e Atendimento Central — totalizaram R\$ 24.223,82. Ao projetar esse consumo para 12 meses, obteve-se um valor estimado de R\$ 48.447,64, representando uma média de R\$16.149,21 por sede.

Estimativa de Valores Monetários de Materiais e Serviços Eventuais			
Materiais		Serviços Eventuais	
Histórico de solicitações de materiais contrato 100/2023		Histórico de solicitações de materiais contrato 100/2023	
Mês	Valor	Mês	Valor
Janeiro	R\$ 2.288,44	Março - Limpeza de Fachadas	R\$ 84.998,25
Fevereiro	R\$ 4.955,56	Março - Reparos de pintura Antonina	R\$ 652,80
Abril	R\$ 7.578,00		
Maio	R\$ 6.936,89		
Junho	R\$ 1.064,33		
Setembro	R\$ 1.400,60		



Quanto aos serviços eventuais, trata-se de uma gama diversificada de intervenções, que ocorrem sem periodicidade definida, dificultando uma previsão precisa de consumo. Entretanto, com base no histórico de solicitações (tabela acima), verificou-se que os serviços realizados para as três sedes analisadas, incluindo lavagem de fachadas para a Sede Administrativa e Núcleos e reparos de pintura em um espaço localizado em Antonina, totalizaram R\$ 85.651,05. Dividindo-se esse montante entre as três unidades, chega-se a uma estimativa de R\$ 28.550,35 por sede.

Considerando as sedes de uso exclusivo e de ocupação significativa da DPE/PR, que atualmente totalizam cerca de 25 unidades, a estimativa de custos, fundamentada nos dados mencionados, é detalhada na tabela a seguir.

Estimativa de custos para gasto com Materiais/Insumos		
Tipo	Número de sedes	Valor (R\$) + 20%*
Materiais/Insumos	25	R\$ 484.476,40
Serviços Eventuais	25	R\$ 856.510,50

*Adotou-se 20% como margem de segurança

APÊNDICE VIII

ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM, DIÁRIAS E PEDÁGIOS

Considerando o plano de manutenção predial a ser executado, estima-se o seguinte quantitativo de quilometragem e diárias.

Levantamento Estimativo de Diárias e Quilometragem para <u>Manutenções Preventivas</u> (ao Ano)							
Item	Região	Rotas	Periodicidade***	Diá- rias p/ Rota	Diá- rias/Ano **	Km p/ Ro- tas	Km/Ano
1	Capital, Região Metropolitana	Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Fórums	Semanalmente	0	0	282	14.685
2	Litoral	Guaratuba, Paranguá, Matinhos, Antonina, Pontal, Morretes.	A cada 6 meses	0	0	532	1064
3	Região Centro Oriental	Ponta Grossa e Castro	A cada 6 meses	8	16	316	632
4	Região Noroeste e Centro Ocidental	Campo Mourão, Cianorte e Umuarama	A cada 6 meses	15	30	1.220	2.440
5	Região Centro-Sul e Sudeste	Guarapuava e União da Vitória	A cada 6 meses	8	16	938	1.876

6	Norte Central e Norte Pioneiro	Londrina, Maringá, Paranavaí, Cornélio Procopio e Apucarana	A cada 6 meses	30	60	2.000	4.000
7	Oeste e Sudoeste	Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão	A cada 6 meses	16	32	2.212	4.424
TOTAL			-	77	154	7.500	29.121

*Este roteiro estimativo é considerando a proposição inicial para o contrato, aonde existirão apenas postos de trabalho em Curitiba que atenderão todo o Estado do PR.

** As diárias anuais estão estimadas para uma pessoa

*** As periodicidades são estimativas, poderão ser alteradas conforme a necessidade observada no decorrer do contrato

Levantamento Estimativo de Diárias e Quilometragem para <u>Manutenções Corretivas</u> (ao Ano)							
Item	Região	Rotas	Qtde**	Diárias p/ Rota	Diárias/Ano *	Km p/ Rotas	Km/Ano
1	Capital, Região Metropolitana	Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Fórums	12	0	0	282	3.384

2	Litoral	Guaratuba, Paranaguá, Matinhos, Antonina, Pontal, Mor- retes	2	0	0	532	1.064
3	Região Centro Oriental	Ponta Grossa e Castro	2	3	6	316	632
4	Região Noro- este e Centro Occidental	Campo Mou- rão, Cianorte e Umuarama	2	5	10	1.220	2.440
5	Região Centro- Sul e Sudeste	Guarapuava e União da Vitória	2	5	10	938	1.876
6	Norte Central e Norte Pioneiro	Londrina, Maringá, Pa- ranavaí, Cor- nélio Procó- pio e Apuca- rana	2	6	12	2.000	4.000
7	Oeste e Sudo- este	Foz do Igu- açu, Casca- vel, Pato	2	5	10	2.212	4.424

	Branco e Francisco Beltrão					
TOTAL		-	24	48	7.500	17.820

* As diárias anuais estão estimadas para uma pessoa.

** A quantidade anual é estimada para os casos em que se demande deslocamento para atendimento de situações urgentes ou cuja necessidade de atendimento não possa aguardar a visita periódica.

Os levantamentos apresentados acima fornecem uma estimativa inicial de diárias para atender um único profissional. Entretanto, considerando que a maior parte das viagens será realizada por equipes compostas de 2 (dois) a 4 (quatro) profissionais, o quantitativo inicial foi multiplicado por 3 (três) para se obter uma projeção mais representativa do quantitativo anual. Assim, para os serviços de manutenção preventiva, estima-se 462 (quatrocentos e sessenta e duas) diárias, além de 144 (cento e quarenta e quatro) diárias adicionais destinadas ao atendimento de eventuais serviços de manutenção corretiva, totalizando 606 (seiscentos e seis) diárias.

O valor fixo estipulado para as diárias, são:

DIÁRIAS	VALOR
Pernoite	320,00
Indenização parcial de diária	100,00

Quadro Diárias			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Diárias	606	R\$ 320,00	R\$ 193.920,00

Considerando a estimativa de deslocamentos necessários para a prestação dos serviços contratados, foi calculado o valor total anual referente ao pagamento de diárias. Os valores foram definidos com base na realidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná, considerando suas especificidades operacionais, a frequência e o perfil dos deslocamentos realizados no âmbito da instituição.

Adotou-se como diretriz a padronização dos valores pagos a título de diárias aos terceiros contratados, com o objetivo de garantir uniformidade, isonomia e maior previsibilidade na gestão contratual, promovendo transparência e coerência na condução dos contratos administrativos.

No que diz respeito à quilometragem, a previsão é de que sejam percorridos cerca de 29.121 km para as manutenções preventivas e até 17.820 km para as corretivas, resultando em um total estimado de aproximadamente 46.941 km ao ano, distribuídos em aproximadamente 84 viagens.

DO COMBUSTÍVEL, DO PEDÁGIO E GUARDA DO VEÍCULO

Os valores indicados para quilometragem são meramente para orientação aos licitantes, haja vista que a presente contratação não contempla o fornecimento de combustível, o qual será fornecido pela própria DPE/PR mediante contratos específicos.

No entanto, caso surja a necessidade de pagamento de combustível pela empresa contratada durante a execução do contrato, o valor correspondente será calculado com base no levantamento oficial de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dessa forma, o pagamento será realizado considerando o preço médio do tipo de combustível utilizado, conforme registrado no mês de referência vigente no sistema da ANP.

A contratada deverá disponibilizar, em todos os veículos da frota cedida, dispositivos de pagamento eletrônico, como “TAG” ou similar, para passagem nas praças de pedágio. O custo de eventual mensalidade desses dispositivos deve estar incluso no valor da cessão dos veículos, não gerando despesas adicionais de mensalidade à DPE/PR. Além disso, a contratada será responsável por arcar com os pagamentos dos pedágios, os quais serão reembolsados pela DPE/PR. Para o reembolso dessas despesas, a contratada deverá apresentar mensalmente o extrato de cada veículo, contendo as seguintes informações: placa do veículo, valor pago, data, horário e local de utilização.

Considerando uma estimativa de 84 (oitenta e quatro) viagens anuais e um valor máximo gasto com pedágio por viagem em R\$ 48,25⁹, **estima-se que os custos com cobrança de tarifas em praças pedagiadas pelos veículos que serão locados seja de aproximadamente de R\$ 4.053,00 para o período de 12 (doze) meses.**

Durante a vigência contratual, os veículos devem ser guardados em espaço oficial da CONTRATANTE na respectiva Comarca de alocação.

O veículo poderá ser guardado fora do espaço oficial, desde que autorizado pela Coordenadoria de Logística.

No caso de viagens, a CONTRATADA deverá orientar o motorista viajante quanto à guarda do veículo conforme a localidade e demais peculiaridades, **devendo a CONTRATADA arcar com quaisquer ônus de guarda do veículo.**

⁹ Conforme dados do Pregão Eletrônico 017/2023 que foram corrigidos monetariamente.

APÊNDICE IX

ESTIMATIVA DE VEÍCULOS

A estimativa de veículos foi elaborada com base em três critérios principais: (i) as características dos serviços a serem executados, (ii) a necessidade de transporte de funcionários e (iii) o transporte de materiais e equipamentos essenciais para a realização dos serviços.

Dado que as equipes deslocadas serão, geralmente, compostas por 3 (três) ou 4 (quatro) pessoas, além de materiais e equipamentos, o veículo mais adequado pertence à **categoria de Picapes ou Picapes Leves**. É importante destacar que não haverá transporte de grandes volumes de materiais, pois a contratada poderá programar a entrega diretamente nos locais onde os serviços serão realizados.

Com base nessa premissa e na previsão de até 3 (três) grupos de postos de trabalho, estima-se a necessidade de até 3 (três) veículos. No entanto, para o início do contrato, será solicitado apenas 1 (um) veículo.

PREVISÃO DE VEÍCULOS						
Item	Veículo	Quantidade mínima de veículos	Quantidade máxima de veículos	Valor unitário	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual
1	Picape ou Picape leve	1	3	R\$3.622,13	R\$10.866,39	R\$130.396,68

O(s) veículo(s) deverá(ão) possuir as seguintes especificações mínimas:

- Tipo: picape cabine dupla

- Até 5 (cinco) anos de utilização;
 - Os veículos fornecidos deverão ter no máximo 5 anos de uso na data de entrega.
- Cor sólida (branca ou prata);
- Capacidade de 5 (cinco) ocupantes ou mais;
- Ar condicionado;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Motorização bicombustível (flex), capaz de operar com etanol (álcool), gasolina ou a mistura de ambos, ou com tecnologia equivalente que utilize biocombustível;
- Capacidade mínima de carga de 600 (seiscentos) kg;
- Película protetora em toda a área envidraçada do veículo de acordo com a Resolução nº 960/2022 do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;
- O veículo deverá estar equipado com rastreador veicular para monitoramento em tempo real.
- O sistema de rastreamento deve permitir o acompanhamento da localização por meio de plataforma acessível (aplicativo ou web).
- A CONTRATADA será responsável pela instalação, manutenção do sistema de rastreamento durante a vigência do contrato.
- O sistema de monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato.
- Equipado com os itens de segurança exigidos por lei.
- Deverão possuir identidade visual da DPE/PR, conforme especificação a ser encaminhada pela DPE/PR em momento oportuno.

APÊNDICE X
DEMONSTRATIVOS DE BDI – MATERIAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMO / SERVIÇOS EVENTUAIS

DEMONSTRATIVO DE BDI – INSUMOS (MERO FORNECIMENTO)							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSIVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%		OK	1,50%	3,45%	4,49%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	0,48%		OK	0,30%	0,48%	0,82%
3	R - RISCOS	0,85%		OK	0,56%	0,85%	0,89%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%		OK	0,85%	0,85%	1,11%
5	L - LUCRO BRUTO	5,11%		OK	3,50%	5,11%	6,22%
6	I - IMPOSTOS	7,25%					
6.1	PIS	0,65%					
6.2	COFINS	3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)	0,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	3,60%					
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)		19,75%		Sem CPRB	11,10%	14,02%	16,80%
			OK	Com CPRB	15,25%	18,28%	21,16%

Onde:

AC: taxa de administração central;

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS,
ISS, CPRB).

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

DEMONSTRATIVO DE BDI – SERVIÇOS EVENTUAIS							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%		OK	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	1,27%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	I - IMPOSTOS	9,25%					
6.1	PIS	0,65%					
6.2	COFINS	3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)	2,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	3,60%					
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)		27,07%		Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
			OK	Com CPRB	24,83%	26,68%	29,67%

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS,
ISS, CPRB).

--

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

APÊNDICE XI
MODELO DE PLANILHA DE DEMONSTRAÇÃO DE BDI

DEMONSTRATIVO BDI							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSIVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
2	SG - SEGUROS + GARANTIA						
3	R - RISCOS						
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS						
5	L - LUCRO BRUTO						
6	I - IMPOSTOS						
6.1	PIS						
6.2	COFINS						
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)						
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB						
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)				Sem CPRB			

		Com CPRB			
--	--	----------	--	--	--

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

G: taxa de garantias;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$



APÊNDICE XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ / 202____ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO DO PREGÃO: Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de veículos, mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, e também, em quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas pela Instituição.

() Declaro, como representante da empresa _____ que visitamos, para efeitos de formulação da proposta para a presente licitação, conforme indicados no Edital da Licitação, os imóveis da Defensoria Pública do Estado do Paraná situados no endereçoe no endereço....., estando ciente de que as condições dos imóveis visitados são similares a todos aqueles que serão objeto da presente contratação.

() Declaro, como representante da empresa _____ que **NÃO** visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no



Edital da Licitação, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria dos imóveis objeto de nossa proposta.

Desse modo, se vencedores deste pregão eletrônico, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o edital e demais documentos instrutores.

_____, _____ de _____ de
202____.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NOME:



APÊNDICE XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____ / 202

Substituir pelo tipo e N° do certame.

A

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O abaixo assinado, _____, Identidade n° _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____

vem pela presente, indicar a V. Sas. O(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelo _____ (descrição do item conforme listado no edital – indicar o item do Termo De Referência), de acordo a Lei Federal n° 5.194/66, resoluções n° 218/73 e n° 317/86 do CONFEA, (no caso de engenheiros)/a Lei Federal n° 12.378/10, resolução n° 21/12 e n° 91/14 do CAU/BR (no caso de arquiteto), e parágrafo 10 do artigo 76 da Lei Estadual 15.608/07 caso venhamos a vencer a referida licitação.

1. Responsável técnico pelos serviços:

Nome:

Registro: (CAU ou CREA)

Assinatura:

Fazer a opção de acordo com o profissional.

2. Co – responsável(is) ou vinculados pelos serviços:

Nome:

Registro: (CAU ou CREA)

Assinatura:



Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal nº 5.194/66, antes do início da obra/serviço/projeto, e conforme preceituam os artigos 45 a 47 e 50 da Lei Federal nº 12.378/2011 e Resoluções 17 e 21/2012 e 51/2013 do CAU/BR, ficando sujeito a aplicação de penalidade prevista na legislação vigente e no Edital desta licitação.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



APÊNDICE XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO E COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de contrato, apresentaremos cópias dos contratos.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Declaramos, também, ciência da responsabilidade integral por atos da subcontratada e a inexistência de qualquer vínculo entre esta última e a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 202 ____.

Representante Legal ou Procurador da Licitante

(nome e assinatura)



APÊNDICE XV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A _____ empresa
_____, inscrita no
CNPJ Nº _____, por intermédio de seu
Representante _____ Legal, Sr(a)
_____, portador do CPF nº
_____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins,
estar familiarizada com a natureza e vulto dos serviços, bem como as técnicas
necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, inclusive analisando
todas as condições locais da sede/sala de _____ e
orientações prestadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.
Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes
à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando
que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

_____, _____ de _____ de 20____

(nome completo do representante legal)

Assinatura

APÊNDICE XVI – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO DA PROPOSTA

1. DO DETALHAMENTO DA PROPOSTA

1.1. DIRETRIZES GERAIS

- 1.1.1. As empresas licitantes deverão utilizar, nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, a Convenção Coletiva de Trabalho relacionada à sua atividade principal, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal, bem como entendimento do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.097/2019-Plenário, 2.101/2020-Plenário e 1.207/2024-Plenário ¹⁰.
- 1.1.2. Os licitantes deverão informar o valor do salário de cada profissional e todos os custos deverão constar na planilha.
- 1.1.3. O licitante poderá utilizar planilha própria, desde que contenha todas as informações do modelo fornecido.
- 1.1.4. As empresas licitantes deverão apresentar a Composição do percentual de BDI para os insumos (mero fornecimento) e serviços eventuais, de forma separada, conforme modelo do Apêndice X deste Termo de Referência.

1.2. MÃO DE OBRA CONTÍNUA E EXCLUSIVA

- 1.2.1. A precificação dos postos de trabalho deverá levar em consideração as informações do Apêndice IV, bem como a previsão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

¹⁰ De acordo com a jurisprudência, conforme o **Acórdão 1207/2024 do TCU**, **não é permitido** determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pela empresa licitante como base para a elaboração de sua proposta. Este entendimento decorre da previsão legal estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, que determina que, nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, **não é permitido** vincular as propostas a uma convenção coletiva específica.

1.2.2. Deve ser prevista a disponibilização de uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

1.2.2.1. Caberá à licitante a obrigação da apresentação do laudo pericial, emitido por profissional devidamente habilitado, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, prevendo-se, desde já, o(s) adicional(is) de periculosidade e de insalubridade, em seu grau máximo, na planilha de formação de custos dos postos.

1.2.1. Devem ser considerados os valores mínimos de salário base e auxílio alimentação, conforme o Apêndice VI do Termo de Referência.

1.2.2. Os valores de vale transporte deverão compor o trajeto de ida e volta do trabalhador.

1.2.3. O valor de dedução do vale transporte deverá estar de acordo com a Lei 7.418/85.

1.2.4. A proposta deve prever o fornecimento de todos os equipamentos, instrumentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.

1.3. DA MÃO DE OBRA CONTÍNUA E NÃO EXCLUSIVA (ENGENHEIRO RESPONSÁVEL)

1.3.1. Para o desempenho das funções do responsável técnico, foi estimada uma carga horária de 2 (duas) horas diárias, totalizando 480 horas ao longo de 12 meses.

1.3.2. Sobre o valor da hora, deve ser aplicado o valor de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de serviços eventuais (27,07%).

1.4. MATERIAIS DE REPOSIÇÃO E CONSUMO E SERVIÇOS EVENTUAIS

- 1.4.1. A proposta deve incluir os custos dos materiais/insumos e serviços eventuais necessários, conforme Apêndice VII desde Termo de Referência, observando os valores máximos de referência indicados e a sistemática de aplicação do BDI e do desconto proporcional final, nos termos da cláusula 2.4 deste Termo de Referência.
- 1.4.2. Deve ser apresentado o Benefício e Despesas Indiretas (BDI) aplicado aos custos dos insumos, de forma separada, conforme modelo do Apêndice X deste Termo de Referência.

1.5. FORNECIMENTO DE VEÍCULOS

- 1.5.1. A proposta deve contemplar o fornecimento de veículos adequados para o transporte dos profissionais e dos materiais e ferramentas.
- 1.5.2. O veículo deve pertencer à categoria de Picapes ou Picapes Leves.
- 1.5.3. Devem estar em conformidade com características constantes no Apêndice IX deste Termo de Referência.

1.6. DIÁRIAS E PEDÁGIOS

- 1.6.1. ***Não serão objeto de disputa.**
- 1.6.2. Deverão ser observadas as disposições constantes no apêndice VIII deste Termo de Referência.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

ITEM	SERVIÇO	CÓDIGO CATSER	QUANTIDADE	VALOR TOTAL MÁXIMO PARA 12 MESES
1	Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo o fornecimento de veículos, mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também para as novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual	1627	1	R\$

GRUPO 01		
Item	Descrição	Valor Total máximo para 12 (meses)
01	Valor total máximo de mão de obra contínua (exclusiva e não exclusiva), conforme quantitativo previsto no Apêndice IV.	
02	Valor total máximo para materiais de reposição e consumo, conforme previsto no Apêndice VII.	
03	Valor total máximo para serviços eventuais, conforme previsto no Apêndice VII.	
04	Valor total máximo para veículos, conforme previsto no Apêndice IX.	
05	Valor total máximo para diárias e pedágios (VALOR FIXO, NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA PELOS LICITANTES)	R\$ 197.973,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DA LICITAÇÃO PARA 12 (DOZE) MESES		R\$

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06		
Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	()	()
	NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo nº 24.0.000000833-4

CONTRATO Nº [XXX/XXXX]

(V5. 17/07/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua, Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme **[ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos]**,

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação **do[a] [Modalidade de licitação]** nº [XXX/XXXX] (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório, ao Termo de Referência/Projeto Básico e aos respectivos anexos desses

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

documentos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, que, em conjunto, integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços contínuos e sob demanda de manutenção predial preventiva e corretiva** para todas as sedes atuais da DPE-PR e as que forem implementadas no Estado do Paraná durante a vigência deste ajuste, conforme especificações que constam na tabela a seguir, nas cláusulas deste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados:

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva de sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.	Posto de Trabalho	18	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
2	Prestação de serviços comuns de engenharia sob demanda.	Evento	X	X	R\$ 856.510,50
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
3	Insumos e materiais de consumo e reposição.	Várias	X	X	R\$ 484.476,40
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
4	Engenheiro Responsável.	Horas de trabalho	480	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
5	Cessão de veículos.	Veículo	3	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
6	Pedágios.	Viagem	X	X	R\$ 4.053,00
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
7	Diárias de viagem.	Diária integral	606	R\$ 320,00	R\$ 193.920,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO					R\$ [XXX]

Nota: Os itens 2, 3 e 6 não apresentam especificações quantitativas nem valores unitários nesta tabela em razão de sua natureza estimativa, variável e/ou imprevisível, com custos condicionados à demanda efetiva durante a execução contratual, a depender das ocorrências de manutenções não programadas, da localização dos serviços, bem como da necessidade de consumo regular ou de reposição dos materiais. Os valores correspondentes estão vinculados à Tabela Sinapi, a orçamentos previamente aprovados pela CONTRATANTE ou a tarifas públicas vigentes, conforme o caso.

2.2. O escopo do objeto deste Termo de Contrato abrange as seguintes categorias, sem prejuízo da execução de atividades correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual:

2.2.1. Serviços contínuos de manutenção predial: a CONTRATADA deverá, por meio da **Equipe Técnica Permanente** – constituída pelos profissionais a serem alocados nos Postos de Trabalho, incluindo um Mestre de Obras, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sob a coordenação do Engenheiro Responsável –, executar ações e operações de manutenção ou conservação, observadas, no mínimo, as rotinas de serviços descritas no Apêndice II do Termo de Referência: **(i)** de modo preventivo sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade mediante inspeções sistemáticas, objetivando mantê-los operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante; e **(ii)** de modo corretivo, com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas o equipamento, o sistema ou a instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

2.2.2. Serviços comuns de engenharia sob demanda: a CONTRATADA deverá executar serviços referentes a demandas específicas e eventuais da CONTRATANTE que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam as rotinas de serviços descritas no Apêndice II do Termo de Referência.

2.2.3. Insumos e materiais de consumo e reposição: a CONTRATADA deverá fornecer insumos e materiais de consumo e reposição necessários à execução dos serviços das manutenções prediais preventivas e corretivas, bem como substituí-los em razão de defeito, quebra, fadiga ou fim de vida útil.

2.2.4. Engenheiro Responsável: profissional pertencente ao quadro técnico da empresa e não alocado/a nos Postos de Trabalho de serviços contínuos que será responsável, durante a vigência contratual e desde que em vigência também o contrato de trabalho firmado entre o/a profissional e a CONTRATADA, pela execução e coordenação das manutenções prediais preventivas e corretivas realizadas pela Equipe Técnica Permanente e dos serviços comuns de engenharia sob demanda prestados para a CONTRATANTE.

2.2.5. Cessão de uso de veículos: a CONTRATADA deverá ceder à CONTRATANTE, mediante contraprestação e sem transferência de propriedade, concomitantemente até 3 (três) veículos em boas condições de uso e conservação para fins de transportar ferramentas, materiais e profissionais necessários à execução dos serviços tanto em deslocamentos entre

as unidades da DPE-PR na Comarca e na Região Metropolitana de alocação das Equipes Técnicas Permanentes quanto em viagens intermunicipais a serem realizadas para atender às demais sedes da DPE-PR instaladas no Estado do Paraná, observados os requisitos e as especificações constantes no Apêndice IX do Termo de Referência.

2.2.6. Pedágios: Todos os veículos disponibilizados pela CONTRATADA deverão contar com Tag de Passagem em Pedágios, de modo a viabilizar os pagamentos automáticos nas praças de pedágio, os quais serão custeados previamente pela CONTRATADA junto à operadora de sua escolha, cujos valores comprovadamente pagos serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos deste instrumento contratual.

2.2.7. Diárias de viagem: A CONTRATADA deverá efetuar previamente o pagamento de diárias de viagem aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho que prestarem serviços à CONTRATANTE fora da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, na devida proporção do deslocamento, cujos valores comprovadamente devidos serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos deste instrumento contratual.

2.3. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, especificações técnicas e condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados.

2.4. A execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula **3.1** é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3.3. Para fins de prorrogação contratual, a CONTRATANTE avaliará a necessidade de reposição ou substituição dos **insumos vinculados aos Postos de Trabalho** – compreendidos como

equipamentos, instrumentos, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e itens de identificação pessoal – constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços, e os valores correspondentes aos insumos não fornecidos em cada período serão deduzidos dos valores referentes aos respectivos Postos de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.I. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

4.1.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto deste instrumento contratual em qualquer uma das sedes da CONTRATANTE, já existentes ou que vierem a ser criadas, em funcionamento no Estado do Paraná.

4.2. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e e-mail.

4.2.1. No caso de alteração desses dados, deverá a CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

4.3. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o **Relatório de Execução de Serviços**, que deve conter: (i) *Checklist* das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, com a data efetiva da realização de cada procedimento e profissional que executaram; (ii) Relatório dos serviços sob demanda e, quando houver, os respectivos registros fotográficos; (iii) Lista de insumos e materiais de consumo e reposição utilizados no mês; (iv) Descrição de quaisquer anormalidades e/ou dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços; (v) Sugestões de aprimoramento da execução dos serviços; (vi) Outras atividades correlatas e informações relevantes.

4.II. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

4.4. Os serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva devem ser realizados pela CONTRATADA por intermédio da Equipe Técnica Permanente, observadas, no mínimo, as rotinas de serviços constantes no Apêndice II do Termo de Referência.

4.5. O início do prazo de execução da prestação dos serviços contínuos deve ocorrer em **até 30 (trinta) dias** a partir da comunicação eletrônica enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA,

sendo condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos no Termo de Referência, especialmente em seu Apêndice IV.

4.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até **30 (trinta) dias** contados da data do início da execução contratual, a seguinte documentação: (i) relação dos profissionais que serão alocados nos Postos de Trabalho, indicando nome completo, RG e CPF, função, horário da jornada ordinária de trabalho; (ii) indicação do responsável técnico pela execução dos serviços; (iii) exames médicos admissionais dos profissionais que serão alocados nos Postos de Trabalho; (iv) Declaração de Responsabilidade Exclusiva sobre Quitação dos Encargos Trabalhistas e Sociais decorrentes deste Termo de Contrato; e (v) Laudo Pericial Técnico, emitido por profissional legalmente habilitado, contendo a avaliação das condições ambientais de trabalho e a identificação da exposição a agentes insalubres e/ou perigosos, conforme o caso.

4.6. Inicialmente, a **Equipe Técnica Permanente** será composta de 4 (quatro) Postos de Trabalho: 1 (um) Mestre de Obras; 1 (um) Eletricista; 1 (um) Encanador; e 1 (um) Servente, os quais ficarão inicialmente lotados apenas na cidade de Curitiba, mas atenderão todas as sedes da CONTRATANTE.

4.6.1. A CONTRATADA deverá substituir os profissionais cuja conduta seja julgada inconveniente pela CONTRATANTE, bem como os que estiverem em gozo de férias e nos casos de eventuais faltas, em até **5 (cinco) dias úteis** em caráter provisório, se necessário, e em até **20 (vinte) dias úteis** em caráter definitivo, contados a partir da data da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA, observadas as exigências dispostas no Termo de Referência quanto à formação, experiência e capacidade técnica.

4.6.2. A CONTRATANTE poderá reconfigurar os Postos de Trabalho (i) para completar os postos vagos da Equipe Técnica Permanente inicial e/ou (ii) para formar **até mais 2 (duas)** Equipes Técnicas Permanentes a serem alocadas nos municípios de Cascavel e de Londrina, de modo a manter até 3 grupos permanentes de trabalho para atender todas as sedes da DPE-PR no Estado do Paraná.

4.6.2.1. Em qualquer uma das situações previstas na Cláusula 4.6.2, a CONTRATANTE deverá enviar comunicação eletrônica à CONTRATADA com antecedência de **30 (trinta) dias**, contendo, no mínimo, a quantidade de Postos de Trabalho solicitada e a Comarca de alocação, aplicando-se a esta hipótese todas as disposições deste Termo de Contrato e dos documentos a ele vinculados.

4.7. A CONTRATANTE poderá alterar, adaptar e individualizar para cada Equipe Técnica Permanente as rotinas de serviços descritas no Apêndice II do Termo de Referência de modo que melhor atenda às necessidades das edificações da DPE-PR.

4.8. A **jornada ordinária de trabalho** dos profissionais alocados nos Postos de Trabalho que integram a Equipe Técnica Permanente será de **44 (quarenta e quatro) horas semanais**, podendo ser cumprida, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 18h, com intervalo intrajornada mínimo de 1 hora, conforme legislação vigente e escalas de trabalho estabelecidas pela CONTRATADA.

4.8.1. A CONTRATANTE poderá alterar excepcionalmente a jornada ordinária de trabalho em prol da continuidade da prestação do serviço público, mediante comunicação prévia à CONTRATADA de, no mínimo, **48 (quarenta e oito) horas** e desde que a execução das atividades ocorra entre 6h e 20h, excetuados os casos urgentes disciplinados na Cláusula 4.11 deste Termo de Contrato.

4.8.2. Fica expressamente vedada a realização de horas extraordinárias, sendo adotado o sistema de **Banco de Horas** para realização de serviços que ultrapassem a jornada ordinária de trabalho, incluindo viagens cujos deslocamentos ocorram fora da Comarca e da respectiva Região Metropolitana onde o profissional estiver alocado, conforme detalhado nas subcláusulas a seguir:

4.8.2.1. O Banco de Horas será formado semanalmente, devendo ser utilizado dentro do período de 1 (um) ano.

4.8.2.2. Semanalmente, deverão ser computadas no Banco de Horas as horas como saldo positivo ou negativo, de modo individualizado, com base na apuração do ponto eletrônico e considerando-se a jornada ordinária de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais por profissional alocado nos Postos de Trabalho de serviços contínuos.

4.8.2.3. Limitam-se as horas excedentes à jornada de trabalho a 2 (duas) horas diárias por profissional de segunda-feira a sexta-feira e a 8 (oito) horas diárias aos sábados, domingos e feriados, sendo vedada jornada de trabalho que ultrapasse 10 (dez) horas diárias.

4.8.2.4. O Banco de Horas poderá ser utilizado pela CONTRATANTE para compensar o atendimento dos casos urgentes/emergenciais e de eventuais demandas de serviços extraordinários.

4.8.2.5. A utilização do Banco de Horas aos finais de semana deverá ser comunicada pela CONTRATANTE à CONTRATADA com antecedência mínima de **48 (quarenta e**

oito) horas, exceto nos casos urgentes/emergenciais em que o não atendimento possa resultar em prejuízos à estrutura ou ao patrimônio institucional da CONTRATANTE.

4.8.2.6. Eventuais interrupções na jornada de trabalho causadas por ausência de materiais ou ferramentas, por atrasos injustificados na execução dos serviços ou, ainda, por cumprimento de itinerário de viagem serão apuradas pela CONTRATANTE, sendo as horas excedentes consideradas injustificadas descontadas do Banco de Horas.

4.8.3. A CONTRATADA deverá implementar o controle de **Ponto Eletrônico** para os profissionais alocados nos Postos de Trabalho, devendo ser registrados diariamente os horários de entrada, de saída, de intervalo intrajornada e jornada diária total de cada profissional.

4.8.3.1. A CONTRATADA será responsável pela instalação, manutenção e operação do sistema de ponto eletrônico nas sedes da CONTRATANTE em que estejam alocados os Postos de Trabalho, em conformidade com as disposições da Portaria nº 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.8.3.2. O sistema deverá ser instalado em até **30 (trinta) dias** contados do início da execução dos serviços contínuos de que trata a Cláusula 4.5.

4.8.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, mediante solicitação, relatórios mensais ou de períodos específicos que demonstrem os registros de ponto dos profissionais alocados, os quais devem conter, de modo claro e organizado, o histórico de presença, os horários registrados e as eventuais justificativas legais para ausências ou atrasos.

4.8.3.4. Qualquer problema técnico que comprometa o funcionamento do sistema de ponto eletrônico deverá ser prontamente corrigido pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, devendo ser adotado, nos casos de falha prolongada, um sistema manual de controle de jornada até a regularização do ponto eletrônico.

4.9. A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os **insumos vinculados aos Postos de Trabalho** – equipamentos, instrumentos, ferramentas, EPIs, uniformes e itens de identificação pessoal – que serão necessários à execução das manutenções prediais preventivas e corretivas, observando os requisitos e a estimativa das quantidades discriminados no Apêndice IV do Termo de Referência.

4.9.1. Nos casos de reestruturação das Equipes Técnicas Permanentes, de necessidade de aquisição de mais equipamentos e de substituição de quaisquer equipamentos sempre que

necessário, a CONTRATANTE deverá enviar comunicação eletrônica à CONTRATADA informando o prazo de entrega conforme cada situação.

4.9.2. Os profissionais alocados nos Postos de Trabalho deverão receber da CONTRATADA, desde o início da prestação dos serviços, uniformes novos em quantidades suficientes, os quais devem ser renovados anualmente ou substituídos sempre que alguma peça for danificada ou, ainda, mediante solicitação da CONTRATANTE, caso considere necessária a substituição de alguma peça.

4.10. A CONTRATADA deverá fornecer continuamente todos os **insumos e materiais de consumo e reposição** necessários à realização dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, os quais serão faturados e pagos mensalmente pela CONTRATANTE nos termos da Cláusula **Décima**.

4.10.1. Os insumos e materiais de consumo e reposição deverão ser entregues conforme cronograma previamente definido pela CONTRATANTE ou em até **20 (vinte) dias** da solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE.

4.10.2. Para a formação do custo mensal dos insumos e materiais de consumo e reposição, devem ser considerados os valores constantes da Tabela Sinapi² para o Estado do Paraná referente ao mês de **[mês/aaaa]**³, acrescidos do **BDI de 19,75%**, devendo ser aplicado sobre o resultado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**⁴.

4.10.2.1. Nos casos em que, em razão da aplicação dos percentuais de BDI e de desconto, os valores unitários ou totais resultarem em números com mais de duas casas decimais, deverá ser adotado o arredondamento para duas casas decimais, respeitado o limite de variação de até R\$ 0,01 (um centavo) por item ou composição, de modo a preservar a exatidão do valor total do orçamento, devendo ser devidamente justificado tal arredondamento, vedada a majoração do valor total originalmente calculado.

4.10.3. Na ausência de referência de preços para determinado insumo ou material de consumo ou reposição na Tabela Sinapi, a CONTRATADA deverá priorizar a substituição por **item equivalente** constante na própria Tabela Sinapi para o Estado do Paraná referente ao

² Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

³ Refere-se ao mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

⁴ Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos insumos e materiais de consumo e reposição e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

mês de **[mês/aaaa]**⁵, desde que atenda às especificações técnicas e aos requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

4.10.3.1. Sobre o preço estabelecido na Tabela Sinapi para itens equivalentes, aplicam-se, do mesmo modo, as Cláusulas 4.10.2 e 4.10.2.1.

4.10.4. Caso não seja possível a substituição por um item equivalente da Tabela Sinapi, a formação do preço do item será definida, se houver, com base em outro **sistema oficial de referência de custos**, considerando-se os preços vigentes em **[mês/aaaa]**⁶, desde que atenda às especificações técnicas e aos requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

4.10.4.1. Sobre o preço estabelecido para o item no sistema oficial de referência de custos adotado, será acrescido o percentual de **BDI de 19,75%**, devendo ser aplicado, sobre o resultado, o **desconto de [XX]% ([por extenso])**⁷.

4.10.4.2. Caso a composição do preço do item no sistema oficial de referência de custos adotado já inclua percentual de BDI, este será desconsiderado, sendo obrigatória a aplicação do BDI de 19,75% para fins do cálculo previsto na Cláusula 4.10.4.1.

4.10.5. Caso não seja possível a utilização de sistemas de referência de custos, para a formação do orçamento, deverá ser realizada **pesquisa de mercado**, conforme as cláusulas a seguir.

4.10.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados; se não for possível apresentar três orçamentos, deverá a CONTRATADA apresentar a justificativa correspondente.

4.10.5.2. A CONTRATANTE analisará os orçamentos apresentados de modo a verificar se os valores estão compatíveis com o mercado.

⁵ Refere-se ao mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

⁶ Refere-se ao mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

⁷ Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos insumos e materiais de consumo e reposição e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

4.10.5.3. Identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de novos orçamentos ou justificativas adicionais.

4.10.5.4. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, a CONTRATANTE efetuará a média dos três orçamentos apresentados e ao resultado será aplicado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**⁸.

4.10.5.5. É vedado à CONTRATADA recusar o fornecimento de insumos e materiais de consumo e reposição se o orçamento final estiver em conformidade com o preço médio de mercado identificado, bem como impor valores superiores aos praticados no setor.

4.11. Nos **casos urgentes/emergenciais**, a CONTRATADA deverá disponibilizar os profissionais da Equipe Técnica Permanente e os recursos necessários ao atendimento da demanda em, no máximo, **4 (quatro) horas** a contar da comunicação da CONTRATANTE, excluído o período de deslocamento até o local da ocorrência.

4.11.1. Caso a Equipe Técnica Permanente esteja em viagem, a CONTRATANTE poderá autorizar a modificação do roteiro com objetivo de atender às demandas urgentes/emergenciais.

4.12. A CONTRATADA deverá viabilizar autonomia financeira suficiente à Equipe Técnica Permanente para que seja possível a aquisição de insumos e materiais necessários durante a execução dos serviços, a fim de assegurar a continuidade das atividades e evitar descumprimento de prazos pactuados.

4.III. SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA SOB DEMANDA

4.13. Os serviços comuns de engenharia sob demanda devem ser realizados pela CONTRATADA por intermédio do Engenheiro Responsável e de mão de obra **não alocada** nos Postos de Trabalho, exceto se autorizado previamente pela CONTRATANTE.

4.14. Para cada demanda de serviços comuns de engenharia, a CONTRATANTE encaminhará uma **Solicitação de Orçamento** à CONTRATADA, e esta deverá, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da referida solicitação, apresentar à CONTRATANTE documentação contendo: (i) especificação detalhada do objeto; (ii) orçamento para execução; (iii) local de execução; (iv) prazo de execução com cronograma estimado; (v) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); e,

⁸ Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos insumos e materiais de consumo e reposição e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

quando necessário, (vi) demais documentos pertinentes exigidos pela CONTRATANTE, incluindo a Declaração de Conhecimento para Execução dos Serviços (Apêndice XV do Termo de Referência).

4.15. Para a formação do orçamento para execução dos serviços comuns de engenharia sob demanda, devem ser considerados os valores constantes da Tabela Sinapi⁹ para o Estado do Paraná referente ao mês de **[mês/aaaa]**¹⁰, acrescidos do **BDI de 27,07%**, devendo ser aplicado sobre o resultado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**¹¹.

4.15.1. Nos casos em que, em razão da aplicação dos percentuais de BDI e de desconto, os valores unitários ou totais resultarem em números com mais de duas casas decimais, deverá ser adotado o arredondamento para duas casas decimais, respeitado o limite de variação de até R\$ 0,01 (um centavo) por item ou composição, de modo a preservar a exatidão do valor total do orçamento, devendo ser devidamente justificado tal arredondamento, vedada a majoração do valor total originalmente calculado.

4.15.2. Na ausência de referência de preços para determinado serviço sob demanda na Tabela Sinapi, a CONTRATADA deverá priorizar a substituição por **item equivalente** disponível na própria tabela, desde que atenda às especificações técnicas e aos requisitos operacionais necessários para a execução do serviço.

4.15.3. Caso não seja possível a substituição por um item equivalente constante da Tabela Sinapi, a formação do orçamento será definida com base em **sistemas oficiais de referência de custos**.

4.15.3.1. Sobre o preço estabelecido no sistema oficial de referência de custos, será acrescido o percentual de **BDI de 27,07%**, devendo ser aplicado sobre o resultado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**¹².

4.15.3.2. Caso a composição do preço do item no sistema oficial de referência de custos adotado já inclua percentual de BDI, este será desconsiderado, sendo obrigatória a aplicação do BDI de 27,07% para fins do cálculo previsto na Cláusula 4.15.3.1.

⁹ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

¹⁰ Refere-se ao mês anterior ao da apresentação das propostas na licitação, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

¹¹ Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos serviços comuns de engenharia sob demanda e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

¹² Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos serviços comuns de engenharia sob demanda e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

4.15.4. Caso não seja possível a utilização de sistemas de referência de custos, para a formação do orçamento, deverá ser realizada **pesquisa de mercado**, conforme as cláusulas a seguir.

4.15.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados; se não for possível apresentar três orçamentos, deverá a CONTRATADA apresentar a justificativa correspondente.

4.15.4.2. A CONTRATANTE analisará os orçamentos apresentados de modo a verificar se os valores estão compatíveis com o mercado.

4.15.4.3. Identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de novos orçamentos ou justificativas adicionais.

4.15.4.4. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, a CONTRATANTE efetuará a média dos três orçamentos apresentados e ao resultado será aplicado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**¹³.

4.15.4.5. É vedado à CONTRATADA recusar o fornecimento de insumos e materiais de consumo e reposição se o orçamento final estiver em conformidade com o preço médio de mercado identificado, bem como impor valores superiores aos praticados no setor.

4.16. Após a aprovação da documentação de que trata a Cláusula 4.14, a CONTRATANTE expedirá **Ordem de Serviço** contendo a data para o início da execução dos serviços, cujo prazo de conclusão deve observar o cronograma aprovado, podendo ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE.

4.17. Nos **casos urgentes/emergenciais** de acionamento de serviços sob demanda, a CONTRATADA deverá disponibilizar os profissionais e os recursos necessários à execução em, no máximo, **72 (setenta e duas) horas** a contar da comunicação da CONTRATANTE.

4.IV. VEÍCULOS, PEDÁGIOS E COMBUSTÍVEL

4.18. A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos profissionais e dos materiais necessários à execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato, incluindo a disponibilização

¹³ Percentual de desconto obtido por meio da diferença entre o valor máximo estimado da licitação para a categoria dos serviços comuns de engenharia sob demanda e o valor ofertado pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta para essa categoria do objeto, conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

concomitante de até 3 (três) veículos, conforme a demanda da CONTRATANTE, observado o máximo de 5 (cinco) anos de fabricação na data de início da vigência contratual ou da solicitação de que trata a Cláusula 4.19.1 e atendidos os demais requisitos e especificações constantes no Apêndice IX do Termo de Referência.

4.18.1. Os valores referentes à contraprestação da cessão de veículos serão pagos mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos da Cláusula **Décima** deste instrumento contratual.

4.19. Inicialmente, para atender à Equipe Técnica Permanente inicial referida na Cláusula 4.6, a CONTRATADA deverá disponibilizar **1 (um) veículo** à CONTRATANTE na **mesma data estabelecida para o início da execução** dos serviços contínuos.

4.19.1. Em caso de reconfiguração das Equipes Técnicas Permanentes, a CONTRATANTE poderá, na mesma comunicação eletrônica de que trata a Cláusula 4.6.2 ou mediante acordo entre as partes em momento oportuno, solicitar à CONTRATADA a disponibilização de outro veículo, aplicando-se a este todas as disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.20. A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a **personalização** do(s) veículo(s) com a identidade visual da DPE-PR, por meio de adesivação, em até **30 (trinta) dias** após o envio da especificação técnica pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.20.1. Em caso de inconsistência com a identidade visual, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até **5 (cinco) dias úteis** após a comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.21. A CONTRATANTE arcará, por meio de **cartões de abastecimento**, com os custos referentes ao fornecimento de combustível dos veículos disponibilizados pela CONTRATADA.

4.21.1. Com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** da data prevista para o início da execução dos serviços, deverá a CONTRATADA encaminhar para a CONTRATANTE a documentação do veículo digitalizada, a fim de que seja possível à CONTRATANTE providenciar os cartões de abastecimento.

4.21.2. Diante de excepcional necessidade de pagamento de combustível pela CONTRATADA durante a execução do contrato, o valor correspondente será calculado com base no Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e o respectivo reembolso será efetuado nos termos da Cláusula 10.18.

4.22. Os veículos serão utilizados exclusivamente para fins de execução dos serviços para a CONTRATANTE, podendo circular em vias urbanas e rurais e em rodovias em todo o Estado do Paraná, preferencialmente, entre 8h e 18h e devendo permanecer integralmente à disposição da CONTRATANTE.

4.22.1. Durante a vigência contratual, os veículos devem ser guardados em espaço oficial da CONTRATANTE na respectiva Comarca de alocação, somente sendo permitida a guarda fora do espaço oficial se previamente autorizado pela CONTRATANTE.

4.22.2. No caso de viagens, a CONTRATADA deverá orientar o motorista viajante quanto à guarda do veículo conforme a localidade e demais peculiaridades, cabendo à CONTRATADA arcar com eventual ônus de guarda do veículo.

4.23. Nos casos em que não foi possível transportar no veículo disponibilizado os insumos, materiais ou equipamentos necessários à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega desses objetos nos locais necessários, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.24. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer veículo que não esteja em conformidade com os padrões exigidos de manutenção preventiva e corretiva, limpeza, funilaria, pintura, entre outros, ou que apresente qualquer inconformidade que comprometa a segurança, a funcionalidade ou a apresentação do veículo.

4.25. Nos casos em que os veículos titulares não estiverem disponíveis para uso, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá disponibilizar um **veículo reserva**, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da indisponibilidade do veículo titular.

4.25.1. O veículo reserva deverá ser da mesma categoria do veículo titular ou superior, salvo acordo entre as partes, e deverá ser entregue no local de alocação da Equipe Técnica Permanente para a qual foi designado o veículo titular.

4.26. Todos os veículos disponibilizados pela CONTRATADA deverão contar com **Tag de Passagem em Pedágios**, de modo a viabilizar os pagamentos automáticos nas praças de pedágio, os quais serão custeados previamente pela CONTRATADA junto à operadora de sua escolha.

4.26.1. Os valores efetivamente pagos a título de custos com pedágios serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos da Cláusula **Décima** deste instrumento contratual.

4.27. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação rastreador veicular para monitoramento em tempo real, cujo sistema de rastreamento permita que a CONTRATANTE acompanhe a localização dos veículos por meio de plataforma acessível (aplicativo ou web).

4.27.1 A CONTRATADA é responsável por eventuais manutenções do sistema de rastreamento durante a vigência do contrato.

4.27.2. Caso o sistema apresente problemas (como travamentos que impeçam a utilização do veículo), a empresa CONTRATADA deverá efetuar a correção em **até 2 (duas) horas**.

4.V. DIÁRIAS DE VIAGEM

4.28. Para fins de execução do objeto deste Termo de Contrato, são consideradas **viagens intermunicipais** os deslocamentos realizados pelos profissionais da CONTRATANTE alocados nos Postos de Trabalho para prestar serviços fora da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, incluindo os municípios limítrofes e aqueles legalmente integrados a essa região.

4.28.1. As viagens intermunicipais devem ser realizadas preferencialmente durante a jornada ordinária de trabalho, devendo ser observado pelos profissionais viajantes o cumprimento da referida jornada nos dias em deslocamento.

4.28.2. Em casos excepcionais, a CONTRATANTE deverá comunicar previamente a CONTRATADA sobre a necessidade de realizar viagem fora da jornada ordinária de trabalho.

4.29. A realização de viagens intermunicipais durante a vigência contratual deverá ser precedida de comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência compatível com a natureza do serviço a ser prestado, conforme os critérios a seguir:

4.29.1. Para os serviços programáveis, a comunicação deverá ser realizada com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**, devendo ser informados, conforme o planejamento logístico, os dados relevantes à organização da viagem, como localidade de destino, previsão de duração e necessidade de uso de veículo e/ou pagamento de diárias.

4.29.2. Para os serviços **urgentes/emergenciais**, a comunicação poderá ocorrer em prazo inferior ao indicado na Cláusula 4.29.1, observando-se o prazo máximo de atendimento previsto na Cláusula 4.11.

4.30. A CONTRATADA deverá efetuar previamente o pagamento de diárias de viagem aos profissionais designados para realizar viagens intermunicipais na devida proporção do

deslocamento, conforme disposto na Cláusula 4.31 e subcláusulas e na Cláusula 4.32, visando fazer face às despesas de alimentação e estadia.

4.30.1. Não será devido o pagamento de diárias aos profissionais que realizarem deslocamentos dentro da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, incluindo os municípios limítrofes e aqueles legalmente integrados a essa região.

4.30.2 Os valores comprovadamente devidos a título de diárias de viagem serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos da Cláusula Décima deste instrumento contratual.

4.31. Farão jus à **diária integral** de viagem os profissionais que necessitarem pernoitar fora de sua residência, sendo possibilitada a escolha de hotel, pousada ou estabelecimento congênere de sua preferência.

4.31.1. Será devida 1 (uma) diária integral de viagem para cada dia de deslocamento que implique pernoite.

4.31.2. Para o dia de retorno, será devida 1 (uma) **diária parcial**.

4.32. Farão jus à **diária parcial** de viagem os profissionais que realizarem viagem cujo deslocamento de ida e volta ocorra no mesmo dia, sem necessidade de pernoite.

4.33. Fica expressamente vedado pernoitar dentro do veículo.

4.34. Diante da necessidade de **cancelamento** de viagem anteriormente programada e comunicada, cabe à CONTRATANTE informar o cancelamento à CONTRATADA com a maior brevidade possível, para que, se for o caso, o(s) profissional(is) restitua(m) à CONTRATADA a(s) diária(s) recebida(s) antecipadamente.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial da execução do objeto contratual, desde que observados os limites autorizados e cumpridos os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

6.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar separadamente os **faturamentos/notas fiscais** referentes a cada categoria do objeto deste Contrato: (i) Postos de Trabalho de serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra; (ii) serviços comuns de engenharia sob demanda; (iii) remuneração do Engenheiro Responsável; (iv) fornecimento dos insumos e materiais de consumo e reposição; (v) cessão de veículos; (vi) pedágios; e (vii) diárias de viagem.

6.2.1. A medição dos serviços prestados será efetuada mensalmente, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar os faturamentos mensais de todas as categorias do objeto discriminando os valores unitários e o valor total referentes à integralidade da prestação de serviços executada no mês de referência, indicando, se for o caso, as hipóteses de faturamento proporcional (*pro rata*).

6.2.2. Os faturamentos/notas fiscais deverão ser realizados em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

6.3. O objeto será recebido provisoriamente pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de encerramento do mês de referência.

6.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato e os demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

6.4. O objeto será recebido definitivamente pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

6.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

6.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

6.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 6.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

6.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

6.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado

de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou dos serviços prestados, em conformidade com o disposto neste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023¹⁴ e em seu Anexo XII.

7.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor/a titular: [XXXXXX] e Gestor/a substituto/a: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX] e Fiscal substituto/a: [XXXXXX].

7.3. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre os serviços contratados, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

7.4. Os serviços, tanto contínuos quanto sob demanda, somente serão considerados executados mediante aprovação, pela CONTRATANTE, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, quando for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

7.5. Na fiscalização mensal, a CONTRATANTE consultará a situação da CONTRATADA, bem como todas as certidões de regularidade fiscal.

7.6. Nas fiscalizações diárias, as ordens e orientações de execução de serviços deverão ser emitidas pelo representante da CONTRATADA, de modo a evitar ordens dirigidas diretamente pela CONTRATANTE aos profissionais da CONTRATADA.

7.6.1. As solicitações dos profissionais da CONTRATADA devem ser dirigidas ao respectivo representante da CONTRATADA e, da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos profissionais da CONTRATADA devem ser dirigidas pela CONTRATANTE ao representante da CONTRATADA.

¹⁴ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

7.7. A CONTRATANTE aferirá o número de terceirizados de modo a verificar se está de acordo com previsto inicialmente neste instrumento contratual e nas eventuais solicitações de reformulação das Equipes Técnicas Permanentes.

7.8. A CONTRATANTE verificará se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho, se respeita a estabilidade provisória destes e se observa a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho que rege a relação entre eles e a CONTRATADA, concedendo os reajustes dos referidos profissionais na data e no percentual previstos.

7.9. Para efeitos de fiscalização contratual, a CONTRATANTE considerará as obrigações adicionais constantes em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho que regem as relações de trabalho da CONTRATADA.

7.10. A CONTRATANTE efetuará conferência diária quanto ao cumprimento da jornada pelos profissionais alocados nos Postos de Trabalho.

7.11. A CONTRATANTE solicitará, a seu critério, os extratos da conta do FGTS para que se verifique se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo devidamente recolhidas, sendo obrigação da CONTRATADA o encaminhamento à CONTRATANTE.

7.12. A CONTRATANTE avaliará constantemente a execução do objeto, de modo a monitorar o nível de qualidade dos serviços para evitar sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.12.1. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, serão aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Contrato.

7.12.2. Em hipótese alguma, será admitido que a CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

7.13. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

7.14. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, requisitando correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou

adoção de providências no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

7.15. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações solicitadas, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

7.16. A fiscalização e a gestão do contrato não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

7.17. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Os valores máximos estimados do presente Termo de Contrato para o período de 12 (doze) meses de vigência contratual estão a seguir discriminados:

8.1.1. O valor máximo estimado referente aos custos dos Postos de Trabalho de serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.2. O valor máximo estimado referente aos custos dos serviços comuns de engenharia sob demanda é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.3. O valor máximo estimado referente aos custos da remuneração do Engenheiro Responsável é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.4. O valor máximo estimado referente aos custos de insumos e materiais de consumo e reposição é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.5. O valor máximo estimado referente aos custos de cessão de veículos é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.6. O valor máximo estimado referente aos custos com reembolso de pedágio é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.1.7. O valor máximo estimado referente aos custos com reembolso de diárias de viagem é de R\$ [XXX] ([por extenso]).

8.1.8. O **valor total máximo estimado**, resultante da soma dos valores indicados nas Cláusulas 8.1.1 a 8.1.7, é de R\$ [XXX] ([por extenso]).

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 são estimativos para o período de vigência deste Contrato, ou seja, serão definidos conforme as quantidades demandadas pela CONTRATANTE e efetivamente executadas e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base de cálculo para a aferição dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e de recebimentos provisório e definitivo e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, os pagamentos serão efetuados em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data do recebimento definitivo/atesto do objeto.

10.1.1. A liberação dos pagamentos à CONTRATADA fica condicionada à apresentação dos documentos de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

10.5. A antecipação excepcional de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar a disciplina do art. 75 da Resolução DPG nº 375/2023.

10.II. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS

10.6. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data-limite estabelecida em lei, sob pena de multa.

10.6.1. Se a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá, se julgar conveniente, promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos e efetuar o pagamento diretamente aos profissionais terceirizados para a CONTRATANTE, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades e aplicação de sanções legais, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

10.6.2. Aplica-se a Cláusula 10.6.1 também aos casos de eventual inadimplência da CONTRATADA relativamente ao pagamento de vale-transporte e vale-alimentação aos profissionais terceirizados para a CONTRATANTE.

10.7. Os encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.8. O pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade fica condicionado à efetiva comprovação, pela CONTRATADA, do adimplemento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias perante os profissionais terceirizados para a CONTRATANTE, com o objetivo de resguardar a CONTRATANTE de eventuais responsabilidades trabalhistas.

10.9. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições em razão de alterações na legislação durante a vigência contratual.

10.III. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

10.11. A remuneração pelos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável será paga mensalmente à CONTRATADA com base no valor da hora trabalhada indicado no **Item 4** da tabela constante da Cláusula 2.1¹⁵, ou, quando for o caso, no valor vigente da hora trabalhada, caso tenha sido atualizado nos termos da Cláusula **Décima Terceira, Parte I**.

10.12. O pagamento previsto na Cláusula **10.11** será proporcional à efetiva execução mensal dos serviços prestados pelo Engenheiro Responsável, adotando-se como referência os custos mensais e os valores totais estimados e eventualmente atualizados¹⁶ para 12 (doze) meses dos seguintes itens constantes da tabela da Cláusula 2.1: (1) Serviços continuados; (2) Serviços sob demanda; (3) Insumos e materiais de consumo e reposição, conforme os critérios a seguir:

10.12.1. Para a apuração do número de horas trabalhadas no mês de referência, deverá ser calculada a razão entre a soma dos custos mensais dos Itens 1, 2 e 3 e a soma dos valores totais estimados e eventualmente atualizados desses mesmos itens para 12 (doze) meses; e o resultado deve ser multiplicado por 480 (quatrocentas e oitenta) horas – total estimado de trabalho para 12 (doze) meses.

10.12.2. A remuneração mensal será obtida pela multiplicação do número de horas mensais trabalhadas, apuradas nos termos da Cláusula **10.12.1**, pelo valor da hora estabelecido na Cláusula **10.11**.

10.IV. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS COMUNS SOB DEMANDA

¹⁵ Correspondente ao valor da hora trabalhada estabelecida para o Código 90777 na Tabela Sinapi para o Estado do Paraná referente ao mês de [mês/aaaa], acrescido do BDI de 27,07% e aplicação do desconto de [XX]% ([por extenso]), conforme prevê o Termo de Referência desta contratação.

¹⁶ Para fins de aplicação desta cláusula, o termo “atualizados” refere-se aos valores que eventualmente já foram objeto da atualização prevista na Cláusula **Décima Terceira** deste instrumento.

10.13. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE planilha orçamentária que discrimine os serviços realizados durante o mês de referência, em conformidade com os orçamentos aprovados nos termos da Cláusula 4.15 e com as respectivas Ordens de Serviços efetivamente finalizadas no mês de referência.

10.V. PAGAMENTO DOS INSUMOS E MATERIAIS DE CONSUMO E REPOSIÇÃO

10.14. A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA referente aos custos com insumos e materiais de consumo e reposição, mediante apresentação de documentação fiscal e de planilha orçamentária que discrimine os valores unitários, os quantitativos efetivamente utilizados no mês de referência e o valor total correspondente, em conformidade com o disposto na Cláusula 6.2 e com os orçamentos aprovados nos termos da Cláusula 4.10 e suas subcláusulas e efetivamente executados.

10.VI. PAGAMENTO DA CESSÃO DE VEÍCULO

10.15. A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA referente aos custos com cessão de veículos, mediante apresentação de documentação fiscal e comprobatória que discrimine o valor unitário, o quantitativo de veículos efetivamente disponibilizados no mês de referência e o valor total correspondente, em conformidade com o disposto na Cláusula 6.2.

10.VII. REEMBOLSO DE CUSTOS COM DIÁRIAS DE VIAGEM

10.16. Os valores efetivamente pagos a título de diárias de viagem serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA de acordo com os valores indicados na tabela a seguir:

DIÁRIAS	VALOR
Diária Integral	R\$ 320,00
Diária Parcial	R\$ 100,00

10.16. Para que a CONTRATANTE efetive o reembolso dos custos despendidos em diárias de viagem, a CONTRATADA deverá realizar o controle mensal dos valores pagos aos profissionais designados no mês de referência, devendo ser sanada qualquer inconsistência antes da emissão do documento de cobrança.

10.16.1. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação de relatório e comprovação dos

valores efetivamente pagos e atestados pela CONTRATANTE, observadas, ainda, as demais disposições aplicáveis desta Cláusula **Décima**.

10.VIII. REEMBOLSO DE CUSTOS COM PEDÁGIOS E COMBUSTÍVEL

10.17. Os valores efetivamente pagos a título de pedágio serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação do extrato mensal de cada veículo contendo placa, valor, data, horário e local de utilização.

10.17.1. Serão desconsiderados para fins de reembolso valores referentes a pagamentos de mensalidade de operadora de Tags de Passagem em Pedágios, de estacionamento, de abastecimentos ou de qualquer outro que não sejam os valores de pagamento de passagem em pedágio.

10.18. Desde que devidamente comprovado pela CONTRATADA o pagamento de combustível realizado por meio diverso do cartão de abastecimento da CONTRATANTE, o valor correspondente será calculado com base no Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e o respectivo reembolso será realizado pela CONTRATANTE à CONTRATADA considerando preço médio do combustível utilizado, conforme registrado no mês de referência vigente no sistema da ANP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO

11.1. Os prazos de garantia técnica do objeto deste Termo de Contrato são os definidos no Apêndice D da NBR 15575-1 (Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais), a contar do recebimento definitivo dos serviços.

11.2. A garantia técnica será prestada pela CONTRATADA de modo a manter o objeto contratado em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

11.3. A garantia técnica abrange a realização da manutenção corretiva do objeto contratual pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.3.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens que compõem o objeto contratual, compreendendo a substituição de peças e a realização de ajustes, correções e reparos necessários.

11.3.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem

padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.

11.4. Uma vez notificada, a CONTRATADA deverá realizar a reparação ou a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de **até 10 (dez) dias**, contados a partir da data da notificação enviada pela CONTRATANTE.

11.4.1. O prazo indicado na Cláusula 11.4, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação por escrito e justificada da CONTRATADA e desde que aceita pela CONTRATANTE.

11.5. Decorrido o prazo para reparos e substituições de que trata a Cláusula 11.4 sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos e ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como autorizada a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.

11.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

11.7. A garantia técnica de que trata esta Cláusula Décima Primeira tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, ainda que expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

[CENÁRIO 1: todas as modalidades EXCETO seguro-garantia]

12.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA na modalidade **[caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária OU título de capitalização]**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a **5% (cinco) por cento** do valor total do contrato indicado na Cláusula 8.1.8.

12.1.1. Quando o valor da proposta da CONTRATADA for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, cujo valor corresponderá à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, a ser acrescida à garantia exigida na Cláusula 12.1.

12.2. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária em favor da CONTRATANTE, com correção monetária.

OU

12.2. Os títulos da dívida pública devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

OU

12.2. A fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, bem como deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil¹⁷.

OU

12.2. A garantia apresentada mediante título de capitalização deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

12.2.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

12.3. A garantia contratual prevista neste contrato assegurará:

12.3.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do inadimplemento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste contrato, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

12.3.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.4. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula **12.9** e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção do contrato.

¹⁷ Lei nº 10.406/2002.

12.5. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração/atualização do valor do contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 12.1.

12.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

12.7. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 12.1, 12.5 e 12.6 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

12.7.1. O atraso de que trata a Cláusula 12.7 superior a **30 (trinta) dias** implica a imediata rescisão do contrato por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

12.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

12.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção deste contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

12.10. A garantia de execução contratual é independente da garantia técnica do objeto de que trata a Cláusula Décima Primeira.

OU

[CENÁRIO 2: modalidade seguro-garantia]

12.1. A garantia de execução contratual prestada pela CONTRATADA na modalidade seguro-garantia corresponde a **5 % (cinco) por cento** do valor total do contrato indicado na Cláusula 8.1.8.

12.1.1. Quando o valor da proposta da CONTRATADA for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, cujo valor corresponderá à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, a ser acrescida à garantia exigida na Cláusula 12.1.

12.2. A garantia contratual prevista neste contrato assegurará:

12.2.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do descumprimento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste contrato, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

12.2.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.3. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 12.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção do contrato.

12.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração/atualização do valor do contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 12.1.

12.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

12.6. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 12.4 e 12.5 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

12.6.1. O atraso de que trata a Cláusula 12.6 superior a **30 (trinta) dias** implica a imediata rescisão do contrato por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

12.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na Cláusula 12.8 deste contrato.

12.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

12.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção deste contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

12.10. A garantia de execução contratual independe de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO

13.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado – (i) insumos vinculados aos Postos de Trabalho; (ii) insumos e materiais de consumo e reposição; (iii) cessão de veículos; (iv) serviços prestados pelo Engenheiro Responsável; e (v) diárias de viagem – são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data da apresentação da proposta vencedora desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

13.2. Findo o período previsto na Cláusula 13.1, os preços contratados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 13.7, com base na variação acumulada do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** no respectivo período ou, em caso de extinção desse índice, de outro que venha a substituí-lo, a critério da CONTRATANTE.

13.3. Para fins de cálculo da primeira repactuação dos custos referentes aos **insumos e materiais de consumo e reposição**, deverá ser aplicado o percentual de variação acumulada de preços incidente sobre os valores apurados conforme os critérios estabelecidos na Cláusula 4.10 e subcláusulas.

13.3.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, o percentual de variação acumulada de preços deverá incidir sobre os valores decorrentes da última repactuação realizada.

13.4. Para fins de cálculo da primeira repactuação dos custos referentes aos **serviços prestados pelo Engenheiro Responsável**, deverá ser aplicado o percentual de variação acumulada de preços incidente sobre o valor da hora de trabalho estabelecido na Cláusula 10.11.

13.4.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, o percentual de variação acumulada de preços deverá incidir sobre os valores decorrentes da última repactuação realizada.

13.5. Para fins de repactuação dos valores das **diárias de viagem**, os montantes indicados na tabela da Cláusula 10.16 poderão ser atualizados conforme diretrizes estabelecidas nesta Cláusula

Décima Terceira, Parte I, enquanto não editada normativa própria da DPE-PR disciplinando os valores a serem praticados para custeio de diárias de viagens no âmbito da instituição. A partir da entrada em vigor da referida normativa, os valores constantes na referida tabela serão automaticamente substituídos pelos novos valores fixados.

13.5.1. Iniciada a vigência da normativa de que trata a Cláusula 13.5, ficará afastada a aplicação das disposições desta Cláusula Décima Terceira, Parte I, exclusivamente quanto às diárias de viagem, passando a atualização de valores a ocorrer de ofício e somente por ocasião da entrada em vigor de eventual alteração na referida normativa.

13.6. A primeira repactuação dos custos decorrentes do mercado terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 13.1, qual seja, [dd/mm/aaaa].

13.6.1. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, observar-se-á o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação, independentemente da data apostilada.

13.6.2. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes do mercado somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

13.6.2.1. Para fins exclusivos de apuração dos efeitos financeiros da repactuação, considerar-se-á efetivado o fornecimento de insumos e materiais de consumo e reposição na data do recebimento provisório.

13.7. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento da repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATADA deverá formular requerimento durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo este ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

13.7.1. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

13.7.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA,

cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

13.8. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mercado, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião da repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores.

13.9. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de custos decorrentes do mercado em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 13.7.

13.9.1. Sempre que viável, a repactuação dos custos decorrentes do mercado será concedida de modo concomitante à repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, sem prejuízo de quitação de eventuais valores retroativos devidos relativamente ao período da anualidade de referência.

13.II. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

13.10. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data de início dos efeitos financeiros do acordo coletivo, da convenção coletiva ou do trânsito em julgado de sentença normativa do dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

13.10.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra desta contratação.

13.11. Findo o período previsto na Cláusula 13.10, os preços contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 13.14, desde que demonstrada analiticamente a alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

13.12. A primeira repactuação terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de anualidade de que trata a Cláusula 13.10, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**, salvo se expressamente prevista data diversa no acordo, na convenção ou na sentença normativa transitada em julgado do dissídio coletivo de trabalho que embasa a repactuação.

13.12.1. Os efeitos financeiros da repactuação dos custos de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.12.2. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes do mercado somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cuja execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

13.12.3. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, observar-se-á o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação.

13.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

13.14. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento e de eventual deferimento da repactuação, a CONTRATADA deverá encaminhar requerimento devidamente instruído com o novo acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado do dissídio coletivo de trabalho que fundamenta a repactuação, bem como com a demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

13.14.1. O requerimento de que trata a Cláusula 13.14 deve ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

13.14.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido homologado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

13.14.3. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA,

cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

13.15. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião da repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores.

13.16. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 13.14, devidamente instruído com a documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

13.16.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 13.16 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

13.III. DA REVISÃO

13.17. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

13.18. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:

13.18.1. a eventual aplicação de reajuste e/ou de repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores;

13.18.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

13.19. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.19.1. O requerimento de que trata a Cláusula 13.19, devidamente instruído, deverá ser endereçado mediante ofício à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

13.19.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso, a referida confirmação à CONTRATANTE.

13.20. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento do pedido, nos termos da Cláusula 13.19.2.

13.20.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 13.20 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

14.1.1. Comunicar à CONTRATANTE, o mais breve possível, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

14.1.2. Atender, nas condições e nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e às determinações regulares emitidos pela CONTRATANTE, bem como atender tempestivamente às solicitações de diligências para a regular gestão do contrato, inclusive no caso de eventual reequilíbrio e/ou prorrogação.

14.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou de eventual garantia prestada, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

14.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

14.1.7. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.8. Manter, durante toda a vigência contratual, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no procedimento de contratação.

14.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011¹⁸, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016¹⁹ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024²⁰.

14.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos constante na proposta apresentada, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los se a previsão inicial da proposta não for satisfatória para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.12. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

14.1.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo materiais, equipamentos,

¹⁸ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

¹⁹ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

²⁰ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

14.1.14. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018²¹ e da Resolução DPG nº 318/2023²².

14.1.15. Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação vigente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.1.16. Submeter à CONTRATANTE, previamente e por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho executado por menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização de trabalho executado por menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

14.1.18. Utilizar materiais e executar os serviços objeto deste instrumento contratual em conformidade com todas as normas que regem a matéria, vigentes ou que venham a ser editadas, incluindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, quando necessário, as normas internacionais consagradas.

14.1.19. Orientar os profissionais alocados nos Postos de Trabalho quanto ao cumprimento da jornada ordinária de trabalho.

14.1.20. Orientar os profissionais alocados nos Postos de Trabalho a não realizarem jornadas superiores de trabalho em caso de viagens, de modo que cheguem e retornem ao destino com antecedência a fim de cumprirem o cronograma previsto para a viagem.

14.1.21. Orientar os profissionais alocados nos Postos de Trabalho quanto às pausas durante viagens de longos trajetos, principalmente se ultrapassarem 5 (cinco) horas consecutivas na condução dos veículos

²¹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²² Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

14.1.22. Garantir que os veículos disponibilizados pela CONTRATADA à CONTRATANTE estejam em consonância com a legislação vigente, arcando com todas as despesas necessárias para tanto, além daquelas que vierem a incorrer durante a execução contratual, tais como taxas, impostos, multas, seguros, entre outros.

14.1.23. Assegurar, durante toda a vigência contratual e sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, a realização de manutenções preventiva e corretiva nos veículos disponibilizados; a contratação e manutenção dos seguros veiculares necessários; e a limpeza regular dos veículos, de modo a viabilizar as condições de uso e garantir a segurança.

14.1.24. Assegurar, durante toda a vigência contratual e sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, a realização de manutenções estéticas de funilaria e pintura, de modo a garantir que a aparência e a conservação dos veículos disponibilizados, devendo ser programadas periodicamente e de modo que não impactem a disponibilidade operacional do veículo, a fim de não prejudicar a execução dos serviços contratados.

14.1.25. Promover a troca dos veículos disponibilizados quando constatada a necessidade, de modo a garantir a segurança do transporte de pessoas e objetos.

14.1.26. Manter atualizados, a cada 2 (dois) anos, os cursos de capacitações das normas regulamentadoras exigidos dos profissionais ocupantes dos Postos de Trabalho, conforme os cargos que ocupam.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. A CONTRATANTE deve cumprir todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disciplinado neste instrumento, no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.

15.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

15.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

15.1.4. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

15.1.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

15.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato previstas na lei e nas normativas vigentes.

15.1.7. Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.1.8. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018²³ e da Resolução DPG nº 318/2023²⁴.

15.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

16.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto e da finalidade deste ajuste, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo

²³ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²⁴ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

16.4. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

16.5. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo, coletando o devido termo de confidencialidade.

16.6. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula **Décima Sexta**.

16.7. A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei nº 13.709/2018.

16.8. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.9. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo publicar o Contrato em seus sítios eletrônicos e nos portais de transparência.

16.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

16.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:

16.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**;

16.11.2. auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

16.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE **imediatamente** quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

16.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo conter, **no mínimo**, as seguintes informações:

16.13.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

16.13.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

16.13.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

16.13.4. os riscos relacionados ao incidente;

16.13.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

16.13.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

16.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, na condição de entidade controladora.

16.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

16.16. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.

16.17. Eventual subcontratação, **quando autorizada** pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

16.18. Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

16.19. Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora, e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

16.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

16.21. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

16.22. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

16.23. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

16.24. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

16.25. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou da extinção do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

16.25.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da Lei nº 13.709/2018);

16.25.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

16.25.3. o prazo de retenção.

16.26. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de maneira segura, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

16.27. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

17.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 17.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções

administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023²⁵, bem como nas disposições do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência desta contratação, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

18.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18²⁶ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

18.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19²⁷ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

18.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19²⁸ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

18.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

18.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

²⁵ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁶ “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

²⁷ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

²⁸ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”

18.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

18.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

18.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

19.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 19.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

19.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

19.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137²⁹ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

²⁹ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação

19.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

19.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.4. A extinção do contrato poderá ser:

19.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

19.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

19.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

19.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

19.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.6.3. indenizações e multas.

19.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou

da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz."

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS COMUNICAÇÕES

20.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

20.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

20.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023³⁰; da Lei Complementar nº 123/2006³¹; da Lei nº 13.709/2018³²; da Deliberação CSDP nº 21/2022³³; da Lei nº 8.078/1990³⁴, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

³⁰ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

³¹ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

³² Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

³³ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

³⁴ Código de Defesa do Consumidor.



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura³⁵.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**
[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

³⁵ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.

ANEXO I
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme os indicadores de desempenho estabelecidos na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – INDICADORES DE DESEMPENHO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE-PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Execução de serviços de manutenção com qualidade abaixo do padrão exigido, resultando em retrabalho ou na necessidade de intervenção corretiva. Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	5	Por ocorrência
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como não providenciar a instalação do sistema de registro de ponto ou não fornecer informações sobre a folha ponto dos profissionais dos postos quando requisitado.	1	Por empregado e por dia

13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
16	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	1	Por ocorrência e por dia
17	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	1	Por dia
18	Promover a limpeza do local de prestação dos serviços como um todo, após notificação da Fiscalização	1	Por ocorrência e por dia
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
20	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
21	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
22	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os materiais utilizados, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso e etc.).	2	Por ocorrência
23	Entregar os insumos e materiais para a execução das atividades de manutenção conforme cronograma	3	Por dia de atraso
24	Entregar os salários, vale-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas.	3	Por ocorrência e por dia
25	Atender à solicitação de realização de serviços sob demanda de Engenharia dentro do prazo estabelecido	2	Por dia de atraso
26	Fornecer veículo capaz de realizar as atividades ou veículo reserva sempre que o veículo titular não estiver disponível, inclusive no prazo previsto para o início da prestação dos serviços nos postos permanentes, conforme cronograma estabelecido pela CONTRATANTE.	3	Por dia

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos nos valores devidos pelos serviços prestados utilizando a seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas no mês de competência serão avaliadas com base nos critérios de desempenho, grau e frequência de incidência; (ii) o desconto será efetuado no pagamento correspondente ao referido mês, com base no somatório da pontuação atribuída às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.



TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

AFERIÇÃO MENSAL	
Pontos acumulados	Percentual de desconto Aplicação sobre o valor MENSAL do contrato
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,0%
De 11 a 20 pontos	2,5%
De 21 a 30 pontos	5,0%
De 31 a 40 pontos	7,5%
De 41 a 50 pontos	10,0%
Acima de 50 pontos	30,0%